

# desafios

do desenvolvimento

**ipea**

Instituto de Pesquisa  
Econômica Aplicada



desafios

Agencia7.com

## SAÚDE

Estudo calcula o investimento necessário  
para a redução da mortalidade infantil

## METAS DO MILÊNIO

Como anda o combate à fome  
e à pobreza no mundo e no Brasil

# Transportes

A importância da modernização das  
ferrovias para o crescimento econômico

ISSN 1806-9363 R\$ 8,90



# desafios

## do desenvolvimento

### Sumário

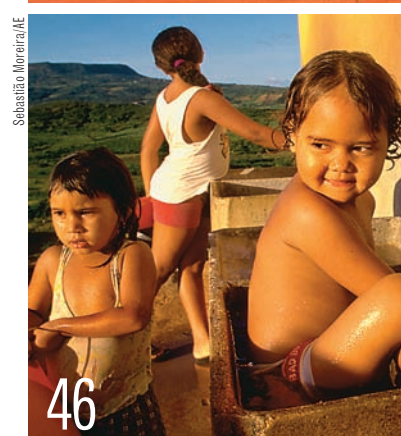
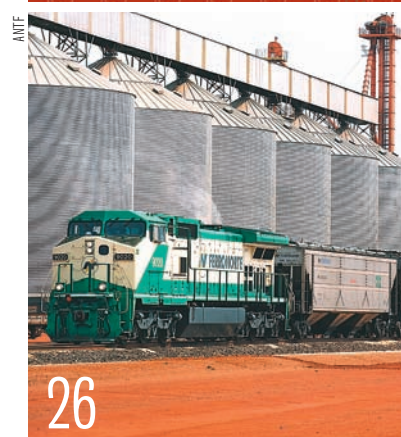
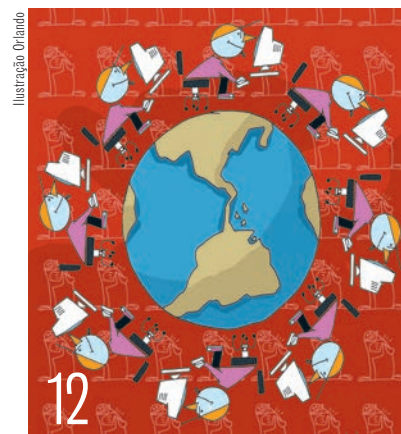
- 08 Entrevista Jomo Kwane Sundaram**  
Receita asiática: proteger para exportar
- 12 Tecnologia Programa livre**  
Administração federal estimula a adoção de softwares livres em seus computadores
- 20 Finanças Dinheiro farto e barato**  
A indústria de capital de risco começa a favorecer empresas inovadoras
- 26 Infra-estrutura Uma corrida sobre trilhos**  
É urgente o investimento na modernização da malha ferroviária brasileira
- 38 Saúde O valor da vida**  
Estudo calcula o investimento necessário para a redução da mortalidade infantil
- 46 Metas do Milênio As boas intenções e o mundo real**  
Fome e a pobreza atormentam o planeta. Mas o Brasil tem indicadores positivos
- 52 Trabalho Corporação de informais**  
Flanelinhas de Brasília formam organização que replica a sociedade formal
- 60 Melhores Práticas Justiça high-tech**  
Os Juizados Especiais Federais paulistas são exemplos de eficiência no Judiciário

#### Seções

- 06 Giro**
- 68 Circuito**
- 70 Estante**
- 72 Indicadores**

#### Artigos

- 36 Carlos Álvares da Silva Campos Neto**  
Uma boa lei de PPP
- 45 José Aroudo Mota**  
A riqueza dos corredores ecológicos
- 51 Lauro Ramos**  
Bons ventos?
- 59 Angélica Duarte de Aguiar**  
Rede de solidariedade no setor informal



# Carta ao leitor

A reportagem de capa desta edição trata de um tema que pode ser vital para o desenvolvimento sustentável brasileiro: a necessidade de mudança na matriz do sistema de transportes, fortemente dependente das rodovias. Mostra a situação do transporte ferroviário, o avanço alcançado com a privatização e as medidas que o governo está prestes a lançar para fortalecer o setor.

Nesta edição, ainda, **Desafios** dá início a uma empreitada de peso: uma série de seis reportagens que, uma a cada mês, analisarão o que tem sido feito, os obstáculos a enfrentar e a atual situação dos países no que diz respeito ao compromisso firmado na Organização das Nações Unidas (ONU) para fazer do mundo um ambiente menos desigual até o ano de 2015. No primeiro trabalho da série, que começa na página 46, o leitor verá que a fome e a pobreza se agravaram em várias regiões do planeta. As providências acertadas quando da assinatura das Metas do Milênio, em 2000, em geral não foram tomadas. No caso brasileiro, foram registradas melhorias nos dados estatísticos. No entanto, problemas de ordem social – especialmente no que tange à saúde e à educação – permanecem como entraves para a redução do fosso que separa os ricos dos milhões de pobres.

Na página 38 o leitor encontra uma análise dos fatores que determinam a mortalidade infantil – além de cálculos sobre os investimentos necessários para salvar a vida de crianças.

Esta edição traz, também, histórias de experiências positivas. Uma é a dos Juizados Especiais Federais paulistas, exemplo de eficiência no mar de marasmo do Poder Judiciário. Outra conta que a indústria de capital de risco – essencial para o fortalecimento das empresas inovadoras – começa a se estruturar no país. Uma terceira fala das vantagens da adoção do software livre na administração pública. E há uma quarta, que mostra como guardadores de carro de Brasília, trabalhadores informais, conseguem sobreviver e reproduzem, em sua organização, muitos dos aspectos da sociedade formal. Esperamos, com esse cardápio variado, satisfazer as suas expectativas.

**Otoni Fernandes Jr., diretor de redação**

Cartas ou mensagens eletrônicas devem ser enviadas para: [cartas@desafios.org.br](mailto:cartas@desafios.org.br)  
 Diretoria de redação:  
 SBS Quadra 01, Edifício BNDES, sala 801 - CEP 70076-900 - Brasília, DF  
 Visite nosso endereço na internet: [www.desafios.org.br](http://www.desafios.org.br)

Patrocínio



Apoio



# desafios

do desenvolvimento

[www.desafios.org.br](http://www.desafios.org.br)

**Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea)**

PRESIDENTE Glauco Arbix

**Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud)**

REPRESENTANTE NO BRASIL Carlos Lopes

DIRETOR-GERAL Luiz Henrique Proença Soares

DIRETOR Otoni Fernandes Jr.

## Redação

EDITORAS Andréa Wolffbüttel, Maysa Provedello

EDITORES ASSISTENTES Clarissa Furtado, Lia Vasconcelos, Pedro Ivo Alcântara

COLABORADORES Edmundo M. Oliveira, Eliana Simonetti, Mônica Teixeira (redação), Anderson Schneider, Ricardo Labastier, Sommer Andrey (fotografia), Ivana Gomes, Regina Pereira (revisão)

PROJETO GRÁFICO E DIREÇÃO DE ARTE Renata Buono

EDITORA ADJUNTA DE ARTE Luciana Sugino

ARTE Rafaela Ranzani

CAPA ApontoZ.com TRATAMENTO DE IMAGEM E FINALIZAÇÃO Inovater

## Publicidade

DIRETORA Bia Toledo • [bia@desafios.org.br](mailto:bia@desafios.org.br)

## REPRESENTANTES

**BAHIA E SERGIPE** Canal C Comunicação

Tel. (71) 358-7010, (71) 9988-4211 • e-mail: [canalo@canalccr.com.br](mailto:canalo@canalccr.com.br)

**ESPIRITO SANTO** • Mac Marketing e Assessoria de Comunicação

Telefax (27) 3229-2579 • e-mail: [machadom.vix@terra.com.br](mailto:machadom.vix@terra.com.br)

**MINAS GERAIS** • Ponto de Vista Comunicação Marketing

Tel. (31) 3281-7363 • e-mail: [pontodevistamg@terra.com.br](mailto:pontodevistamg@terra.com.br)

**PARANÁ** • Sec Soluções Estratégicas em Comercialização Ltda.

Tel. (41) 3019-3717 – Fax (41) 3019-3716 • e-mail: [sec.thadeu@terra.com.br](mailto:sec.thadeu@terra.com.br)

**RIO GRANDE DO SUL** • RR Gianoni Representações

Tel. (51) 3388-7712 • e-mail: [gianoni@gianoni.com.br](mailto:gianoni@gianoni.com.br)

**SANTA CATARINA** • Sec Soluções Estratégicas em Comercialização Ltda.

Tel. (48) 348-4121, (48) 9977-9124 • e-mail: [m.minuzzi@terra.com.br](mailto:m.minuzzi@terra.com.br)

## Circulação

GERENTE Flávia Cangussu • [flavia@desafios.org.br](mailto:flavia@desafios.org.br)

## Atendimento

Paula Galícia (coordenadora) • [paula@desafios.org.br](mailto:paula@desafios.org.br)

## Redação

SBS Quadra 01, Edifício BNDES, sala 801 - CEP 70076-900 - Brasília, DF

Tel.: (61) 315-5188 Fax: (61) 315-5031

## Circulação e Publicidade

Rua Urussuí, 93, 13º andar, CEP 04542-050 – São Paulo, SP

Tel./Fax: (11) 3073-0722

## Administração

Instituto Uniemp

Av. Paulista, 2198, conjunto 16 – CEP 01310-300 – São Paulo, SP

Tel.: (11) 288-0466 Fax: (11) 3283-3386

## Assinaturas

Teletarget

Tel.: (11) 3038-1479 Fax: (11) 3038-1415 • [desafios@teletarget.com.br](mailto:desafios@teletarget.com.br)

## Atendimento ao Jornaleiro

LM&X - Tel.: (11) 3865-4949

## Impressão

Globo-Cochrane Gráfica e Editora

## Distribuição

Dinap S.A. Distribuidora Nacional de Publicações

**Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada**  
**Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão**

**Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento**  
**Organização das Nações Unidas**

OS ARTIGOS E REPORTAGENS ASSINADOS NÃO EXPRESSAM, NECESSARIAMENTE, A OPINIÃO DO IPEA E DO PNUD. É NECESSÁRIA A AUTORIZAÇÃO DOS EDITORES PARA A REPRODUÇÃO TOTAL OU PARCIAL DO CONTEÚDO DA REVISTA.

Tiragem: 30.000 exemplares

DIRETOR RESPONSÁVEL • Otoni Fernandes Jr.

por **Andréa  
Wolffenbüttel**

# GIRO

## Governo

### O preço da corrupção

Estimativa do Banco Mundial avalia que a cada ano é gasto um trilhão de dólares em pagamento de subornos. A cifra corresponde a quase 1/30 da economia global. O banco apresenta os nomes daqueles que construíram as maiores fortunas com base na corrupção. O primeiro da lista é o ex-presidente da Indonésia, Suharto, que desfalcou seu país em cerca de 20 bilhões de dólares. Em segundo lugar estão empatados Ferdinando Marcos, das Filipinas, Mobutu, do Zaire, e Abacha, da Nigéria, todos suspeitos de ter embolsado cinco bilhões de dólares em propinas, cada um.

## Relações internacionais

### Quibe com feijoada

Na semana de 10 a 15 de maio, Brasília estará movimentada. Pelo menos oito chefes de Estado de países árabes e 1.000 empresários árabes e sul-americanos estarão na cidade para a primeira Cúpula América do Sul-Países Árabes, para a qual foram convidados representantes dos 22 países que compõem a Liga Árabe e de todas as nações sul-americanas.

É primeiro encontro político e econômico formal entre as duas regiões fora da programação regular de trabalho da Organização

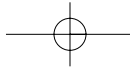


## Energia

### Moro num país tropical...

Mapeamento de potencial energético mostrou quais as regiões brasileiras têm maior capacidade para geração de energia solar e eólica. Os estados da Bahia, Pernambuco, Ceará e Piauí são os campeões em termos de luz solar. "No dia mais nublado do ano, a incidência de radiação solar é de 4,5 quilowatt-hora (kWh) por metro quadrado no Ceará. Na Alemanha, onde essa energia é mais usada, a incidência é de apenas 0,8 kWh/m<sup>2</sup>", afirma Stefan Krauter, presidente para a América Latina do Conselho Mundial de Energias Renováveis (WCRE, das iniciais em inglês). A maior dificuldade para o aproveitamento dessa luz é o alto preço da tecnologia requere-

rida, mas a tendência é de queda nos preços com a crescente utilização. Em relação ao potencial eólico, o litoral nordestino novamente é o local mais adequado, porém o norte mineiro, o oeste pernambucano, o estado de Roraima e a Região Sul também são áreas propícias para a geração de energia com os ventos. Devido a esse imenso potencial, o WCRE defende a criação de uma universidade internacional para estudo de fontes renováveis de energia sediada no Brasil, preferencialmente em Olinda (PE) ou no Rio de Janeiro. Atualmente, a indústria mundial envolvida com fontes alternativas de energia cresce cerca de 20% ao ano e emprega por volta de 400 mil pessoas.



## Tecnologia

### El Valle del Silicio

A cidade de Jalisco, no México, conhecida por ser a terra da tequila e dos mariachis, está agregando mais uma característica a seu perfil: o alto desenvolvimento de sua indústria eletrônica. A cidade onde se instalou a primeira fábrica de semicondutores da América Latina, da Motorola, hoje abriga centros de desenvolvimento de gigantes como Hewlett-Packard, IBM, Intel e Siemens, além de ser a sede de oito empresas que constam na lista das cem maiores indústrias eletrônicas do mundo, entre elas a Flextronics, a Sanmina SCI e a Solectron. No ano passado, o estado de Guadalajara, onde está localizada Jalisco, registrou dez bilhões de dólares em exportações, sendo quase um terço de produtos de alta e média tecnologia. A tendência do aglomerado é de crescimento, acompanhando a economia mexicana como um todo. Atualmente, Jalisco é a cidade mexicana com a maior demanda por engenheiros e técnicos.



Divulgação

## Meio ambiente

### Voando limpo

Enquanto no Brasil viajantes congestionam os sites das empresas aéreas em busca de tarifas mais baixas, na Suíça e na Alemanha passageiros estão aderindo espontaneamente a uma taxa extra para compensar a poluição causada pela combustão do querosene dos aviões. Cada passageiro paga, em média, cinco euros por hora de voo. Em 2003, as contribuições somaram 40 mil euros. No ano passado saltaram para 150 mil e a expectativa é fechar 2005 com 300 mil euros, expandindo o programa para a Inglaterra e os Estados Unidos. A proposta surgiu num encontro internacional de ambientalistas na Costa Rica. Os participantes constataram que haviam provocado o lançamento de toneladas de gás carbônico na atmosfera durante o traslado de cada um até a cidade de San José. O dinheiro arrecadado é gerido pela ONG suíça MyClimate, que aplica os recursos em pesquisas para a substituição dos combustíveis fósseis por energia renovável, em países em desenvolvimento. Atualmente, a MyClimate apóia sete projetos e há três candidatos brasileiros, todos ligados ao Centro de Estudos Integrados sobre Meio Ambiente e Mudança de Clima, da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

## Livros

### Se a moda pega...

Escritores britânicos querem ganhar direitos autorais da venda de livros usados. Eles alegam que, com o advento da internet, o acesso a livros de segunda mão ficou muito fácil e grande parte dos leitores prefere economizar comprando as obras por preços bem abaixo do original. O movimento é liderado pela escritora Antonia S. Byatt, cujo livro *Possession* está à venda na Amazon Books, a maior livraria virtual do mundo, em duas versões: novo, com preço de 6,99 libras esterlinas, e usado, por 4,20 libras esterlinas. A revolta dos autores aumentou depois que o jornal *The Times* publicou uma reportagem dizendo que livros usados também são muito procurados nos bazares de caridade. Uma das maiores entidades beneficentes do mundo, a Oxfam, declarou ter faturado, em 2004, 30 milhões de dólares com a venda de livros. Se a idéia chegar ao Brasil, os mais prejudicados serão os estudantes, especialmente os de Direito, que costumam se abastecer nos sebos estrategicamente localizados próximo às faculdades.

## Exportações

### Ano bom para camarão

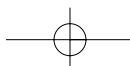
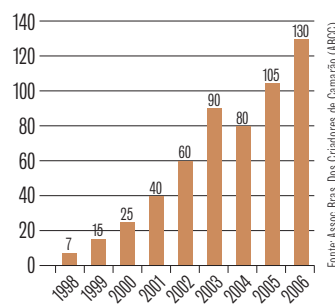
A combinação de três fatores está animando os empresários de criação de camarões em relação a 2005. Primeiro a tragédia do tsunami asiático acabou tendo reflexos positivos para o Brasil porque destruiu grande parte da estrutura camaroneira da Tailândia, maior fornecedor dos Estados Unidos. Em segundo lugar, a re-

dução da sobretaxa norte-americana para o produto brasileiro, que caiu de 20% para 7,05% e aumentou para outros produtores, entre eles a China. E em terceiro lugar a criação, por parte do Banco do Nordeste, de uma linha de financiamento especial para o setor. Os recursos serão usados para a formação de um estoque

regulador que permita uma melhor negociação com os compradores. Atualmente, os produtores brasileiros são obrigados a vender os camarões assim que são pescados e os preços ficam abaixo da cotação internacional. A produção prevista para 2005 é 105 mil toneladas, cerca de 70% devem ser destinadas à exportação.

#### Evolução e projeção da produção nacional de camarão

(em mil toneladas)





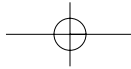
Ricardo B. L. Bastier/Vensor

# Jomo Kwane

## Receita asiática: proteger para exportar

Por Maysa Provedello, de Brasília

O economista malaio Jomo Kwane Sundaram visitou o Brasil em março numa de suas primeiras viagens oficiais como assistente da secretaria-geral para o desenvolvimento econômico do Departamento de Relações Econômicas e Sociais das Nações Unidas. Encontrou-se com autoridades, economistas e pesquisadores de outras áreas para contar um pouco de sua experiência como especialista em questões econômicas da Ásia. Em todas as reuniões, bem como na entrevista que concedeu a **Desafios**, ele evitou fazer analogias com a economia brasileira. No entanto, como ao bom entendedor meia palavra basta, sua mensagem é útil para que se compreenda o que ocorre no Brasil e o que deveria ser feito para garantir maior crescimento e desenvolvimento no país.



## do que aos países pobres. E recomenda precauções para garantir o crescimento

**Desafios** – Suas pesquisas sobre a economia da Ásia são completadas por investigações acerca dos efeitos econômicos da globalização. Qual é o seu diagnóstico da economia global nos últimos 20 anos?

**Sundaram** – Temos de lembrar que a globalização já tem pelo menos dois séculos. Durante a maior parte desse período, até meados do século XX, a desigualdade entre ricos e pobres esteve em ascensão no mundo. A situação mudou depois da Segunda Guerra Mundial. Portanto, de forma simplificada, posso afirmar que foi o imperialismo, e não a globalização, a causa do aumento da pobreza em determinadas regiões. Analisadas numa perspectiva histórica, elas foram exploradas de maneira questionável. As pesquisas realizadas até agora, em várias frentes, apontam que o processo de industrialização dos anos 60 e 70 resultou na redução da desigualdade dentro dos países. A questão é que, no período mais

diz que é uma árvore. Outro apalpa a orelha e diz que é um grande leque... Se olharmos para alguns fenômenos especificamente econômicos da globalização, temos de analisar inúmeros aspectos, como a liberalização do comércio, que é diversa da liberalização financeira. Esses fenômenos foram distorcidos em relação à perspectiva que se tinha no início do processo de abertura. Embora oficialmente os mercados estejam livres, nunca existiram tantas regras como hoje. Foi implantado globalmente um novo modelo de governança, com pouca flexibilidade e criatividade, amarrado às condicionantes dos acordos firmados com o Fundo Monetário Internacional e outros organismos multilaterais de investimento. Há outras limitações igualmente poderosas, como a do respeito aos direitos de propriedade intelectual, que nunca foi tão valorizada como nos

### Um acadêmico em ação

Jomo Kwane Sundaram ocupa um dos postos mais cobiçados da Organização das Nações Unidas (ONU). Sua função é enriquecer os estudos e os documentos econômicos e sociais elaborados pelas Nações Unidas valendo-se dos conhecimentos adquiridos desde sua graduação em Economia pela Universidade da Malásia. O posto que ele ocupa foi criado recentemente, e a indicação de seu nome demonstra a preocupação dos dirigentes da ONU com os efeitos da globalização. A especialidade de Sundaram é a economia dos países asiáticos. Suas conclusões, de maneira geral, contrariam os paradigmas neoliberais impostos por organismos como o Fundo Monetário Internacional aos países em desenvolvimento durante os anos 90. Servem, assim, como ferramentas alternativas para a análise de outros países.

Com uma fala calma e pausada, ele conta que ainda está se acostumando ao corre-corre da função que assumiu, cujas obrigações incluem uma vasta agenda, inclusive os inúmeros encontros que manteve com autoridades brasileiras durante a visita oficial ao país no mês passado.

Sundaram foi investido em seu novo posto em janeiro. Antes, teve de tomar uma difícil decisão: abandonar a vida acadêmica – bastante rica, por sinal. Autor de mais de 50 livros, além de 35 trabalhos de pesquisa, fundou em 2001 o portal eletrônico de análises sociais e econômicas International Development Economics Associates (Ideas) – [www.ideas.org](http://www.ideas.org), site que conta com a participação de uma rede de pesquisadores de várias partes do planeta.

# Sundaram

recente, ela voltou a crescer. Na esfera internacional, a tendência não é muito clara. Os estudos são distorcidos pelos resultados positivos obtidos pela Índia e pela China, com suas imensas populações. Mas acredito que, se não considerarmos esses dois países, a desigualdade entre nações ricas e pobres também vem crescendo.

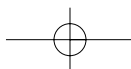
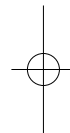
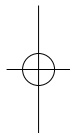
**Desafios** – A liberalização econômica e política, então, não foi tão benéfica como prometia?

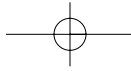
**Sundaram** – A globalização tem significados diferentes para pessoas diferentes. É como conta uma tradicional história indiana: vários cegos precisam tocar num elefante e dizer do que se trata. Um passa a mão em sua perna e

últimos 20 anos. Isso além das normas da Organização Mundial do Comércio. Então, a liberalização promovida pela globalização é, no mínimo, relativa.

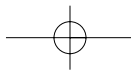
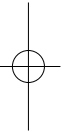
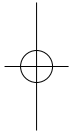
**Desafios** – Mas houve liberalização de fluxos de capitais e abertura de mercados, entre outras.

**Sundaram** – É indiscutível que esses mecanismos da globalização serviram aos interesses das grandes corporações, pelo menos no que se refere à regulação e à liberalização. E são essas mesmas corporações que resistem à liberalização agrícola. E utilizam outras formas para a proteção de seus mercados desenvolvidos. As evidências de vários estudos mostram que os preços

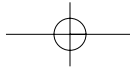




Ricardo E. Labastier/Versar







dos produtos primários de regiões tropicais, portanto menos desenvolvidas, caíram, enquanto os dos produtos chamados temperados, de países desenvolvidos, como o algodão, subiram. Isso não é obra do acaso.

**Desafios** – O processo de liberalização, seja financeira, seja comercial, não foi correto? O senhor acredita que teria sido melhor se não houvesse abertura?

**Sundaram** – Os mercados precisavam ser abertos, é claro. Mas o que percebemos agora é que todos os países que se industrializaram de forma sustentável o fizeram com forte protecionismo na fase inicial. Desde a Inglaterra, na Revolução Industrial. Os países do sul asiático, como Malásia e Taiwan, desenvolveram uma indústria poderosa em termos qualitativos, mas não em termos quantitativos. Dependiam muito de investimentos externos e de mão-de-obra barata, sem construir uma política estratégica de desenvolvimento. No Sudeste Asiático foi diferente. Há 20 anos, ninguém saberia dizer o nome de uma empresa coreana, por exemplo. Ali também, como no sul, eram fabricados produtos, como equipamentos eletrônicos, copiados de outros. Mas a política industrial da região incentivava, de várias formas, o aprimoramento da produção, de modo que hoje não são mais desconhecidos e, em muitos casos, fazem produtos melhores do que aqueles fabricados nos países dos quais copiavam. Tor-

*“Acredito que, se não considerarmos os indicadores da China e da Índia, que são exceções, a desigualdade entre nações ricas e pobres vem crescendo”*

naram-se líderes. São muito diferentes dos países do sul asiático, cujos produtos tiveram seus preços reduzidos. Estes se especializaram no fornecimento de artigos chamados genéricos, sem direito de propriedade, que qualquer um pode fazer.

**Desafios** – Existe risco para países que dão importância estratégica às exportações?

**Sundaram** – As pessoas costumam pensar que a diferença entre o desenvolvimento da indústria asiática e o da América Latina é que a primeira usou um modelo orientado para a exportação, enquanto a segunda adotou um modelo voltado para a substituição de importações. Isso não é verdade. O que aconteceu em alguns países da Ásia, como Japão, China e Coreia, é que houve um equilíbrio entre essas duas fórmulas. Imagine que um cidadão está interessado em produzir equipamentos eletrônicos. Ele pede ajuda ao governo para viabilizar seu projeto. A resposta do governo é que vai providenciar financiamento e proteger aquele segmento por um tempo, com uma condição: que em determinado momento o empresário passe a exportar, cumprindo metas de quantidade e prazo. O pressuposto é que, ao se comprometer com a exportação, a empresa tenha de se preparar e se tornar competitiva, contribuindo para o desenvolvimento sustentável do país. Isso é um exemplo da política industrial praticada no Sudeste Asiático. É preciso lembrar que, quando falamos de políticas para a indústria, não nos referimos apenas à produção de manufaturados, mas também às áreas de serviços e de agropecuária. As intervenções governamentais são a única maneira de induzir uma industrialização que gere resultados realmente positivos.

**Desafios** – E quanto à liberalização financeira, ela trouxe mais benefícios do que impactos negativos?

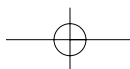
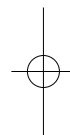
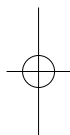
**Sundaram** – Temos de pensar em dois aspectos nesse caso. Primeiro, a liberalização doméstica. Não é verdade

*“As intervenções governamentais são a única maneira de induzir uma industrialização que gere resultados realmente positivos”*

que um sistema fechado, só por ser fechado, não contribua para o crescimento. Volto a usar a Coreia como exemplo. Durante a chamada era da repressão financeira, as taxas de poupança interna cresceram muito. O dinheiro foi destinado à implantação da política industrial. As indústrias investiam em pesquisa e infra-estrutura para crescer no longo prazo. O caso da Coreia mostra que é simplista dizer, como foi preconizado nos anos 90, que a abertura das finanças dos países é fundamental para o crescimento. Ocorre que o modelo coreano teve sucesso, mas é ineficiente em locais onde se cobram altas taxas de juro, pois elas tornam impraticável o pagamento de empréstimos.

**Desafios** – E no caso das finanças internacionais?

**Sundaram** – Havia três promessas principais embutidas na liberalização das finanças em nível global. A primeira, de que o dinheiro iria migrar de regiões ricas para países pobres. A segunda, de que o custo dos financiamentos externos cairia. Por fim, de que a volatilidade desapareceria ou seria expressivamente reduzida. Essas três expectativas não se concretizaram. A idéia disseminada era que, onde fosse implantada, a liberalização promoveria o crescimento. Mas o que vemos é justamente o inverso: o crescimento é que vem servindo aos interesses financeiros liberalizados. **i**



# Programa livre

Por **Lia Vasconcelos**, de Brasília

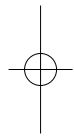
A administração federal começa a adotar softwares livres em seus computadores e estimula o crescimento de empresas nessa área

**J**á faz algum tempo que os softwares livres – programas para computador desenvolvidos por gente de todo o planeta cujo código-fonte é liberado, isento de pagamento de licenças – deixaram de ser uma bandeira dos que combatem as grandes corporações controladoras das inovações tecnológicas, transformando-se em ferramenta para impulsionar o desenvolvimento e também em um negócio bem-sucedido. Atualmente envolve corporações multinacionais, como a International Business Machines (IBM), e uma vasta rede de empresas criadoras de soluções e serviços. No Brasil havia algumas experiências localizadas de adoção do software livre pela administração pública – caso do Rio Grande do Sul e dos telecentros da prefeitura paulistana, por exemplo. Agora, o governo federal decidiu incluir a medida entre suas prioridades.

A decisão tem uma importância significativa, pois o governo e os organismos a ele ligados são os maiores usuários de tecnologia de informação no Brasil. Paulatinamente, boa parte dos sistemas da administração deverá abandonar os programas com direitos autorais protegidos pela lei

de patentes e adotar os softwares construídos com sistemas disponíveis gratuitamente na internet. Assim, os profissionais da área serão estimulados a criar, os gastos do governo serão reduzidos, o país ganhará maior autonomia no setor e tornará viável a democratização do conhecimento e do acesso às ferramentas da informática. Isso sem contar que será mais fácil atingir a meta da política industrial de exportar dois bilhões de dólares em programas para computador em 2006. “O governo é um dos maiores compradores da indústria de software e por esse motivo tem a responsabilidade de incentivar e guiar o setor, ditando tendências. O principal é criar condições que propiciem o desenvolvimento da indústria sem discriminação de modelo de negócios”, afirma Jorge Sukarie, presidente da Associação Brasileira das Empresas de Software (Abes).

O aumento do uso de programas livres, ou de fonte aberta, pode fortalecer a indústria brasileira de software porque cria espaço para que as empresas desenvolvam novas soluções baseadas em códigos abertos, prestem serviços de treinamento e manutenção e aumentem a comunidade envolvida no desenvolvimento. E



orlander



## A disseminação de software livre pode contribuir para a meta da política industrial

Milton Mischenko/ABE



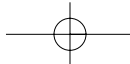
Telecentro na cidade de São Paulo: experiência de inclusão digital com software livre

esses serviços não são gratuitos. A vantagem, para os usuários, se dá no não pagamento da licença de uso – e não é nada desprezível, pois o Brasil remete cerca de um bilhão de dólares anuais ao exterior para pagar os direitos autorais dos softwares proprietários. Economiza-se com licença, mas todos os outros serviços continuam sendo pagos e o próprio processo de migração é bastante caro, pois envolve planejamento, cursos de capacitação e a troca dos sistemas propriamente ditos que pode ser feita internamente ou por uma empresa terceirizada, explica Luis Kubota, pesquisador do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), que publicará o

trabalho “Desafios para a Política Industrial do Software”. Os primeiros resultados colhidos pelo governo federal sugerem que a mudança pode valer a pena. De acordo com as contas feitas pelo Comitê Técnico de Implantação de Software Livre (CISL), o governo federal já economizou 28,5 milhões de reais com a compra de licenças em 2004. A meta é chegar a uma economia de 300 milhões a 400 milhões de reais em três anos – o que representaria 80% do gasto com a compra de programas. Para isso, no entanto, seria necessário impor, por decreto, que todos os órgãos da administração direta adotassem a mesma política.

**Comunidade** A migração para o software livre, ou de código aberto, tem prosperado nos países desenvolvidos. A prefeitura de Munique, na Alemanha, o governo da França e o da Coreia do Sul, apenas para citar alguns casos, adotaram essa solução. Até nos Estados Unidos, sede das empresas desenvolvedoras de programas protegidos por patente, os servidores da Nasa, a agência espacial, os funcionários que trabalham na Casa Branca e no Federal Bureau of Investigation (FBI), e inclusive os que trabalham e estudam no maior pólo de atração de inteligências do planeta, o Massachusetts Institute of Technology (MIT), rodam soluções livre em suas máquinas. Ao lado da economia e do estímulo à produção de sistemas inovadores, um argumento dos defensores das soluções abertas é que elas são mais seguras, mais resistentes a vírus, pois existem milhares de pessoas trabalhando em suas falhas e assim que surge um problema a comunidade se mobiliza para resolvê-lo. Hoje estão disponíveis versões livres para a grande maioria dos programas proprietários: editores de texto e imagem, navegadores de internet e bancos de dados, entre outros. Estima-se que o universo dos desenvolvedores dessas ferramentas envolva uma comunidade de 500 mil pessoas. Apenas na manutenção do Linux, o sistema operacional livre mais popular, trabalham cerca de 150 mil pessoas nos cinco continentes. É como um ecossistema em que a internet desempenha papel fundamental, já que é o meio primordial de troca de informações.

Pela política que tem adotado, o Brasil já é referência mundial nessa área. “A diretoria do governo que recomenda que os órgãos públicos federais façam a migração de seus sistemas proprietários para programas livres fez o país se tornar referência mundial e estimulou a produção de soluções nessa área. O movimento tem capacidade de induzir a indústria”, diz Rogério Santanna, secretário de logística e tecnologia da informação do Ministério do Planejamento. “As mudanças mais im-



## de exportar dois bilhões de dólares em programas de computador em 2006

portantes que a plataforma aberta pode trazer para o país são autonomia tecnológica e eficiência econômica”, diz Pedro Rezende, professor de ciência da computação da Universidade de Brasília.

**Experiências** Na administração pública direta, a Radiobrás e o Ministério das Cidades estão entre os mais adiantados no movimento de migração. Na Radiobrás o processo começou no segundo semestre de 2003 com o treinamento para a área de informática, além da implementação de um projeto piloto em 37 computadores, também na área de tecnologia. Em 2004 foi feita a migração de mais sete estações de trabalho e 13 servidores. E em 279 computadores foi instalado um pacote com soluções livres de editor de texto, planilha e navegador de internet, entre outros. “Neste ano, vamos complementar a migração desses 279 computadores e migrar mais 98. Mas existem 231 estações que continuarão usando sistemas proprietários por estarem relacionadas a interlocutores que utilizam plataformas incompatíveis. A transformação só poderá ser completada quando todos adotarem o novo sistema. Assim não teremos problemas operacionais”, diz Pedro Frazão, diretor de finanças e tecnologia da informação da



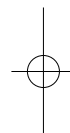
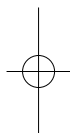
Ricardo B. Labastier/Versar

**Amadeu, do ITI, coordenador do programa federal PC Conectado: o MIT recomenda a adoção de programas livres de alta qualidade**

Radiobrás. De fato, um dos problemas na transição é a comunicação com sistemas de tecnologia de informação que usam software proprietário.

A experiência tem demonstrado que a reforma não é mesmo uma operação fácil também por outras razões. Gustavo Noronha Silva, coordenador de modernização e informática do Ministério das Cidades, conta o que aconteceu em sua área.

“Houve muitos erros, frutos de falta de experiência e precipitação. O trabalho maior foi sensibilizar e capacitar os usuários. Mas a grande mudança é cultural, e as pessoas geralmente são resistentes às novidades.” No ministério, 140 das 500 estações de trabalho e praticamente todos os servidores rodam softwares livres. “A sensibilização e a capacitação poderiam ter sido mais intensas. Estamos em nova fase

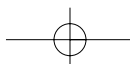


### A inclusão digital no Brasil

Pesquisa feita em 49,1 milhões de domicílios mostra a diferença entre ricos e pobres no acesso à tecnologia

Universo de 49,1 milhões de domicílios	Renda mensal familiar			
	Até 10 salários mínimos		Mais de 20 salários mínimos	
	Número de domicílios		Número de domicílios	
Total	41.544,8 mil		1.929,6 mil	
Com microcomputador	3.413,9 mil	8,2%	1.511,1 mil	78,3%
Com acesso à internet	2.134,3 mil	5,1%	1.377,8 mil	71,4%
Sem microcomputador	38.129,6 mil	91,8%	418,5 mil	21,7%

Fonte: IBGE/Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (2003)



## O governo gasta cerca de um bilhão de dólares por ano para pagar licenças

### A origem do software livre

Tudo começou nos anos 80, quando Richard Stallman, que trabalhava no Massachusetts Institute of Technology (MIT), nos Estados Unidos, percebeu que os softwares que eram livres nas décadas de 60 e 70 passaram a ser vendidos. Ele não gostou do que viu. Criou a Free Software Foundation (Fundação do Software Livre), que preside até hoje. Em 1983 a Fundação, com o apoio de programadores, começou a desenvolver um sistema operacional livre, o GNU, baseado no sistema Unix, o que exigiu anos de trabalho e não resultou em algo que pudesse se tornar popular. Na mesma época foi criada a Licença GPL (General Public License), que permite o acesso ao código-fonte do sistema, seu estudo, uso, alteração e distribuição.

Em 1991, um finlandês, estudante de Computação da Universidade de Helsinki, chamado Linus Torvalds, passou a desenvolver, com base no Unix, um sistema que pudesse ser usado por qualquer PC comum. Assim, em 1994 nasceu o Linux, acessível a todo e qualquer interessado. Formou-se logo uma rede de desenvolvedores que produziu versões variadas e cada vez mais aprimoradas do sistema.

Uma das vertentes, liderada por Eric Raymond, que criou o conceito de fonte aberta, dedicou-se a montar programas úteis para empresas, que poderiam ser licenciados. Assim, o que era um jogo de aficionados de computador e um movimento de democratização da tecnologia, acabou gerando negócios lucrativos. Em 1999 surgiram a Open Source Initiative (Iniciativa para a Fonte Aberta) e em seguida um laboratório para o desenvolvimento de programas de fonte aberta, patrocinado por grandes empresas, como IBM, Intel, Cisco e Ericsson. Ele encarrega-se do aprimoramento do sistema Linux, sob liderança de Torvalds, como explica Luiz Kubota, pesquisador do Ipea, no trabalho "Desafios para a Política Industrial do Software".

de planejamento." No Serviço Federal de Processamento de Dados (Serpro), em que 60% dos computadores já empregam programas abertos, ocorreram dificuldades semelhantes. "A grande mudança é cultural, e não tecnológica. Tivemos de fazer muitas palestras. O desafio é enfrentar o período de transição enquanto os sistemas proprietários e livres convivem", diz Sérgio Rosa, diretor do Serpro.

Considerando todas as dificuldades, entretanto, o Banco do Brasil pretende adotar programas livres em todos os seus seis mil servidores e no gerenciamento de seus 14,4 mil postos de atendimento ao público até março de 2006. Para José Luiz de Cerqueira César, vice-presidente de logística e tecnologia do Banco do Brasil, a opção pelo software livre não é ideológica, mas sim uma oportunidade de negócio, pois a tendência é gastar menos em licenças e mais em serviços.

**Inclusão digital** Os programas de inclusão digital também serão usados pelo governo para incentivar a opção pelo software livre e para economizar com o pagamento de licenças de uso. De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), apenas 8,7% dos domicílios brasileiros têm computador com acesso à internet (leia tabela na pág. 15). Para tentar mudar essa realidade, estão em gestação programas como o Casa Brasil, que prevê a criação de unidades com dez micros, equipados com programas de fontes abertas e ligados à internet, além de sala de leitura e auditório para 50 pessoas. Na fase inicial, serão implantadas 90 casas, sendo 55 nas capitais, mas o programa é ambicioso: pretende atingir a marca de 1.000 unidades do Casa Brasil. Outro programa federal é o PC Conectado, cuja meta é beneficiar cerca de um milhão de pessoas com renda mensal de até 1,2 mil reais. Elas poderão comprar computadores por pouco mais de 1.000 reais, em 24 prestações, e terão acesso à internet por 15 horas por mês ao custo de 7,50 reais. "Ainda precisamos decidir as linhas de fi-

nanciamento e os incentivos fiscais para que as empresas participem, mas já sabemos que será difícil vender um PC com sistema proprietário a esse preço", diz Cezar Alvarez, assessor especial do presidente da República e coordenador do programa. Sérgio Amadeu, diretor-presidente do Instituto Nacional de Tecnologia (ITI), vinculado à Casa Civil e responsável pela coordenação do comitê técnico de implementação do software livre, encomendou um parecer sobre o assunto ao prestigioso Media Lab do MIT. "A resposta veio em 14 de março, com a recomendação de usar programas livres de alta qualidade, em vez de software proprietário, que é mais caro", diz.

Embora a utilização de software livre tenha sido adotado como política prioritária pelo governo, não há unanimidade em torno do tema. "Na esfera federal existem diferenças quanto à estratégia de adoção das soluções abertas. Mas essa é uma discussão salutar", diz Antenor Corrêa, coordenador-geral de softwares e serviços do Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT). Segundo Santanna, do Planejamento, "há diferenças muito claras dentro do governo, mas não posições antagônicas". Um dos problemas na transição para o software livre é como será a comunicação com sistemas de tecnologia da informação que usam software proprietário. Outros criticam os gastos com treinamento da equipe técnica e dos usuários para fazer a migração e com as despesas com assistência técnica, já embutidas no custo das licenças dos softwares proprietários. Amadeu, do ITI, defensor da opção pelo emprego de software livre, não faz questão de colocar panos quentes no debate. "No governo há, sim, gente capturada pelo monopólio que o software proprietário representa", diz. Para ele, como o governo é o maior comprador de tecnologia da informação, ao optar pelo uso de software livre está incentivando a indústria nacional.

Empresários do setor reclamam ações mais efetivas e ágeis por parte do governo. "O governo deve funcionar como indutor

## de programas protegidos por patente usados na administração federal

para estimular as empresas a desenvolver aplicativos e criar mercado”, diz John Forman, presidente da regional do Rio de Janeiro da Associação das Empresas Brasileiras de Tecnologia da Informação, Software e Internet (Assespro). “O Brasil deve fazer como a Índia, vender desenvolvimento no país, e atrair empresas que queiram ter centros de desenvolvimento de software livre.”

**Negócios** Reclamações à parte, há sinais de que a simples intenção demonstrada pela administração pública já surte efeitos no mercado. A empresa finlandesa Nokia, líder global na indústria de telefones celulares, escolheu o Brasil, e não a Índia, para montar um de seus centros mundiais de desenvolvimento de aplicativos com base em software livre, a serem usados em seus aparelhos de telefonia. A razão, segundo Fernando Terni, presidente da Nokia no Brasil: existe no país uma comunidade de desenvolvedores de programas que usam o sistema operacional de código aberto GNU/Linux (leia quadro ao lado).

Um exemplo do novo tipo de negócio que está surgindo é a cooperativa Solis, que existe desde 2003, congrega cerca de 30 pessoas e fica em Lajeado, no Rio Grande do Sul. A cooperativa nasceu no centro de processamento de dados da universidade local, a Univates. Maurício de Castro, presidente da Solis, conta que a equipe começou a se formar quando a Univates decidiu migrar seu sistema para o software livre. A cooperativa, que teve um faturamento de 750 mil reais no ano passado, implementa e desenvolve soluções para serem usadas em instituições de ensino, na indústria, no comércio e em serviços. “Todos os softwares que desenvolvemos estão disponíveis para download na internet. A cooperativa se mantém com a venda de serviços de treinamento, suporte, manutenção e personalização das soluções”, diz Castro.

Mais uma boa história no campo empresarial é a da 4Linux. Ela surgiu numa conversa informal entre quatro universitá-



Divulgação

### O papa do Linux no Brasil

O curitibano Marcelo Tosatti, de 21 anos de idade, ocupa uma posição de destaque na rede de 150 mil pessoas envolvidas no desenvolvimento do Linux, o sistema operacional de código aberto mais usado no mundo. Aluno do primeiro semestre de Engenharia da Computação na Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, em Porto Alegre, ele é o atual mantenedor da versão 2.4 do kernel (expressão que pode ser traduzida como o centro nervoso do sistema operacional) do Linux. Cataloga relatos de problemas e sugestões de usuários que, analisados, caso contribuam para melhorar o sistema, são incorporados. As soluções para os problemas vêm de todo o planeta, por e-mail, e é o brasileiro quem decide se vale a pena incluir a alteração na versão 2.4.

Ele ocupa o posto de guardião do sistema a convite de seu criador, o finlandês Linus Torvalds (leia quadro na pág. 16). O trabalho é voluntário. Para ganhar a vida, Tosatti bate ponto numa empresa. Não falta às aulas. E como o tempo disponível para o Linux não é muito, tem o hábito de dormir com o laptop ligado ao lado. “Adoro aprender, e o software de código aberto permite ir a fundo. O trabalho me dá muito prazer”, diz. Para ele, o software livre representa a possibilidade de democratização da informática.

Sua paixão pela informática começou quando tinha 9 anos de idade. Gostava de observar o irmão mais velho montando computadores para vender. Aos 11 anos, instalou o Linux no PC de casa e começou a investigá-lo. Dois anos depois conseguiu seu primeiro emprego num provedor de internet. Dali foi para a Conectiva, fundada em 1995 e pioneira na distribuição de Linux no Brasil. Hoje, trabalha na Cyclades, que faz integração de produtos Linux.

## Já há versões livres de editores de texto e de imagem, navegadores e bancos



Serpro: 60% dos computadores já empregam programas abertos

rios que, em 1996, formaram um grupo para trocar experiências sobre o sistema operacional Linux e outros softwares livres. Sediada em São Paulo, a empresa foi fundada há quatro anos e tem estrutura para prestar serviços de treinamento e desenvolver projetos baseados em software livre. Já treinou cerca de dez mil alunos para lidar com o sistema operacional Linux e outros softwares, e foi responsável pelo projeto de migração da Companhia do Metropolitano de São Paulo, o Metrô paulistano. “O software livre é a melhor oportunidade para o país se destacar no exterior. O governo pode ajudar simplificando a burocracia que envolve a exportação”, diz Marcelo Marques, diretor de estratégia da 4Linux, que hoje tem 36 funcionários.

A empresa paulistana também abriga um projeto chamado HackerTeen, uma proposta de ensino profissionalizante para adolescentes, com uma metodologia inovadora e de certa forma simbólica dos horizontes abertos por softwares livres. Trata-se de um programa de formação técnica e ética na era digital, voltado para jovens de 14 a 19 anos. Aborda a segurança no mundo da computação e o empreendedorismo. Utiliza recursos do Mangá (as

histórias em quadrinhos japonesas) e jogos interativos como o RPG (Role Playing Game). Também oferece palestras feitas por personalidades de renome. Um de seus objetivos é desmistificar o termo *hacker*, que se confunde com *cracker*, o pirata da internet, aquele que invade sistemas de computadores e viola dados. Os hackers são profissionais apaixonados pela informática que dedicam um tempo enorme à descoberta do funcionamento e da lógica dos sistemas e a seu aprimoramento. Cerca de quatro mil pessoas estão na fila de inscrição do projeto – que, diga-se, não é nada barato: custa 11 mil reais, mas o aluno pode pagar sete mil reais parcelados em 18 meses e o restante depois que conseguir um emprego, independente do tempo que isso possa levar. “Desviamos parte da energia que os adolescentes despendem em jogos de computador para o aprendizado de Linux e de princípios de segurança em computação. Assim o conhecimento é gerado e reproduzido, e o país ganha autonomia tecnológica”, diz Marques.

O usuário individual, corporativo ou governamental que queira instalar o sistema operacional livre da Linux em seu computador tem duas opções: pode bai-

nar os programas pela internet, o que exige certo conhecimento de informática, ou comprar um CD de instalação com manual e telefones de suporte técnico – vendido até em bancas de jornal. Há empresas especializadas no desenvolvimento e na distribuição de diferentes soluções baseadas no Linux. Uma das pioneiras no Brasil é a Conectiva, cujo pacote com as soluções de escritório mais usadas – sistema operacional, editor de texto, editor de planilha, navegador e editor de imagem, entre outras – custa cerca de 100 reais. Uma bagatela diante dos 700 reais cobrados apenas pelo sistema operacional Windows XP Home Edition autêntico, da Microsoft. A Conectiva tem, em seu portfólio, um milhão de sistemas Conectiva Linux instalados e cerca de 15 mil estudantes treinados. “O Linux é cada vez mais usado em servidores, terminais de bancos, caixas de supermercado e celulares. O mercado está mais maduro”, diz Jaques Rosenzvaig, presidente da empresa. Em fevereiro a Conectiva foi comprada pela Mandrakesoft, companhia francesa de distribuição de Linux. O projeto das duas é trabalhar em conjunto para lançar um novo sistema operacional. “A intenção é criar uma organização global com posicionamento próximo ao usuário, serviço de qualidade e adequação de produtos.”

**Oportunidades** No meio empresarial, o software livre não é novidade. De acordo com o estudo setorial “Complexo Eletrônico: Introdução ao Software”, desenvolvido por técnicos do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e divulgado em setembro de 2004, 78% dos servidores de médias e grandes empresas brasileiras empregam o sistema operacional Linux. No caso dos bancos, o índice chega a 42% dos servidores e dos ambientes de trabalho. Varig, Embrapa, Petrobras, Carrefour, Pão de Açúcar e Casas Bahia já utilizam software livre. Segundo a consultoria International Data Corporation (IDC), o mercado para o sistema operacional Linux no Brasil é de



## de dados, entre outros. Cerca de 500 mil pessoas desenvolvem essas ferramentas

400 milhões de dólares. Ainda de acordo com o IDC, o Linux cresce a uma taxa anual de 35% nos servidores que são vendidos com sistema operacional.

Companhias tradicionais de tecnologia, como a IBM, têm reservado cada vez mais espaço para o software livre, considerado um importante mercado a ser ocupado e uma boa oportunidade de negócios. Desde 1999 a empresa investe no desenvolvimento de produtos – hardware e software – e serviços para a plataforma Linux. Recentemente, a empresa liberou as patentes de 500 programas de computador, que passaram a ser de livre acesso. E o investimento acumulado, desde 2001, nessa área chega a cerca de um bilhão de dólares. “O software livre é uma inovação

no processo de desenvolvimento. É fundamental para a formação de especialistas”, diz Cezar Taurion, gerente de novas tecnologias aplicadas da IBM. Entre as iniciativas da empresa se destacam a criação do Linux Technology Center (LTC), com cerca de 400 profissionais ligados via internet a centros virtuais de todo o mundo cuja missão é fazer melhorias no sistema; e o Linux Integration Center (LIC), sediado no Texas, nos Estados Unidos, que tem como tarefa criar e validar soluções para o sistema Linux. A IBM inaugurou, no final de 2003, um LTC em Campinas, em parceria com a Unicamp, e um LIC na capital paulista.

O Ministério da Ciência e Tecnologia encomendou uma pesquisa à Sociedade

para Promoção da Excelência do Software Brasileiro (Softex) para ter um mapeamento do mercado brasileiro de software livre. Assim, será possível direcionar melhor as linhas de crédito em benefício de empresas que desenvolvem software livre. O Programa para o Desenvolvimento da Indústria Nacional de Software e Serviços Correlatos (Prosoft), do BNDES, financia investimentos e planos de negócios, bem como a venda para o mercado interno e as exportações de softwares e serviços correlatos. Hoje, tem 32 projetos aprovados num valor total de 130 milhões de reais, mas, como apenas dois deles são específicos de software livre, só 5,7 milhões de reais foram encaminhados. Outra fonte de recursos é o próprio MCT, que destinou 12,5 milhões de reais para projetos da área em 2004. O ministério também encomendou um estudo para identificar os setores em que o Brasil poderia se sair melhor no mercado externo. Amadeu, do ITI, garante que há enorme potencial para a exportação de soluções que empregam software livre.

Estudo encomendado pelo Fórum Econômico Mundial mostra que o Brasil caiu sete posições no ranking mundial que classifica os países conforme a utilização e o desenvolvimento de tecnologia de comunicação e informação (leia tabela ao lado). Considerando os mesmos critérios, a Índia e a China melhoraram seu desempenho. O uso de sistemas mais baratos é uma forma de disseminar não só o acesso à tecnologia, mas, por consequência, o surgimento de talentos e empresas que atuem na área. É um caminho para a melhoria da educação, para a redução das desigualdades sociais e para o crescimento econômico. O Linux e outros sistemas abertos não chegam a ser varinhas mágicas que transformarão o Brasil numa Finlândia. Mas são ferramentas de baixo custo, ideais para países como o Brasil. Especialmente porque a alma do desenvolvimento de programas de computador é a criatividade. E essa qualidade, como é sabido, não falta ao brasileiro. **d**

### Campeonato da modernidade

Situação de alguns países em matéria de tecnologia da informação. A posição brasileira piorou (classificação no ranking internacional)

País	Posição em 2005	Posição em 2004
Cingapura	1º	2º
Islândia	2º	10º
Finlândia	3º	3º
Dinamarca	4º	5º
Estados Unidos	5º	1º
Chile	35º	32º
China	39º	45º
Índia	41º	51º
<b>Brasil</b>	<b>46º</b>	<b>39º</b>
México	60º	44º
Argentina	76º	50º
Bangladesh	100º	93º
Angola	101º	99º
Etiópia	102º	101º
Nicarágua	103º	94º
Chade	104º	102º

Fonte: Fórum Econômico Mundial - Relatório sobre Tecnologia da Informação



Comemoração no lançamento de ações da Natura na Bovespa, em abril do ano passado: iniciativa observada de perto por outras empresas com vocação para crescer

por **Edmundo M. Oliveira**, de Brasília

Começa a se estruturar no Brasil a indústria de capital de risco, essencial para o fortalecimento das empresas inovadoras e seu ingresso no mercado de ações

# Dinheiro farto e barato



**Q**uando, em abril do ano passado, a empresa de cosméticos Natura abriu seu capital no Novo Mercado da Bovespa, foi observada atentamente por uma das mais dinâmicas companhias de software do país, a Microsiga. A animação do mercado acionário em 2004, com a entrada na Bovespa de marcas como a Gol Linhas Aéreas e a América Latina Logística, consolidou no empresário Laércio Consentino, presidente da Microsiga, a certeza de que, em momento oportuno e não muito distante, chegará sua vez de também lançar ações. “O mercado da Bovespa passou por um longo período de estagnação, mas recentemente se fortaleceu”, diz Consentino. “Nosso processo rumo à bolsa, agora, depende de uma maior expansão e das condições do mercado, que precisa apresentar céu de brigadeiro.”

A abertura de capital é um estágio determinante na vida dos empreendimentos que conseguem vencer a barreira do crescimento e da profissionalização. Proporciona à companhia recursos mais baratos do que os disponíveis no mercado de crédito, fortalece a marca e reforça os critérios de governança, abrindo

novos horizontes para o desenvolvimento. Mas até chegar à bolsa de valores as companhias têm de conseguir recursos para se manter e investir. “O veículo que normalmente tem levado as empresas a se expandir, amadurecer e chegar até o lançamento de ações em bolsa é o capital empreendedor”, afirma o presidente da Associação Brasileira de Capital Empreendedor (ABVCAP), Álvaro Gonçalves.

**Capital de risco** Também chamado de capital de risco, esse mecanismo é amplamente utilizado nas economias mais desenvolvidas e constitui uma indústria que, embora tenha peso relativamente pequeno em proporção ao Produto Interno Bruto (PIB), é uma mola propulsora da inovação tecnológica e da construção de nomes de classe mundial. Microsoft, Intel, Dell, Apple, entre outros ícones da indústria de tecnologia da informação, são prova disso. Todas elas, em algum momento, receberam investimentos de fundos privados, de investidores individuais (*angels*) ou de fundos de capital-semente e de capital de risco, formados com recursos do governo americano.

Um novo ciclo está se iniciando na indústria de capital de risco brasileira. Após dez anos de experiência, desde o estabelecimento do marco institucional, surgiram os primeiros fundos no país. O momento atual é de expansão e amadurecimento, com possibilidades de um salto relevante nos próximos dez anos. “Pela primeira vez, todos os astros estão alinhados na busca de ações que impulsionem o capital empreendedor”, diz Gonçalves. Ele se refere ao grupo de trabalho envolvendo a indústria, os fundos de pensão, a academia e o governo federal, constituído em outubro de 2004 e está prestes a concluir um conjunto de propostas ao governo para impulsionar a indústria nacional de capital de risco.

Aumentar o porte da indústria é o primeiro de um conjunto de desafios que levem à melhor estruturação do setor. “O capital de risco é uma cadeia complexa e estamos trabalhando sistematicamente em seu desenvolvimento desde o final da década passada”, diz Patrícia Freitas, chefe do departamento de investimentos da Financiadora de Estudos e Projetos (Finep), do Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT). “O mais importante agora é que, pela primeira vez, a agenda de capital de risco está na pauta do governo.” Isso é importante, segundo ela, porque, historicamente, essa indústria somente se desenvolveu quando foi fomentada pelos governos.

O exemplo recente de maior êxito, nesse sentido, é o programa israelense Yozma, iniciado em 1993, que levou o país à liderança entre os sócios da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) que mais incentivam o capital de risco. O governo de Israel fomentou a formação de dez fundos. Com recursos do Tesouro, compôs de 33% a 40% do montante desses fundos, desde que os administradores integraissem os 100% com capital externo, proveniente principal-

Um grupo envolvendo a indústria, os fundos de pensão, a academia e o governo está

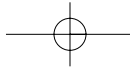


Consentino, presidente da Microsiga: projeto de abertura de capital na bolsa de valores

mente de investidores americanos. Pouco mais de 1.000 empresas de base tecnológica receberam investimentos e, ao cabo de cinco a seis anos, o governo pôde vender sua participação no mercado, oferecendo aos administradores dos fundos incentivo para que comprassem a parcela pública pelo valor inicial, além dos juros do período, e não pelo valor de mercado das firmas, bem superior. O programa surtiu o efeito desejado. Em pouco tempo surgiram muitos outros fundos privados, mesmo dispensando o apoio de recursos do governo israelense. Esse mo-

vimento deu densidade à indústria de capital de risco no país.

**Semente** No Brasil, o primeiro movimento para articular o setor ocorreu em 1994, quando a Comissão de Valores Mobiliários (CVM) baixou a Instrução 209, regulamentando os Fundos de Investimento em Empresas Emergentes (Fiee). Cerca de 30 fundos se inscreveram na instituição, mas apenas a metade se formou e continua em atividade. Outra Instrução da CVM, a 391, regulamentou a constituição dos Fundos de Investimento



## prestes a concluir propostas para impulsionar a indústria nacional de capital de risco

em Participações Societárias (Fips), para ordenar o investimento em empresas mais estruturadas e de maior porte, principalmente aquelas que foram privatizadas na segunda metade dos anos 90. “Essas resoluções regulam dois dos estágios da indústria que definimos, genericamente, como *venture capital e private equity*”, afirma Gonçalves. O elo inicial da cadeia é o que se chama de *capital-semente*. Trata-se do seguinte: o governo destina recursos não reembolsáveis às empresas, geralmente de base tecnológica, incubadas ou em processo de incubação. É um estímulo vital, sem o qual a maior parte dessas empresas jamais deixaria de ser um projeto na mente de seus fundadores.

“As estatísticas ainda são precárias, mas é possível estimar que, nesses três elos da cadeia, o capital de risco corresponda a 0,002% do PIB brasileiro”, afirma Durval Soledade, advogado do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e membro do grupo de trabalho constituído pelo governo. Mesmo considerando que a renda do Brasil, se comparada à dos países da OCDE, é bastante inferior, essa participação é minúscula – cerca de cem vezes menor do que a média dos países da OCDE. “O BNDES está voltando ao mercado de renda variável de forma decidida, e isso seguramente contribuirá para mudar o quadro.”

As ações se intensificam também do lado da Finep. O Programa de Apoio à Pesquisa em Empresas (Pappe), de *capital-semente*, já investiu 9 milhões de reais e tem previsão de chegar a 87 milhões de reais nos próximos dois anos. “Também estamos trabalhando na formatação de um Pappe 2 a partir do espaço criado pela Lei de Inovação, que permite destinar recursos diretamente, sob a forma de subvenção, às empresas”, afirma Freitas, chefe do departamento de investimentos da Financiadora. Além da participação em fundos de capital de risco, que aplicam em pequenas e médias empresas inovadoras, a instituição participa de quatro fundos privados, com 18,7 milhões de reais, e encontra-se em fase de contratação de mais cinco fundos, o que elevará seu investimento na área para 62,7 milhões de reais até 2008. “Considerando os demais cotistas, o comprometimento é de 362,7 milhões de reais, pois para cada real aportado pela Finep outros 5,7 reais são direcionados aos fundos por outros investidores”, diz Freitas.

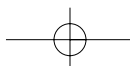
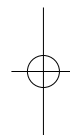
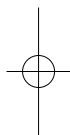
**Investimento** Em outro programa da instituição, o Fórum Brasil de Capital de Risco, foram feitos investimentos em 21 empresas, selecionadas em dez fóruns realizados nos estados. No total, foram 102,4 milhões de reais provenientes dos fundos setoriais do MCT. Segundo Soledade, o BNDES entrará no segmento de empresas emergentes por meio de um projeto conjunto com a Finep. A constituição do Programa de Criatividade Tecnológica (Criatec) incentivar a formação de empresas de tecnologia com dez fundos de investimento em cidades e regiões em que haja maior densidade de pesquisadores e empreendedores de base

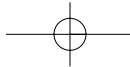
tecnológica. A proposta está sendo examinada pela diretoria do banco, inserida num conjunto de ações que deverá levar à constituição de uma Superintendência de Renda Variável. Com ela, se pretende contribuir para enfrentar, além do desafio do volume, o do gargalo da falta de liquidez do mercado de capitais.

O interesse pelo capital de risco também cresce no setor privado, principalmente na área dos fundos de *private equity*. Um exemplo desse movimento foi a chegada ao Brasil, em 1995, do Darby Overseas Investment, de origem americana. Ele constituiu um fundo de 148 milhões de dólares, que investiu em 12 empresas latino-americanas, das quais três brasileiras, segundo Piero Minardi, diretor do grupo no país. Uma das companhias favorecidas foi a Dixie Toga, líder do setor de embalagens vendida no início deste ano para uma multinacional norte-americana. A transação materializou uma modalidade típica do mercado de *private equity* – o desinvestimento do fundo pela venda do controle acionário, operação definida no acordo de acionistas quando do início do negócio. “Estamos constituindo, neste momento, um fundo mezanino, de 200 milhões de dólares. Este é um tipo de fundo de participação sem acordo de acionistas, apenas com observador no conselho de administração da companhia. Estamos formando ainda um segundo fundo de *private equity*, de 170 milhões de dólares”, informa Minardi. Nos fundos de *private equity* existe um rígido acordo de acionistas, participação no conselho de administração e cláusula que permite, inclusive, troca no comando da empresa.

**Potencial** Outro exemplo veio da Grã-Bretanha. O Advent International Corporation já está criando um terceiro fundo para a América Latina, com recursos de 300 milhões de dólares. Seu raio de ação, explica o diretor Patrice Etlin, abrange Brasil, México e Argentina. “Já investimos em sete empresas brasileiras e em três delas – Microsiga, Aché, do setor farmacêutico, e Atrium, de telecomunicações – já houve o desinvestimento”, diz. “Estamos interessados em companhias maduras, com faturamento anual entre 60 milhões e 70 milhões de reais.” A exceção foi a Microsiga, na qual o Advent entrou sem assumir o controle acionário, uma das políticas do fundo. “Nossa trajetória de sucesso no Brasil nos permitiu fazer a captação do segundo fundo em 2002, apesar da instabilidade reinante no período eleitoral.”

O potencial do mercado de capital de risco também começa a atrair os poderosos fundos de pensão, como é o caso da Petros, dos funcionários da Petrobras. “Já investimos em cinco fundos de *venture capital*, três deles formados dentro do programa Inovar, da Finep”, diz o diretor de renda variável da instituição, Ricardo Malavazi. Recentemente, a diretoria da Fundação Petros decidiu ampliar o investimento em renda variável de 16% para 23% do seu patrimônio de 24 bilhões de reais. “A meta é aplicar 0,5% do patrimônio em capital de risco e já





## No Brasil, o capital de risco é 0,002% do PIB, com vezes menos do que na OCDE

temos autorização para chegar, rapidamente, a 0,3%”, informa Malavazi. “Temos participação em 60 empresas, através de cinco fundos de investimento.”

Álvaro Gonçalves, da ABVCAP, espera que a atitude da Petros atraia outras fundações de previdência. “Se o investidor brasileiro não mostra interesse em aplicar recursos no capital de risco e produzir casos de sucesso, ficamos sem argumentos para atrair investidores estrangeiros, em que se destacam os grandes fundos de pensão. Êxito, confiança e boas práticas são quase tudo nessa indústria. É esse o caminho que precisamos trilhar.” Do lado das empresas interessadas em atrair investimento de risco “o segredo é adotar, o quanto antes, boas práticas de gover-

nança corporativa”, sugere Consentino, da Microsiga. A governança corporativa é um conjunto de regras que, atendidas, garantem a transparência da empresa: números auditados, conselho de administração totalmente independente e práticas de sociedades abertas, mesmo antes da participação em bolsa de valores. Isso aumenta a capacidade da empresa em atrair investimento de risco, tanto no estágio de venture capital quanto na passagem para o private equity.

Como se vê, há mesmo um novo cenário no Brasil. E ele tende a favorecer as empresas inovadoras, tão importantes para que o país aproveite melhor seus talentos e as oportunidades abertas no mercado internacional. **d**

### Exemplos de sucesso

O Brasil já tem alguns casos de sucesso erguidos com o concurso do capital de risco. Um exemplo é a Lupatech, de Caxias do Sul, especializada em mecânica de precisão. “Recebemos o primeiro investimento em 1987 e estamos indo para a quinta operação”, conta o administrador de empresas Nestor Perini, presidente da companhia, hoje com faturamento de 230 milhões de reais por ano. “O capital de risco tem sido fundamental para alavancar nossos planos de expansão.”

A Lupatech foi a primeira empresa brasileira a receber investimento sob as regras da Instrução 209, da CVM. Em 1995 atraiu o banco Bozano, Simonsen, que comprou 45% do negócio e se manteve na empresa até 2001. O trunfo da companhia foi adquirir, há 30 anos, um pacote tecnológico de uma empresa americana da Califórnia e desenvolvê-lo a ponto de ter hoje duas patentes registradas, uma nos Estados Unidos e outra na Europa, com mais três registros depositados. “Investimos de 1% a 2% do faturamento em pesquisa e desenvolvimento (P&D). No momento, estamos implantando um centro de P&D em Caxias, com investimento de dez milhões de reais”, diz o empresário. “Todos os motores de carros da marca General Motors feitos no Bra-

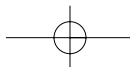
sil, na Argentina e no México levam peças críticas que fabricamos.”

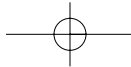
Em outra área bem diversa, de biotecnologia, há o caso da Biobrás, criada em 1976 pelo empresário Guilherme Emrich, de Belo Horizonte. Localizada na cidade de Montes Claros (MG), a empresa tornou-se uma das maiores produtoras de insulina do mundo e foi vendida em 2001. “A companhia seguiu todos os passos clássicos da indústria de capital de risco: recebeu capital-semente e investimento de um fundo de venture capital, vendeu ações na Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa) em 1981 e acumulou valorização de 4.444% desde sua fundação até o momento da venda”, diz Emrich. Vendida a Biobrás para uma indústria estrangeira, nasceu uma sucessora, a Biommm, e com o dinheiro apurado seus fundadores criaram o fundo FIR Capital. A Biommm é uma empresa especializada em P&D e comercialização internacional, com foco em biotecnologia e tecnologia da informação, áreas em que o FIR tem investido.

A Scua Segurança e Gestão de Tecnologia da Informação também testemunha os benefícios provenientes do capital de risco. “Precisava de recursos para crescer e, principalmente, de auxílio na gestão da empre-

sa”, diz o diretor, Ângelo Zanini. Selecionada num dos Venture Fórum realizados pela Finep, a Scua recebeu investimento do fundo Stratus. Um ano e meio depois seu faturamento anual saltou de dois milhões de reais para 3,5 milhões. “Antes, nossa visão era muito tecnológica. Hoje, considero que nosso maior trunfo foi vencer uma concorrência na França, com credenciamento prévio no Ministério da Defesa francês”, diz o empresário. Ele tem clientes também na Espanha, na Colômbia e no Chile.

Segundo Alberto Camões, sócio do Stratus, a decisão do investimento levou seis meses, período em que foi definido um acordo de acionistas detalhado, com validade de três a quatro anos e regras de saída claras. “O regime é de co-responsabilidade na gestão, com assento do fundo no conselho de administração”, diz. Além disso, o acordo prevê a participação de um observador independente. “O sentido dessa participação é equilibrar a visão financeira do fundo, transmitindo aos empreendedores boas práticas de gestão”, diz Marcio Kaiser, executivo aposentado que acumula 35 anos de experiência em empresas como IBM, Oracle, Telemig Celular e GVT.





## INFRA-ESTRUTURA

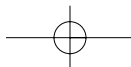
Por Clarissa Furtado, de Brasília

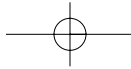
Para dar vazão à produção agropecuária, a baixo custo, é urgente o investimento na modernização da malha ferroviária brasileira

Valéria Gonçalves/FE



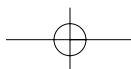
# Uma corrida sobre





Locomotiva da MRS aguarda liberação da linha compartilhada para chegar ao porto de Santos

# trilhos





## As rodovias transportam 62% da produção nacional. Pelas estradas de ferro

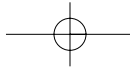


Navio ancorado no porto de Santos aguarda o embarque de mercadorias vindas do interior do país

**U**m grande desafio veio a reboque do crescimento do agronegócio na região central do país: encontrar uma maneira rápida e barata de escoar a produção para os portos. São milhões de toneladas de grãos que percorrem distâncias enormes desde o interior, onde estão as novas fronteiras agrícolas, até o litoral, onde aguardam os navios que os levarão ao mercado internacional. A partir de Lucas do Rio Verde, uma das principais cidades produtoras de soja do Mato Grosso, até o porto de Paranaguá, no Paraná, por exemplo, caminhões carregados de grãos percorrem 2.115 quilômetros de rodovias.

É sacolejando pelas estradas – três quartos delas sem condições ideais de

tráfego, segundo um estudo da Confederação Nacional do Transporte (CNT) – que seguem 62% das cargas brasileiras. Pelas estradas de ferro vão 24% da produção nacional e 14% utilizam hidrovias para atingir seu destino. O resultado é que o país gasta um quarto de seu Produto Interno Bruto (PIB) em logística. É muito se comparado com os 12% despendidos pelo Canadá e com os 12,7% investidos por Portugal. Os dados são do Ministério dos Transportes. A baixa representatividade das ferrovias em um país de dimensões continentais como o Brasil é considerada, pelos estudiosos de logística, uma distorção. Nos Estados Unidos a participação das ferrovias alcança 43% da produção transportada e na Rússia chega a



## segue somente 24% e apenas 14% utiliza hidrovias para atingir seu destino

81%. O trem é a segunda opção mais barata para o percurso de longas distâncias. É superado apenas pelas hidrovias.

O impacto do custo de transporte é maior nos produtos de baixo valor agregado, aqueles que mais engordam a balança comercial brasileira. A soja, vedete do setor do agronegócio, e o minério de ferro, são os produtos brasileiros que melhor aproveitam as linhas férreas. Em 2003, 52% da produção nacional de soja partiu para os portos embarcada em vagões de trem. Esse volume, no entanto, deveria ser bem mais alto. O maior concorrente do Brasil na exportação de soja, os Estados Unidos, gasta 24 dólares menos por tonelada com transporte do que os brasileiros graças ao uso intensivo de ferrovias. Em 2003, o custo adicional do Brasil em relação ao dos concorrentes foi de 864 milhões de dólares.

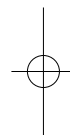
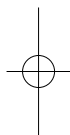
**Reestruturação** Para tentar mudar essa realidade, técnicos do Ministério dos Transportes e da Casa Civil da Presidência da República preparam uma ampla reestruturação do setor. Entre as medidas estão investimentos em novas ferrovias, a capitalização de algumas concessionárias

privadas e a realização de obras de manutenção em trechos urbanos, de responsabilidade governamental, sacrificadas nos orçamentos dos últimos anos em nome do ajuste fiscal. A dúvida é se o projeto produzirá resultados em tempo hábil. Isso porque em 2007 deve dobrar o volume de carga que chegará aos portos por via rodoviária. O acréscimo deverá ser de 16 milhões de toneladas, mesmo que as ferrovias existentes cumpram o compromisso firmado com a Agência Nacional de Transporte Terrestre (ANTT) e ampliem sua capacidade, talvez não consigam atender a demanda. A projeção resulta de uma pesquisa realizada pela Associação Nacional dos Usuários de Transporte de Carga (Anut), em parceria com várias entidades do setor agrícola. Uma estimativa da Casa Civil aponta que será preciso retirar pelo menos 40 milhões de toneladas de produtos das estradas – sob o risco de o excesso de peso e tráfego terminar por inviabilizá-las.

A proposta do governo envolverá investimentos de 8 bilhões de reais na construção das ferrovias Norte-Sul e Transnordestina (veja mapa na pág. 31). As duas linhas, se saírem do papel, somarão cinco

mil quilômetros à malha brasileira – atualmente com 28,5 mil quilômetros. Irão facilitar o escoamento da produção para os portos do Norte e do Nordeste e desafogar um pouco as rodovias do Sudeste. Mas é bom lembrar que obras desse porte não demoram menos de cinco anos. Essa é a melhor das hipóteses. A Ferrovia Norte-Sul, um projeto que já existe há 18 anos, tem apenas 226 quilômetros – 11,3% da extensão planejada, de 2.060 quilômetros (leia quadro na página 30). Agora o governo pretende finalmente concluí-la por meio de uma Parceria Público-Privada (PPP).

O pacote governamental deverá trazer também uma solução financeira para o maior nó empresarial do segmento: a difícil situação econômica da Brasil Ferrovias – holding que detém a concessão de três das principais estradas de ferro do país, a Ferronorte, a Ferroban e a Novoeste. O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) assinou, no final do ano passado, um protocolo de intenções pelo qual se compromete a rever a dívida da Brasil Ferrovias – de 1,5 bilhão de reais. O contrato prevê a transformação de parte do débito em participação acio-

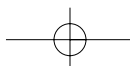


### Quem é quem nas estradas de ferro brasileiras



Ferrovias	Extensão (em km)	Controladora	Principais acionistas
Ferrovia Centro-Atlântica	8.000	FCA	Companhia Vale do Rio Doce (CVRD)
América Latina Logística	7.200	ALL	Fundos de investimento
Companhia Ferroviária do Nordeste	4.200	CFN	Companhia Siderúrgica Nacional (GSN) e Taquari Participações
Ferroban	2.916	Brasil Ferrovias	Previ e Funcef
MRS Logística	1.700	MRS	CVRD, GSN, Usiminas e Gerdau
Novoeste	1.621	Brasil Ferrovias	Previ e Funcef
Estrada de Ferro Vitória-Minas	905	CVRD	CVRD
Estrada de Ferro Carajás (EFC)	892	CVRD	CVRD
Ferronorte	500	Brasil Ferrovias	Previ e Funcef
Estrada de Ferro Paraná Oeste (Ferroeste)	248	Ferropar	Gemon, FAO Empreendimentos, ALL, Pound S/A
Ferrovia Norte-Sul	226	Valec	Ministério dos Transportes
Ferrovia Teresa Cristina	164	Ferrovia Teresa Cristina	Gemon, Interfinance S/A e Santa Lúcia Agroindústria

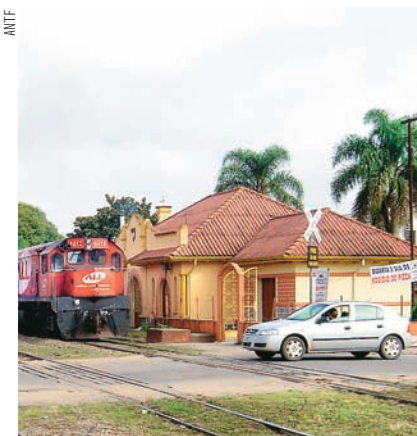
Fonte: Agência Nacional de Transportes Ferroviários (ANTF)



## EUA e Argentina gastam menos com transporte do que o Brasil graças ao uso de ferrovias.

nária e depende da definição do papel que a ANTT terá no acordo. Com isso, o BNDES se tornará sócio majoritário da empresa, atualmente controlada pelos fundos de pensão da Caixa Econômica Federal (Funcef) e do Banco do Brasil (Previ).

A intenção do governo é capitalizar a Brasil Ferrovias para que ela possa fazer novos investimentos. A companhia endividou-se ao construir a malha da Ferro-norte na década de 90. Com 512 quilômetros de extensão, a linha liga parte do Mato Grosso e do Mato Grosso do Sul ao porto de Santos e é considerada rentável e moderna. Os problemas vieram porque o custo da construção superou o que fora projetado e a holding não conseguiu quitar o financiamento do BNDES. “A dívida prejudicou toda a companhia. Equivale a 2,5 vezes o nosso faturamento anual e nos impede de fazer novos investimentos”, diz Guilherme Lacerda, presidente do conselho de administração da Brasil Ferrovias. “Provavelmente, o BNDES entrará na Brasil Ferrovias, mas se comprometerá, no contrato, a investir para fortalecer as três ferrovias controladas pela holding”, diz Maurício Muniz, subchefe adjunto da



Passagem de nível: a necessidade de obras é urgente

subchefia de articulação e monitoramento da Casa Civil. Ao todo, a capitalização da empresa deverá custar ao banco 408 milhões de dólares.

Com a reestruturação financeira da Brasil Ferrovias, espera-se também uma solução para o uso dos 18 quilômetros que ligam o final da malha da companhia ao porto de Santos, o maior do país – trecho concedido à MRS Logística. As duas empresas não se entendem a respeito da forma que deve ser adotada para o uso da

estrutura e dos valores a serem pagos. A expectativa é que a empresa ganhe flexibilidade para a negociação e possa, se for o caso, arcar com a construção de um novo trilho, paralelo ao da MRS.

**Investimentos** Há quem critique o gasto de dinheiro público com uma empresa privada, mas para muitos o investimento é essencial. “A Brasil Ferrovias é fundamental para a logística nacional, já que agrupa o corredor que transporta a soja do Mato Grosso para Santos, além de ser responsável por grande parte da logística ferroviária de São Paulo”, diz Olivier Girard, diretor da consultoria Trevisan. Hoje, com a Brasil Ferrovias descapitalizada, as grandes produtoras de soja estão encontrando uma maneira de minimizar suas perdas: bancam a compra de vagões em troca da garantia do transporte de sua mercadoria. A Bunge, por exemplo, multinacional de origem holandesa que é uma das maiores empresas de soja do país, adquiriu 374 vagões e 17 locomotivas para assegurar o transporte de 17 milhões de toneladas de soja e derivados por um período de dez anos.

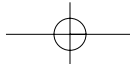
## Promessas de expansão

A Ferrovia Norte-Sul é uma das principais obras do governo para o transporte da carga da região central do país. A ferrovia terá 2.060 quilômetros de extensão e ligará Anápolis, em Goiás, a Açailândia, no Maranhão, onde se encontrará com a Estrada de Ferro Carajás, formando um corredor que cortará os estados de Goiás, Tocantins e Maranhão, até o porto de Itaqui. Atualmente, a Valec, empresa estatal do Ministério dos Transportes, é a concessionária da linha. A empresa construiu, com recursos do Orçamento Geral da União, 226 quilômetros de linha férrea, de Estreito até Açailândia, ambas cidades maranhenses. O trecho Aguiar-nópolis-Colina do Tocantins, com 38 quilômetros, e o trecho Anápolis-Petrolina de Goiás, com 40 quilômetros, estão em fase de execução. “Estamos estudando a alternativa de PPP ou de a Valec fechar um contrato de operação com uma empresa privada para que a construção seja agili-

zada. A CVRD já manifestou interesse”, diz Maurício Muniz, da Casa Civil.

Os chineses do grupo Citic, braço de investimentos no exterior do governo, em parceria com o grupo brasileiro Brasilinvest, já mostraram interesse em investir na ferrovia. Pretendem garantir o fornecimento de soja à China. Mas propõem um traçado diferente do que está nos planos do governo brasileiro. Sua idéia é desviar a ferrovia para o oeste do país, passando pelo Mato Grosso e parte do Pará, até o porto de Itaqui. “O traçado como está hoje cruza dois estados – Goiás e Tocantins – em que não há produção significativa de soja. A carga do Mato Grosso teria de vencer um longo percurso por rodovia até alcançar a ferrovia. O desvio para o oeste seria mais eficiente”, argumenta Olivier Girard, da Trevisan, consultoria que fez o projeto do novo traçado para o grupo Brasilinvest e para os chineses.

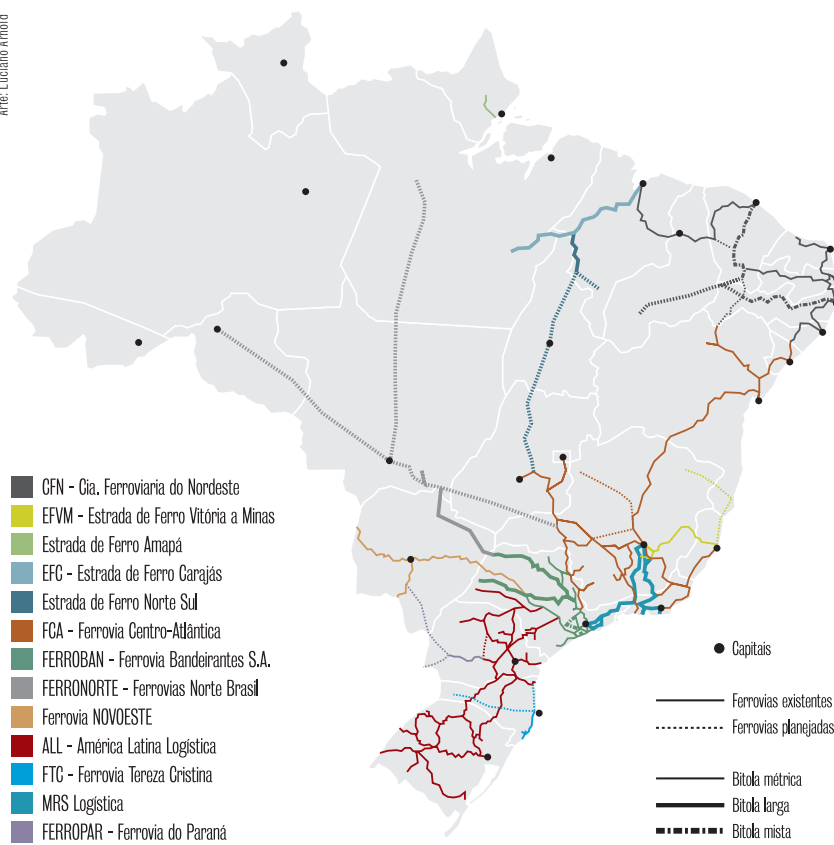
A proposta do grupo Citic ainda não está detalhada, mas, segundo Sanderlei Fiusa, vice-presidente do Brasilinvest, a intenção é financiar a construção – cerca de 2 bilhões de dólares – em troca do frete. Além



## Em 2003, os brasileiros gastaram 864 milhões de dólares mais do que os concorrentes

### Ferrovias do Brasil

Arte: Luciano Arnold



Fonte: Agência Nacional de Transportes Ferroviários (ANTF)

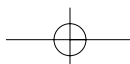
Além de estimular uma injeção de investimentos no setor, o governo pretende corrigir falhas do processo de privatização da malha ferroviária brasileira. A própria União não cumpriu inteiramente o prometido: arcar com as obras de contornos de cidades, construir passagens de nível e evitar invasões em faixa de domínio. Desde a privatização, em 1996, os gastos públicos com o setor foram de meio bilhão de reais, um valor modesto para um setor que exige aportes pesados e que dá retorno no longo prazo. A Associação Nacional dos Transportadores Ferroviários (ANTF) – entidade que reúne e representa os concessionários – calcula que o governo precisará aplicar pelo menos 1,85 bilhão de reais até 2008 em obras que, embora pequenas, são fundamentais. É essencial a solução dos problemas de contornos ferroviários onde o trem invade áreas urbanas. Assim como a melhoria das condições das passagens de nível (pontos em que a linha do trem cruza com outras vias). De acordo com a ANTF existem 11,2 mil passagens de nível no país, sendo que 1,8 mil estão em condições precárias. É isso que explica, em parte, a baixa velocidade média dos

disso, o governo chinês quer que 25% da soja transportada pela Norte-Sul seja vendida para a China. Fonte do governo federal indica que a preferência será para negociar o investimento diretamente com o grupo Citic.

A outra proposta do governo que, segundo Maurício Muniz, conta com o entusiasmo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva é a construção da Transnordestina. Quando foi elaborado o Plano Plurianual de Investimentos (PPA) 2004-2007, a intenção era apenas unir as pontas do traçado da ferrovia que hoje está sob concessão da Companhia Ferroviária do Nordeste (CFN). Em meados do ano passado, a concessionária elaborou um novo projeto, mais ambicioso. Quer construir uma linha que saia de Eliseu Martins, no Piauí, e chegue a Araripina, pólo gessoso de Pernambuco. De lá, ela se bifurcaria: um ramo chegaria ao porto de Pecém, em Fortaleza, e o outro seguiria para o porto de Suape, em Recife. Os dois portos foram construídos na década de 90 e têm capacidade ociosa. Com isso, a Transnordestina levaria aos dois portos a produção de soja que vem se expandindo no sul do Maranhão e no Piauí, e ainda agregaria ou-

tras cargas do Nordeste, como o gesso de Araripina. Mas há quem duvide da viabilidade econômica do projeto. Joaquim Carlos Riva, professor da Universidade de São Paulo (USP) e estudioso do setor, diz que toda ferrovia precisa, para se pagar, transportar pelo menos 15 milhões de toneladas ao ano nos primeiros cinco anos. Em sua opinião, mesmo com a soja esse total não deve ser atingido com facilidade. “Apesar disso, é um projeto viável em termos de desenvolvimento regional”, concede.

Jayme Nicolato, presidente da CFN responsável pelo projeto, garante a viabilidade econômica da ferrovia. Segundo ele, ela terá bitola larga, mais capacidade de carga e, portanto, maior produtividade. “A ferrovia terá custo baixo e com isso possibilitará o escoamento de soja, que deve atingir cerca de 30 milhões de toneladas ao ano. Também fará o transporte de outros produtos da região e de passageiros.” O financiamento da Transnordestina virá do Fundo Nacional de Desenvolvimento Econômico (FNDE) e do BNDES, de recursos já depositados pelo banco no Finor – fundo criado para estímulo aos investimentos no Nordeste.



## A proposta do governo para fortalecer o setor ferroviário envolverá investimentos

trens brasileiros – em torno de 25 quilômetros por hora. Também contribuiu para a lentidão dos trens a invasão da faixa de domínio das ferrovias – áreas de 15 metros em cada lado da linha, que deveriam ficar vazias para evitar acidentes. Atualmente, 200 mil famílias moram próximas às estradas de ferro e a velocidade dos trens nessas áreas cai para cerca de 5 quilômetros por hora. O resultado é a elevação do custo do serviço.

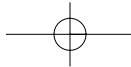
**Obras** Algumas das obras previstas são o contorno ferroviário de Vila Velha, no Espírito Santo, e de São Félix, na Bahia, que poderão ser assumidas pela Companhia Vale do Rio Doce (CVRD), a maior mineradora e a maior operadora de logística do país. A CVRD tem uma dívida de 480 milhões de reais com a Rede Ferroviária Federal S/A (RFFSA) – antiga estatal do setor – e fará o pagamento realizando essas obras, como parte de um acerto de contas que está sendo negociado.

O setor ferroviário privado, por intermédio da ANTF, também calcula que o governo terá de investir 2,4 bilhões de reais na construção de variantes – linhas alternativas que evitam as subidas e sinuosidades e que ficaram fora da responsabilidade das concessionárias na privatização. Construídas no início do século passado, com baixa tecnologia, as ferrovias brasileiras têm muitas rampas. Na acidentada topografia da região litorânea, os engenheiros preferiam contornar as montanhas a construir pontes. A viagem, portanto, ficava mais lenta. Para piorar a situação, usava-se a bitola – distância entre os trilhos – de apenas 1 metro. As bitolas modernas têm 1,65 metro. A largura maior possibilita que os vagões levem mais carga.

Construir ferrovias e mantê-las é dispendioso e, em todos os países, o setor não depende apenas dos recursos da iniciativa privada. “O investimento no setor é muito elevado e não é auto-sustentável, o que exige apoio do governo. Geralmente, é feita a concessão do serviço e dos equipamentos, mas a linha fica com o governo, que no



Terminal do Alto Taquari, no Mato Grosso, da Ferronorte: a construção dessa malha, na década de 90,



## de 8 bilhões de reais na construção das ferrovias Norte-Sul e Transnordestina



endividou a Brasil Ferrovias

Brasil não investiu sua parte”, diz o diretor da consultoria KPMG, Maurício Endo.

**Privatização** Os investimentos do setor privado poderiam ter sido maiores se na privatização tivesse havido maior cuidado com os detalhes dos contratos. Faltaram, entre outras coisas, o estabelecimento de metas e o acompanhamento do setor, principalmente nos primeiros anos. A ANTT, que tem o papel de incentivar e fiscalizar o setor, foi criada apenas em 2001. Ao contrário de outros serviços públicos, como energia e telefonia, em que as agências nasceram ao mesmo tempo em que se dava a privatização, a entidade do setor de transportes ferroviários nasceu com cinco anos de atraso. Até começar a funcionar, foram necessários outros dois anos. A agência fez falta na regulação das disputas em torno do controle societário das companhias. “O modelo de privatização foi caótico e não deixou claro como teriam de ser feitos os investimentos. Em vez de promover uma transformação estrutural do setor, procurou apenas livrar o governo de gastos”, diz Luís Antônio Fayet, consultor de transportes.

“Em 2002, todas as concessionárias estavam com patrimônio líquido negativo. O que acontecia é que apenas um dos sócios aportava capital. Os outros não acompanhavam. Assim, criava-se um desequilíbrio muito grande e a capacidade de investimento acabava ficando zerada”, explica José Alexandre Resende, diretor-geral da ANTT. Segundo ele, os investimentos privados se concentraram nos três primeiros anos da concessão, quando a malha herdada da RFFSA foi reformada para operar com um razoável nível de qualidade. A partir daí, os desentendimentos nos consórcios fizeram secar a fonte de recursos. “Apenas em 2002, quando aconteceram reestruturações societárias de empresas como a Ferrovia Centro-Atlântica (FCA), a Companhia Ferroviária do Nordeste (CFN) e a América Latina Logística (ALL), é que os aportes de capital foram retomados.”

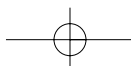
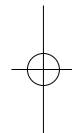
Uma das razões para o desequilíbrio

nas sociedades é que, pelas regras de 1996, nenhuma empresa poderia ter participação maior do que 20% no capital. O objetivo era impedir que o acionista majoritário favorecesse o transporte das cargas que lhe interessassem, prejudicando os concorrentes. Mas em alguns casos a regra foi revista para permitir uma participação maior, desde que preservadas obrigações que garantam a concorrência.

**Exceções** A FCA, responsável por ampla rede em Minas Gerais, Goiás e Bahia, devia mais de 700 milhões de reais à CVRD, uma das acionistas e a única a fazer investimentos. A CVRD propôs capitalizar a dívida e ainda aplicar 400 milhões de reais no grupo. Assim, sua participação acionária subiria para 90%. A ANTT decidiu consultar outros interessados e, como não apareceu ninguém com o mesmo cacife, aceitou que a Vale ultrapassasse, de longe, o limite dos 20%. A agência, no entanto, pode determinar que a empresa saia do negócio a qualquer momento. Além disso, mantém fiscalização para evitar prejuízos aos concorrentes.

Já no caso da MRS Logística, em que o limite de 20% também foi ultrapassado pela CVRD, a situação é mais complicada. A ANTT e o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) ainda estão avaliando a situação. A Vale passou a controlar 40% das ações da MRS depois de comprar mineradoras que eram sócias da empresa, como a Ferteco e a Caemi. “Esse é um problema mais grave, porque os acionistas são também os principais usuários: empresas de mineração e siderurgia. Se uma delas tem o controle, pode prejudicar os concorrentes”, explica Resende. Também no caso da América Latina Logística (ALL), a agência flexibilizou o teto dos 20%. “Aí o limite não era tão importante porque os acionistas não tinham interesse específico em nenhum produto”, diz o diretor da agência.

**Concorrência** Na tentativa de contornar o risco à livre-concorrência, a ANTT criou a



## O setor ferroviário melhorou desde 1996. As empresas investiram na reforma de vagões e linhas.

figura do “usuário dependente”. As empresas que dependem do transporte ferroviário para ter viabilidade econômica devem comprovar o fato e as concessionárias são obrigadas a firmar contratos com elas. Há cerca de 50 processos na agência em que empresas pedem para ser consideradas dependentes das ferrovias. Apenas nove solicitações foram liberadas. Mas há quem considere as regras insuficientes para garantir a competição, já que o risco de concentração excessiva no setor é grande. Para Paulo Fernando Fleury, do Coppead, Instituto de Pesquisa e Pós-Graduação em Administração da Universidade Federal do Rio de Janeiro, as providências tomadas pela ANTT são lentas e de difícil aplicação. “A agência não tem força para fazer cumprir as suas decisões. Há muitos organismos interferindo no setor, como o Judiciário, o Ministério Público e órgãos ambientais.” Segundo ele, em vez da figura do “usuário dependente”, o ideal seria que a agência tivesse força para não permitir que os usuários fossem também sócios de ferrovias.

A Vale – que tem participação majoritária na FCA e na MRS e é dona da Estrada de Ferro Vitória-Minas e da Carajás – detém a maior parte da malha ferroviária nacional. “Quando o usuário é também o

concessionário, como no caso da Vale, surgem conflitos de interesse com competidores. Mas, como o governo não investiu no setor, a Vale ocupou esse espaço, até por necessidade”, comenta Endo, da KPMG. Para Girard, da Trevisan, a concentração da Vale no mercado nacional “pode ser ruim por um lado, como no caso da MRS, mas, por outro lado, trata-se de uma empresa competente e que investe muito no setor. O papel da ANTT é garantir que o usuário dependente seja respeitado, e isso ainda precisa ser testado pelo mercado”. A Vale tem se defendido afirmando que é a maior investidora no setor e que, só neste ano, destinará 1,8 bilhão de reais para a compra de vagões e locomotivas.

Outro ponto gerador de problemas durante a concessão, segundo Girard, foi o fato de a malha ter sido fatiada entre várias empresas e por regiões, sem obedecer à lógica dos corredores contínuos de transporte. “Foram sete concessionárias, enquanto no México, por exemplo, foram apenas quatro. Pelas características do setor, a tendência é que exista uma consolidação em um número menor de *players*, como aconteceu no caso da FCA ou da CFN, que têm participação de 50% da Vicunha e de 50% da Companhia Siderúrgica Nacional.” Além disso, as metas de produção

estabelecidas durante a privatização não foram renovadas nem foram estabelecidos novos objetivos.

**Regulamentação** A falta de regulamentação também afetou o compartilhamento das linhas pelas concessionárias. Mesmo com a criação da Resolução nº 433 da ANTT, em 2004, que normatiza a questão, persistem dúvidas. A resolução obriga as empresas a firmar algum tipo de contrato para o compartilhamento das redes. Segundo a norma, a empresa dona da linha tem a opção prioritária de oferecer o tráfego mútuo. Mas, se ela não tiver equipamento suficiente para levar a carga da concorrente, terá de dar o direito de passagem. Para Girard, a resolução ainda não surtiu o efeito desejado. Além do já clássico problema do acesso ao porto de Santos, começa a surgir uma disputa entre a CFN e a Vale para o uso da malha que dá acesso ao porto de Itaqui, no Maranhão, de propriedade da CFN.

A opção preferencial pelo tráfego mútuo é questionada com o argumento de que o direito de passagem é mais simples e mais barato. “A regulação da ANTT para o tema é insatisfatória. Temos de caminhar para usar mais o direito de passagem, porque o tráfego mútuo onera as ex-

### Memórias do descaso

Para entender melhor os problemas das ferrovias do país, construídas na maior parte por companhias privadas nas décadas de 20 e 30, é preciso voltar um pouco no tempo. Durante anos, o setor ferroviário não recebeu a atenção do governo. Desde 1950, a prioridade do Estado foi a abertura de rodovias. Apartir de então pouco foi feito para atualizar a rede e adequar a tecnologia aos padrões mais modernos. A Rede Ferroviária Federal S/A (RFFSA), estatal criada em 1957 que reuniu as 22 estradas de ferro existentes, gastou muito tentando revigorar as linhas, mas não teve sucesso. A malha não recebia investimentos desde a crise de 1929. Dois anos depois de sua criação, a Rede já apresentava despesas de custeio mais de duas vezes superiores às receitas operacionais e um

déficit de 2,4 bilhões de reais, em valores corrigidos para 2000. A situação foi se agravando ao longo do tempo e o governo deixou o problema em banho-maria.

Durante toda a década de 80, os gastos com o setor foram mínimos, o que resultou numa rede sucateada, apresentada dessa forma para a privatização em 1996. “A situação de deterioração da RFFSA havia chegado a tal ponto que, no início da década de 90, quem quisesse usar as ferrovias precisaria pagar até o combustível e o salário dos maquinistas, porque a rede não tinha nem mesmo crédito com a fornecedora de combustível”, recorda José Alexandre Nogueira Resende, diretor-geral da Agência Nacional de Transporte Terrestre (ANTT). “Além das linhas ruins, havia excesso de empregados”, comenta Paulo Fernando Fleury, diretor do Centro de Estudos em Logística do Coppead – Instituto de Pesquisa e Pós-Graduação em Administração da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

## Sua participação na matriz de transportes aumentou de 21% em 1997 para 24% em 2004



Benfica, na zona norte do Rio de Janeiro, é uma das regiões onde muitas famílias estabeleceram moradia a poucos metros das linhas férreas

portações”, critica Renato Voltaire, diretor da Associação Nacional dos Usuários de Transporte de Carga (Anut). Resende, da ANTT, defende a medida. “Em todo o mundo, a opção é pelo tráfego mútuo porque viabiliza novos investimentos na melhoria da linha. Foi essa obrigação que, em 1960, levou a Vale a duplicar a Vitória-Minas para atender ao tráfego mútuo com a antiga Superintendência 2 da RFFSA”. Para ele, o caso do acesso a Santos ainda não se resolveu por uma peculiaridade: o trecho de compartilhamento é muito curto.

Agora os empresários querem que o governo invista nas obras de sua responsabilidade. Também reclamam que os recursos da Contribuição para Intervenção no Desenvolvimento Econômico (Cide), imposto que incide sobre os combustíveis, criado para ser usado na infra-estrutura de transporte, servem apenas para engordar o superávit fiscal. Já acumula um caixa de 10 bilhões de reais que não é aplicado nas vias férreas. Outro pleito do

setor foi recentemente negado pelo Ministério da Fazenda. As empresas pediam que os valores pagos em contratos de arrendamento das linhas – cerca de 300 milhões de reais por ano – fossem aplicados na rede. O governo preferiu não abrir mão dessa receita.

**Avanços** Embora erros do processo de privatização necessitem ser corrigidos, é inegável que o setor ferroviário melhorou desde 1996. As empresas privadas investiram 6,3 bilhões de reais, a maior parte para reformar vagões e linhas. O volume de cargas transportado cresceu 54% entre 1997 e 2003. A participação do setor ferroviário na matriz de transportes também aumentou de 21% em 1997 para 24% em 2004. Hoje, grandes empresas de soja já fecham contratos com duração de dez ou até 20 anos com as ferrovias, o que era impensável na época da antiga RFFSA (leia quadro na página 34). “Antes de melhorar as linhas, tivemos de recuperar o que her-

damos. Superada essa primeira fase, estamos aumentando a produtividade. Assim, recuperamos a credibilidade tanto dos usuários como dos investidores”, diz Rodrigo Vilaça, diretor da ANTF.

As resoluções tomadas pela ANTT nos últimos anos constituem um bom indício de que o setor começa a ser acompanhado mais de perto. Enquanto isso não ocorria, contratos de arrendamento deixaram de ser pagos, metas de produção foram descumpridas e trechos poucos rentáveis acabaram abandonados. Hoje, o desafio do setor público é não perder tempo. O *boom* do agronegócio estimula o setor ferroviário a progredir e demanda soluções imediatas. O que se espera é que o governo tenha dinamismo para acompanhar o movimento. Não só com investimentos, mas com incentivos ao setor privado, ao mesmo tempo que preserva as ferrovias como um bem que deve servir ao interesse do país, e não apenas à necessidade de lucro das empresas. **d**



## Uma boa lei de PPP



Divulgação

**A**s parcerias entre os setores público e privado ganharam força com a crise fiscal do governo, que limitou a disponibilidade de recursos públicos ao investimento em infra-estrutura. Os recursos do setor privado passaram a ser cotejados como alternativa a essa crise. A questão era a maneira de viabilizar sua atração. A alternativa foi a elaboração de projeto de lei sobre Parcerias Público-Privadas (PPP). Porém, estudo realizado à época do encaminhamento do projeto ao Congresso Nacional, em novembro de 2003, permitiu vislumbrar dificuldades na formalização dos empreendimentos em parceria.

Preocupava-nos o fato de que o conceito de PPP era muito amplo, pois permitia parcerias tanto para os empreendimentos com viabilidade econômica quanto para os sem viabilidade – inovação principal do projeto. Até a construção de edificações com a finalidade de alienação, locação ou arrendamento à administração pública era possível.

Outra preocupação era o órgão gestor, que poderia ter sua eficiência comprometida tanto pelo expressivo número de solicitações de parcerias quanto por sua competência administrativa, que abrangia projetos federais, estaduais e municipais. Causava apreensão também a fragilidade das garantias apresentadas pela administração pública. Faltava um instrumento que pudesse convencer a iniciativa privada de que haveria recursos para os pagamentos futuros. Sem esgotar a matéria, cabe citar a apreensão quanto ao equilíbrio fiscal, que poderia ser comprometido. O receio era que a legislação abrisse uma porta para que estados, municípios e a União fugissem dos limites de endividamento estabelecidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal.

A Lei das PPP (nº 11.079), sancionada em 30 de dezembro de 2004, contemplou essas preocupações e outras. Por isso, parece-nos que apresenta um avanço significativo em relação ao projeto de lei do Executivo. Um importante aprimoramento é quanto ao conceito de parceria público-privada. A lei estabelece que a nova modalidade, denominada PPP, é exclusiva para os

projetos de pouca ou nenhuma viabilidade econômica. Explicita que somente empreendimentos que necessitem do comprometimento de recursos públicos para pagamento ao parceiro privado podem ser classificados como PPP. E exclui os projetos que têm retorno econômico, embora sejam executados e operados pela iniciativa privada.

O órgão gestor teve sua competência restrita aos projetos sem viabilidade econômica concedidos exclusivamente pela esfera federal. E sua atuação foi limitada às deliberações quanto ao enquadramento dos empreendimentos como PPP e à apreciação dos relatórios de execução dos contratos. Os ministérios e as agências reguladoras licitam, acompanham e fiscalizam os contratos. Para criar garantias efetivas à atração do investidor privado, foi instituído o Fundo Garantidor dos Pagamentos das PPP (FGP) com recursos públicos, a maioria da União. Para assegurar o equilíbrio fiscal, a nova lei determina que o conjunto dos projetos não pode ultrapassar 1% da receita corrente líquida da União. Esse limite foi imposto, também, aos estados, ao Distrito Federal e aos municípios como condição prévia ao recebimento de recursos e garantias da União.

Uma boa lei é necessária, mas não suficiente. Somente a prática poderá mostrar se os investimentos serão atraídos para empreendimentos cujo retorno econômico será garantido pelo Poder Público. A tomada de decisão do investidor privado depende do cenário macroeconômico, tal como da taxa de juro real, que impacta no cálculo do custo de oportunidade do capital. Cada projeto de PPP exigirá um contrato bem elaborado, que forneça à sociedade a prestação do serviço público e ao ente privado a justa remuneração do capital investido.

\*Artigo escrito em parceria com Ricardo Pereira Soares. Os autores são pesquisadores do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea)

*“A Lei das PPP, sancionada em dezembro de 2004, é um avanço. Mas somente a prática poderá mostrar se os investimentos serão atraídos para empreendimentos cujo retorno econômico será garantido pelo Poder Público, para fornecer à sociedade os serviços de que ela necessita”*

Por **Andréa Wolffenbüttel**, de São Paulo

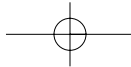
# O valor da vida

Estudo mostra qual é o investimento necessário para a redução da mortalidade infantil no país

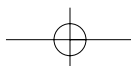
**F**ernanda Matos Duarte estava no sétimo mês de gravidez quando soube que seu bebê tinha problemas de má-formação. Não havia tempo a perder. No mesmo dia percorreu os quase 200 quilômetros que separam sua cidade, Torre de Pedra, da capital paulista, onde poderia receber atendimento médico especializado. Na viagem, não conseguia ordenar os pensamentos, dividida entre as preocupações com o bebê que trazia no ventre e com a filhinha de 3 anos, que ficara aos cuidados do pai. “Estava morta de medo. Tudo o que pude fazer foi pedir a Deus que arrumasse o melhor lugar do mundo para o meu filho nascer”, lembra. Encaminhada ao Hospital das Clínicas (HC), provavelmente a mais bem equipada instituição pública de saúde do país, foi submetida a uma cesariana. O bebê, chamado André Luiz, nasceu com um grave problema nos rins. Ficou na Unidade de Cuidados Intensivos Neonatal, conectado aos aparelhos que permitiram seu desenvolvimento, até que estivesse apto a passar por uma cirurgia corretiva. A história de Fernanda teve um final feliz e André Luiz crescerá sem sequer saber que esteve muito próximo de engordar as estatísticas de mortalidade infantil no seu aspecto mais grave, isto é, a morte no primeiro dia de vida.

Unicef/Anselmo Jarbas/Corpro





Fornecimento  
de água tratada tem  
impacto imediato  
na taxa de  
mortalidade infantil  
e na saúde  
das crianças



No Brasil, 64,7% dos óbitos que formam a alta taxa de mortalidade infantil ocorrem na

### Taxa de mortalidade infantil

(número de mortes por mil nascidos vivos, em 2003)

Dinamarca	3
Itália	4
Israel	5
Austrália	6
EUA	7
Chile	8
Uruguai	12
Argentina	17
Colômbia	18
Venezuela	18
México	23
Paraguai	25
Peru	26
<b>Brasil</b>	<b>27</b>
África do Sul	53
Haiti	76
Serra Leoa	166

Fontes: IBGE (Brasil), ONU (países restantes)



Fernanda Matos Duarte e seu bebê na UTI Neonatal do HC de São Paulo, uma das mais modernas do país

Mais do que um indicador de saúde, a mortalidade infantil é considerada um indicador social, pois sofre influência direta de diversos fatores, tais como educação, saneamento e meio ambiente. Na última década, o Brasil conseguiu diminuir a mortalidade infantil em 40%. O número de óbitos de crianças com até 1 ano de idade em cada mil nascidas vivas caiu de 46,99 em 1991 para 27,43 em 2001. A redução reflete ações realizadas num período de tempo mais longo. Na área de saneamento, houve o Plano Nacional de Saneamento (Planasa), concebido no início da década de 70, que criou as companhias estaduais de saneamento para equipar as cidades, na época em rápido crescimento. No setor da saúde, a ação mais determinante foi a criação do Sistema Único de Saúde (SUS), com atendimento gratuito e universal, aliado, mais recentemente ao Programa de Saúde da Família. E, no que diz respeito à educação, houve sucessivos projetos para a erradicação do analfabetismo. Mesmo assim o Brasil ainda está 20 anos atrasado em relação aos países desenvolvidos – e não se sai bem mesmo quando comparado a seus “pares”, como a Argentina, cuja taxa de mortalidade infantil é 17, e o Chile, campeão do subcontinente, que registra índice 8 (leia tabela acima).

Os indicadores mostram que ainda há muito a fazer para que o Brasil apresente uma taxa de mortalidade infantil compatível com seu nível de desenvolvimento econômico. Em busca da melhor relação custo-benefício das diversas iniciativas que afetam a ocorrência de mortes durante o primeiro ano de vida, dois pesquisadores do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) elaboraram um estudo. Estimaram o investimento necessário para salvar uma vida a partir de cada uma das formas de atacar o problema, a via da saúde, a do saneamento e a da educação. “Apesar de todas elas atuarem em conjunto, com uma ferramenta estatística foi possível calcular o impacto de cada determinante sobre a mortalidade infantil”, explica Mário Jorge Cardoso de Mendonça, um dos autores do estudo “Saúde e Saneamento no Brasil”, ao lado de Ronaldo Seroa da Motta.

**Educação** A pesquisa mostra que a redução do analfabetismo das mulheres é a maneira mais barata de combater a mortalidade infantil, conseguindo salvar uma vida com o investimento de 63 mil reais. A segunda providência que traz mais retorno por real aplicado é o aumento de leitos hospitalares na rede

## primeira semana de vida. Destes, quase 80% se dão no primeiro dia após o nascimento

pública. No caso, o custo é de 72 mil reais para cada vida poupada. Segue-se o fornecimento de água tratada, que evita uma morte com 168 mil reais. As estimativas consideram o custo da melhoria da situação nas diversas áreas em apenas 1% em relação ao quadro atual, ou seja, redução de 1% do analfabetismo de mulheres em idade fértil, crescimento de 1% no número de leitos hospitalares e aumento de 1% da população que recebe água tratada (leia tabela na página 43). Com dados objetivos, o estudo acabou chegando a conclusões que estão em perfeito acordo com o pensamento de estudiosos mais ligados aos aspectos humanos da questão.

“A educação é o meio mais abrangente de combate à mortalidade infantil porque age em todas as componentes do problema”, diz Márcia Furquim de Almeida, professora de Epidemiologia da Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo (USP). “Enquanto a melhora dos serviços de saúde e saneamento, absolutamente necessária, ataca problemas bem específicos, a educação produz efeito generalizado, pois uma mãe bem informada sabe tratar melhor de si mesma e do filho.” Para Halim Girade, oficial de projetos do Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef) no Brasil, mais do que educação, falta conscientização. “O governo tem a obrigação de prover, mas a população tem a obrigação de cobrar”, diz.

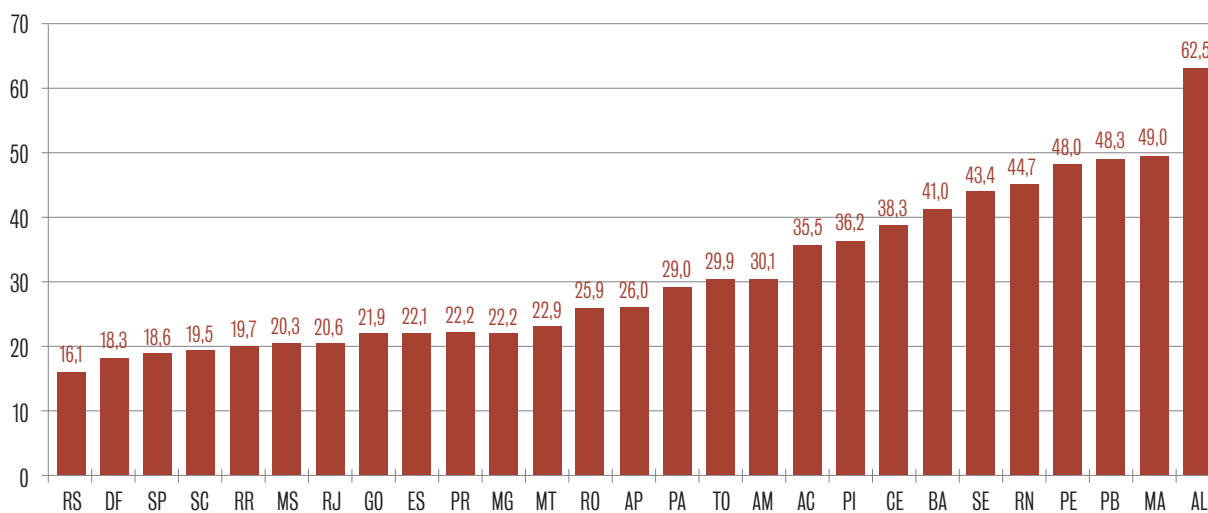
**SUS** Essa posição é comum aos organismos internacionais. A Organização Pan-Americana de Saúde (Opas), escritório regional para as Américas da Organização Mundial de Saúde

(OMS), tem uma proposta para aumentar o nível de conscientização das camadas mais pobres: usar o alcance da rede do SUS para educar os usuários. “Obviamente, a mortalidade infantil está concentrada nas comunidades mais carentes e o SUS, por ser gratuito, acaba tendo contato com esses grupos. Seria bom se os profissionais fossem preparados para, além de curar, também ensinar”, diz Horacio Toro Ocampo, representante da Opas no Brasil. Para ele, o Brasil avançou muito com a implantação SUS, mas o serviço merece ser aperfeiçoado.

Uma das melhoras seria a segunda alternativa mais econômica de combate à mortalidade infantil apresentada no estudo do Ipea, isto é, o aumento de leitos nos hospitais públicos. “Esse é um valor difícil de ser medido, porque o custo de um leito varia muito. Pode ser apenas mais um dentro de uma estrutura simples que já existe ou pode demandar a construção de todo um hospital, com seus equipamentos. Mesmo assim, procuramos trabalhar com um valor médio e conseguimos chegar a conclusões confiáveis”, avisa Cardoso de Mendonça, do Ipea. Para surtir o efeito desejado, os leitos teriam de ser basicamente de duas modalidades. Primeiramente de obstetrícia, para abrigar um maior número de mães. Esse investimento vem sendo feito. Os leitos para parturientes da rede do SUS aumentaram 17% na última década. Mais urgente é a ampliação da oferta de leitos em UTI neonatal, bem mais caros, como o que recebeu o filho de Fernanda Matos Duarte, mencionado no início desta reportagem. “Esse atendimento é extremamente importante porque 64,7% dos óbitos que formam a alta taxa nacional de mortali-

### Mortalidade infantil nos estados brasileiros

Número de mortes em cada grupo de mil bebês nascidos vivos



Fonte: IBGE

## Segundo estudo do Ipea, o abastecimento de água tratada requer maior investimento,



Mãe e filha frequentam aula noturna de alfabetização de adultos em Ribeirão Pires, na região da Grande São Paulo

dade infantil ocorrem na primeira semana de vida – e destes, quase 80% se dão no primeiro dia de vida”, explica a professora Furquim. Os falecimentos até uma semana depois do nascimento são os que estão mais claramente vinculados às condições de saúde, enquanto os que ocorrem até 1 ano de idade englobam também a qualidade de saneamento e as condições de moradia, além de aspectos ambientais e urbanos.

O atendimento ao recém-nascido é precário no Brasil. Um exemplo: a Bahia, o estado que conta com a quarta maior população feminina do país – tem 5,3 milhões de mulheres com mais de 10 anos de idade –, dispõe de apenas 14 leitos de UTI neonatal, sendo que cinco estão na capital. Talvez por isso Salvador seja uma das cidades que caminharam em sentido contrário ao do país, ou seja, registrou taxas de mortalidade neonatal crescentes entre 1997 e 1999. Começou a dar sinais de recuperação em

2000. A Bahia como um todo está em sétimo lugar entre os estados com as piores taxas de mortalidade infantil. Em situação mais grave estão Alagoas, Maranhão, Paraíba, Pernambuco, Rio Grande do Norte e Sergipe (veja gráfico na página 41). Mas a região que amarga os piores índices é o semi-árido brasileiro, que engloba partes de Piauí, Ceará, Minas Gerais e Espírito Santo. Lá, 95% dos municípios apresentam indicadores superiores à média nacional. O Unicef está desenvolvendo um trabalho específico para amenizar a situação, que envolve tanto problemas de saúde como de desnutrição e de falta de água (leia mais na reportagem da página 46).

**Água** O abastecimento de água é a terceiro meio de combate à mortalidade infantil mais viável, economicamente falando, apontado na pesquisa do Ipea. Ela é apenas um dos cinco itens

## mas provoca redução de doenças e, portanto, menor demanda por serviços de saúde

que formam o chamado saneamento básico, e é aquele em que o Brasil está mais avançado. O país tem 76,1% dos domicílios ligados à rede de distribuição de água. O problema é que a parcela faltante é justamente aquela que apresenta maiores dificuldades para ser atingida, seja pela distância, seja por questões fundiárias, seja pelo motivo mais óbvio, a falta de recursos para arcar com o custo dos serviços, tanto por parte do usuário quanto por parte do governo. Quem cuida da ampliação da rede de saneamento para pequenos municípios e comunidades é a Fundação Nacional de Saúde (Funasa) – e ela precisa ter muita criatividade para superar os obstáculos. Uma das soluções encontradas para favorecer as populações carentes que habitam regiões ermas é um sistema que usa energia solar para o bombeamento da água. Ele vem sendo instalado sobretudo em comunidades indígenas. Em Goiás e Mato Grosso já existem cinco aldeias com sistema de saneamento movido a energia solar.

“Mais do que a própria instalação da infra-estrutura, o desafio é garantir a continuidade do funcionamento”, conta Kátia Ern, diretora do Departamento de Engenharia de Saúde Pública da Funasa. Segundo ela, freqüentemente as prefeituras das pequenas cidades não reservam as verbas necessárias para a compra de insumos e para o pagamento da mão-de-obra que opera os sistemas de saneamento. Assim, o investimento em infra-estrutura é desperdiçado. E, mesmo quando está em funcionamento, o serviço muitas vezes não é bem aproveitado e não

atende seu objetivo, porque a população não consegue pagar por ele. Para solucionar esse problema foi criada a tarifa social, que estabelece uma taxa mínima a ser paga por aqueles que consomem pouco ou simplesmente não têm recursos para bancar a conta de água. Essa iniciativa recebeu elogios do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud), pois a maior parte dos países subsidia a construção da infra-estrutura, mas não ajuda a população a usufruir do serviço. “Chegou-se a testar o fornecimento gratuito de água, mas os resultados não foram bons porque os níveis de desperdício eram muito altos”, lembra Wanda Russi, professora do Departamento de Saúde Ambiental da Faculdade de Saúde Pública da USP.

Além das limitações de recursos, muitas vezes o fornecimento de água também esbarra em barreiras culturais. Até o sabor da água clorada pode ser motivo de rejeição – mais um caso de falta de esclarecimento. Manoel Renato Machado Filho, gerente de projetos da Secretaria de Saneamento, ligada ao Ministério das Cidades, lembra de várias situações em que investimentos feitos em saneamento não deram resultado. “Fomos visitar uma casa numa cidade do interior da Bahia e descobrimos que o banheiro que havia sido construído, devidamente equipado com uma fossa, tinha sido transformado em galinheiro.” Numa outra casa, o banheiro estava intacto porque era considerado o cômodo mais importante e bonito. Os pais não deixavam as crianças entrarem para não estragar as instalações e ninguém usava o

### Estimativas dos custos das alternativas de redução da mortalidade com base em dados do ano 2000

Variável	Indicador do serviço em 2000	Variação marginal	Custo marginal (R\$ milhões)	Número de mortes evitadas	Custo unitário por morte evitada (R\$ mil)
Combate ao analfabetismo	Atinge 15% da população feminina com mais de 15 anos	Redução de 1% na taxa	12,8	162	63
Aumento do número de leitos hospitalares	480 mil leitos	Aumento de 1% no número total de leitos	1,95	27	72,4
Fornecimento de água tratada	Cobertura de 78% da população	Aumento de 1% na cobertura	261	108	168
Coleta de esgotos	Cobertura de 52% da população	Aumento de 1% na cobertura	362	216	241
Gastos com saúde	R\$ 11,8 bilhões	Aumento de 1% dos gastos com saúde	117	415	282

Nota: Mortalidade de crianças com idade entre zero e 4 anos em 2000: 3.521 casos.  
Fonte: Ipea, Seroa da Mota R, e Cardoso de Mendonça, M J. “Saúde e Saneamento no Brasil”

## Mães alfabetizadas sabem cuidar melhor de si mesmas e dos filhos



O semi-árido nordestino registra as piores taxas de mortalidade infantil do país, especialmente por problemas de abastecimento de água

banheiro para não sujá-lo. Mas Machado Filho afirma que o que mais o incomoda não são essas questões envolvendo gente simples: são as complicações geradas pela confusão administrativa do setor de saneamento. “O governo federal reservou a verba de um bilhão de reais para ser aplicada em saneamento em 2005, mas não sei se vamos conseguir usá-la porque os entraves burocráticos gerados pelos conflitos entre os governos estaduais e municipais complicam e retardam as definições.” Ele conhece de perto o problema. Cabe ao Ministério das Cidades cuidar da melhora da infra-estrutura de saneamento nas grandes cidades

e freqüentemente os projetos não saem do papel por falta de entendimento entre os gestores. Numa ocasião foi autorizado um financiamento para a prefeitura de João Pessoa, capital da Paraíba, para a construção de uma estação de tratamento de águas, mas a companhia estadual de saneamento se recusou a levar a obra adiante porque o projeto estava fora dos seus padrões. “Não estou tirando a razão de nenhuma das partes, mas esse é um exemplo de como a falta de articulação entre diferentes áreas de governo pode trazer prejuízos à população.”

**Urbanização** Outra dificuldade para a expansão da rede de abastecimento de água nas grandes cidades é a falta de regularização dos imóveis. Normalmente as áreas mais carentes são justamente as periferias, onde os imóveis raramente estão devidamente registrados. Pelo contrário, em sua maioria são terrenos particulares ocupados sem autorização do proprietário ou, pior ainda, áreas de reserva ou de mananciais. A lei impede que o governo faça benfeitorias em terrenos particulares e especialmente em reservas ecológicas. Cria-se então um caso complicado, pois é sabido que sem condições mínimas de saneamento é inevitável que surjam focos de doenças. Para escapar do impasse, mais uma vez é preciso apelar para a criatividade. O governo municipal de Suzano, cidade da região metropolitana de São Paulo, se encontrava exatamente nessa situação em relação a uma ocupação chamada Nova Ipelândia, estabelecida numa área de manancial. “A prefeitura tentou retirar os moradores, mas um vereador conseguiu impedir o despejo. Então a comunidade continuou vivendo lá, sem nenhuma infra-estrutura”, lembra a professora Russi. A solução foi colocar reservatórios plásticos de água potável na rua mais próxima, fora da área de manancial. Eles são abastecidos diariamente por caminhões-pipa enviados pela prefeitura. O drama é que a velocidade de crescimento das cidades é muito maior do que a capacidade dos administradores de encontrar saídas oficiais ou alternativas. Mesmo assim o governo federal estabeleceu para 2020 a meta de universalizar o abastecimento de água urbano e estender o serviço à metade da população rural, onde atualmente só 18,7% dos domicílios têm fornecimento adequado.

Apesar de o abastecimento de água tratada aparecer em terceiro lugar na relação das alternativas mais baratas para o combate à mortalidade infantil, os pesquisadores do Ipea ponderam que ela provavelmente é a mais justificável, mesmo do ponto de vista econômico. Isso porque os benefícios do acesso à água tratada resultam na imediata redução das doenças e, portanto, diminuem a necessidade de investimentos em saúde. Além de trazer indiscutíveis vantagens ambientais. Portanto, a conjugação da melhora no nível de educação das mulheres com a ampliação do acesso a água tratada forma o par ideal para salvar a vida dos pequenos brasileiros que chegam ao mundo em condições tão desfavoráveis. **d**



# A riqueza dos corredores ecológicos

Pedro Ivo Alcântara



**A** idéia de corredores ecológicos proporciona maior probabilidade de disseminação e sobrevivência de genes e indivíduos entre populações e subpopulações, bem como cria uma rede de conexão entre unidades de conservação que estimula a proteção e a manutenção de diversas espécies do patrimônio natural brasileiro. Isso resulta em ganhos de eficiência ecológica e inovação nos modelos de gestão, além da exploração de atividades econômicas sustentáveis.

Os corredores ecológicos permitem o entendimento de como as espécies se movem e se adaptam enquanto enfrentam mudanças globais. As zonas em torno das áreas protegidas ajudam a fornecer às espécies um espaço adicional para a sobrevivência. São úteis, pois valores econômicos estão ali inseridos. Além do que, diversas informações de cunho científico, ainda não conhecidas pela ciência, certamente serão importantes para as gerações futuras.

A importância econômica da biodiversidade brasileira está representada em inúmeras pesquisas. Elas demonstram o quanto de riqueza as áreas de conservação significam para a economia e são fator de informação estratégica. Os valores diretos estão relacionados aos diferentes produtos dos ecossistemas, transformados ou vendidos diretamente no mercado. Os indiretos estão representados pelos esforços de pesquisa, que têm permitido transformar serviços ambientais em valores econômicos. Em recente trabalho de investigação, a Câmara dos Deputados, instituiu Comissão Parlamentar de Inquérito com o objetivo de investigar o tráfico ilegal de animais e plantas silvestres da fauna e da flora brasileiras, com destaque para:

1. O tráfico de peixes ornamentais da Amazônia brasileira para a Colômbia, somente no ano de 2002, rendeu quatro milhões de dólares de divisas internacionais para aquele país, enquanto o Brasil exportou, no mesmo período, apenas 300 mil dólares.

2. No que se refere aos recursos florestais, estima-se que 2,5 mil empresas atuem na Amazônia, e gerem 600 mil empregos diretos e indire-

tos e faturamento de 2 bilhões de dólares por ano (sendo que 75% da produção total de madeira está concentrada nos estados do Pará, Mato Grosso e Rondônia, e que aproximadamente 30% da extração madeireira é irregular).

3. Quanto às plantas medicinais, diversas sinalizações têm sido feitas no sentido de se guardar o vasto potencial da floresta amazônica. Segundo o deputado Elisaldo Carlini, o grupo sob sua liderança já pesquisou 89 plantas da região amazônica. Os efeitos medicinais da espíndrea-santa foram comprovados, e “uma indústria farmacêutica genuinamente brasileira” tem produzido medicamentos com essa planta.

4. O tráfico ilegal de animais da fauna brasileira revela números contabilizados pelo mercado informal. No mercado internacional, uma arara-azul-de-lear vale 60 mil dólares, um mico-leão-dourado é vendido por 20 mil dólares e uma jaguatirica por 10 mil dólares.

5. A biopirataria de animais para fins de pesquisa científica revela também que uma jararaca-ilhoa vale 20 mil dólares no mercado internacional. Uma surucucu-pico-de-jaca vale em torno de 5 mil dólares e haveria besouros cotados em até 8 mil dólares.

6. Um grama de veneno extraído da aranha-marrom vale 24 mil dólares.

7. O tráfico de animais silvestres no Brasil movimenta em torno de um bilhão de dólares por ano, perdendo apenas para o tráfico de drogas e armas. Sabe-se ainda que 90% do comércio de animais silvestres no Brasil é ilegal, e que apenas 10% dos animais que são capturados resistem às condições de trato e de transporte.

8. O mercado mundial de fármacos, especialmente o de fitoterápicos (remédios obtidos diretamente de plantas), movimenta cerca de 30 bilhões de dólares.

*“O tráfico de animais silvestres no Brasil movimenta em torno de um bilhão de dólares por ano, perdendo apenas para o tráfico de drogas e armas”*

**José Aroudo Mota** é diretor adjunto da Diretoria de Estudos Regionais e Urbanos do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea)

## METAS DO MILÊNIO

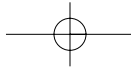
# As boas intenções e o mundo real

Por **M a y s a P r o v e d e l l o**, de Brasília

As primeiras análises dos resultados dos Objetivos do Milênio para a redução da miséria no planeta não são nada animadoras. Mas o Brasil apresenta alguns indicadores positivos

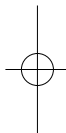
**Q**uando os representantes de 189 países sócios da Organização das Nações Unidas (ONU) decidiram firmar um compromisso de combate à pobreza no planeta, com prazos e metas definidos, a reação internacional foi extremamente positiva. Isso ocorreu nos idos do ano 2000, passagem de século e de milênio, em que pairava no ar um sentimento de boa vontade. A Declaração do Milênio, composta de oito objetivos (leia quadro na pág. 49) voltados para a melhoria das condições de vida de pelo menos 500 milhões das pessoas extremamente pobres, até 2015, parecia indicar uma disposição prática e verdadeira no sentido da redução das desigualdades. Especialmente porque entre os signatários do acordo estavam países desenvolvidos, que repassam anualmente recursos correspondentes a 0,7% do Produto Interno Bruto (PIB) mundial a ações humanitárias. Passaram-se mais de quatro anos e os primeiros levantamentos acerca dos resultados da Declaração são desanimadores. Pouco se fez. Em algumas regiões, como a África Meridional (ao sul do deserto do Saara), houve retrocesso. Em 46 países as pessoas são mais pobres hoje do que há uma década. Em 25 existem mais famélicos.

“Para quem vive em situação de extrema pobreza, os Objetivos do Milênio (ODM) são uma questão de vida ou morte”, diz o economista norte-americano Jeffrey Sachs, autor do relatório “Projeto do Milênio”, que traz diagnósticos da situação dos países e sugere ações para que se cumpra o estabelecido. Segundo Sachs, falta disposição política global para resolver o problema. “O custo do projeto é totalmente viável. Quaisquer que sejam as motivações para atacar a pobreza –, direitos humanos, valores religiosos, segurança, prudência fiscal, ideologia – as soluções são as mesmas. Só é necessário agir.” O Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud) estima que sejam necessários 50 bilhões de dólares anuais, até 2015, para o cumprimento dos objetivos propostos.



Sebastião Moreira/AF

Morador de rua no centro da capital paulista: o índice de indigência foi reduzido, mas os problemas continuam visíveis



Em 1990, 8,8% dos brasileiros viviam com menos de um dólar por dia. Em 2000,

“Parece muito, mas não é. Sobretudo se prestarmos atenção nos valores gastos em guerras e armamentos no mundo de hoje”, considera Marielza de Oliveira, analista de programas do Pnud. Nesta edição, **Desafios** inicia uma série de seis reportagens sobre os Objetivos do Milênio. Elas analisarão o que já se fez e o que deixou de ser feito para combater a miséria, investigarão os obstáculos a ser transpostos e contextualizarão o Brasil nesse cenário.

**Pobreza** O primeiro objetivo declarado pela ONU é a erradicação da pobreza e da fome no mundo. Para atingi-lo, foi estipulada a meta de reduzir à metade (considerando dados de 1990) o número de pessoas que sobrevivem com menos de um dólar por dia. Em 1990, 8,8% dos brasileiros enquadravam-se nesse parâmetro. Em 2000, data dos mais recentes dados oficiais disponíveis, o índice havia sido reduzido para 4,7% – o que significa que o número de pessoas paupérrimas caiu quase à metade 15 anos antes do prazo estipulado pela ONU.

Observado apenas do ângulo estatístico, o fenômeno ocorrido no Brasil é notável. No mundo real, entretanto, nota-se que a melhoria não foi assim tão significativa. O país tem problemas que sobrepõem a questão da renda. Tem carências no que diz respeito ao saneamento básico, ao atendimento à saúde e à educação. Tem muita gente vivendo em condições de risco. E as contas utilizadas para a definição das políticas públicas são questionadas por muitos estudiosos. A Lei Orgânica de Assistência Social (Loas) considera abaixo da linha da pobreza, ou indigência, aqueles indivíduos com renda familiar inferior a um quarto de salário mínimo mensal, o que totaliza 20 milhões de pessoas. Mas existem outras formas nacionais de traçar outras linhas de medição de pobreza. O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) adota a renda inferior a meio salário mínimo para caracterizar a pobreza. Dessa ótica, 30,6%

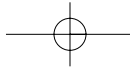


**Aleitamento materno: política brasileira de estímulo é alvo de elogios**

da população brasileira é pobre, o que corresponde a 53,3 milhões de pessoas. “Esses são números inadmissíveis e constrangedores”, diz Anna Peliano, diretora do Departamento de Estudos Sociais do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea).

**Distorção** O fato é que medir a pobreza não é tarefa fácil. Ela está ligada a fatores como acesso a serviços públicos de qualidade, alimentação balanceada a preços acessíveis e saúde. Isso além dos problemas urbanos, uma vez que três quartos da população considerada pobre, pelo padrão do salário mínimo, vive nas médias e grandes cidades. Portanto, como lembra Carlos Mussi, economista da Comissão Econômica para América Latina e Caribe das Nações Unidas (Cepal), a questão não está restrita a recursos financeiros: são necessárias iniciativas que fortaleçam o capital humano e melhorem a qualidade de vida das pessoas, com extensão dos direitos sociais. Entre eles, saúde, ensino fundamental, previdência, seguro-desemprego.

No caso brasileiro, a distorção essencial é o fosso que separa os ricos dos pobres, não apenas no quesito renda, mas principalmente no atendimento aos direitos essenciais do ser humano. Embora a renda dos muito pobres tenha melhorado, não se pode dizer que as condições gerais de vida e os direitos integrais tenham melhorado significativamente até o ano 2000. E os universos dos que vivem na fartura e dos que sobrevivem na penúria permaneceram muito afastados. Em 1992, os 20% dos brasileiros mais ricos detinham 55,7% da renda nacional. Em 2002, ficavam com 56,8%. No mesmo período, a participação dos 20% mais pobres saltou de 3% para 4,2% – mas com considerável grau de desigualdade regional e racial. A expectativa, hoje, gira em torno de pesquisas mais recentes, que demonstrem os efeitos de ações governamentais, como o Programa de Previdência e Assistência Rural, o Bolsa-Escola, o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil, o Fome Zero e o Bolsa-Família. “O Programa Fome Zero está sendo estudado para ser replicado em outras partes do mundo, devido à sua



## o índice caiu para 4,7%. O número de miseráveis foi reduzido quase à metade

criatividade e potencial”, explica o economista Nanak Kakwani, diretor do Centro de Estudos da Pobreza da Organização das Nações Unidas, com sede em Brasília.

Segundo Armando Castelar Pinheiro, economista do Ipea, a alteração da desigualdade, uma estrutura arraigada no país, requer crescimento econômico e políticas voltadas especificamente para a redução das disparidades. Para o economista Sabino Porto Júnior, professor da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, é necessário também aumentar a eficiência da máquina pública. “Temos um Estado que gasta muito e mal e beneficia principalmente os mais favorecidos.” Segundo ele, a Suécia é um exemplo bem-sucedido em matéria de melhoria da distribuição de renda. A experiência deu-se no decorrer do século XX, numa “combinação de projeto estratégico de bem-estar social com eficiência e transparência; democracia e impostos progressivos; num ambiente de economia de mercado”. Guilherme Delgado, economista e pesquisador do Ipea, concorda que sem crescimento econômico não é possível reduzir desigualdades, mas faz uma ressalva: o mercado, por sua natureza, não é capaz de resolver o problema; é preciso intervenção estatal direta para isso. “As políticas inclusivas implantadas depois da Constituição de 1988 são positivas e já mostram alguns avanços nesse sentido, mas é preciso muito mais, falta o setor público criar mecanismos de incorporação da massa de desempregados e subempregados ao sistema produtivo, com capacitação técnica e apoio comercial. São essas as portas que ainda faltam na estratégia de desenvolvimento”, resume.

**Fome** Para definir uma meta mínima para a redução da pobreza, um dos indicadores utilizados pela ONU nos Objetivos do Milênio foi a fome, ou mais exatamente a insuficiência alimentar, que deve ser erradicada. É uma providência óbvia, mas que nunca foi tomada a pulso. “Quando não tem condições de se alimentar de

forma minimamente variada e adequada para a sobrevivência com saúde, a pessoa não tem dignidade”, diz Flávio Valente, diretor técnico da Associação Brasileira pela Nutrição e Direitos Humanos (Abrandh). Muito bem, mas como saber a quantidade de pessoas subalimentadas num país, ou no mundo como um todo, para que seja possível ajudá-las? A Declaração do Milênio adota dois critérios. O primeiro estabelece que um país incapaz de disponibilizar mais de 2,2 mil calorias diárias per capita em alimentos (resultado de tudo o que é produzido, estocado e importado, menos as exportações) não dispõe do suficiente para manter sua população saciada e com saúde. O segundo observa a prevalência de crianças com menos de 5 anos de idade e peso inferior ao considerado ideal – um sinal de que toda a família se alimenta mal e um prenúncio de problemas futuros.

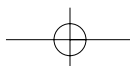
O desempenho do Brasil tem sido rela-

tivamente positivo nessa área. Segundo Peliano, do Ipea, o país já tem algo próximo a 3 mil calorias per capita de alimentos – o que supera a meta estabelecida no acordo internacional. Mais uma vez, trata-se de dado estatístico. Muito do alimento produzido é exportado. E a renda proveniente não vai necessariamente parar na mesa dos pobres. Uma avaliação das políticas brasileiras pelo direito à nutrição, feita pelo Comitê Permanente de Nutrição das Nações Unidas, aponta que o país está no caminho correto ao implementar políticas públicas voltadas para merenda escolar, que atinge hoje 37 milhões de crianças, e aleitamento materno, entre outras, além dos programas de transferência de renda. Mas identifica problemas como a falta de assistência a minorias, como os indígenas, os trabalhadores rurais assentados e os quilombolas. Suas recomendações são de ordem prática: que o governo dê maior apoio ao

### Como será o mundo em 2015 se os Objetivos do Milênio forem alcançados



- 500 milhões de pessoas escaparão da extrema pobreza
- 300 milhões de indivíduos deixarão de passar fome
- 30 milhões de crianças poderão crescer saudáveis
- Dois milhões de mães deixarão de morrer por problemas relacionados à gravidez
- 350 milhões de pessoas terão acesso a água potável
- 650 milhões de homens, mulheres e crianças terão acesso a saneamento básico



## Em 46 países as pessoas são mais pobres hoje do que há uma década. Em 25 há mais famélicas

pequeno produtor rural, com crédito, assistência técnica, transporte e comercialização. Também considera importante que haja maior divulgação do Programa de Alimentação do Trabalhador.

Na realidade, o país conta com iniciativas adicionais nessa área. Francisco Menezes, presidente do Conselho de Segurança Alimentar (Consea), órgão auxiliar da Presidência da República para os assuntos de segurança alimentar e outros temas sociais, destaca o papel dos programas de transferência de renda no combate à desnutrição. O Consea é composto de representantes de organizações da sociedade civil e técnicos do governo. Eles estão em plena fase de elaboração de uma série de metas sociais relacionadas à alimentação que deverão ser apresentadas à Presidência e aos ministérios até meados do ano. “Assim como existem as metas econômicas a ser cumpridas, acreditamos que metas sociais também devam ser alcançadas. Essa seria a base de um grande pacto da sociedade em prol da igualdade dos direitos à alimentação adequada”, diz Menezes.

**Promessa** Um acontecimento, no entanto, deixa os membros do Conselho descontentes na condução do compromisso inicial do governo Lula, e que diz respeito ao plano de segurança alimentar traçado para o país. Trata-se da promessa de institucionalizar mecanismos de acesso e provisão de alimentos saudáveis, de forma que tanto os que consomem quanto os pequenos produtores não tenham problemas nutricionais. “O Programa de Aquisição da Agricultura Familiar, de 2003, é praticamente incipiente em fomentar essa conjugação de mecanismos”, avalia Delgado, do Ipea.

Em relação ao segundo critério adotado nas Metas do Milênio, as estatísticas brasileiras estão defasadas. Sabe-se que em duas décadas, entre 1975 e 1996, os índices de desnutrição infantil caíram 70% – o que pode ser explicado por algumas políticas adotadas no período, como



Crianças com idade inferior a 5 anos abaixo do peso ideal: prenúncio de problemas futuros

o combate à desidratação, a distribuição de alimentos e a aceleração do processo de urbanização. Mas outro indicador, denominado pelos especialistas como desnutrição crônica – déficit de altura por idade – ainda é bastante elevado no país. Em 1996, era de 10,5%, quatro vezes

superior aos 2,5% verificados em populações saudáveis, e como tantos outros não se resolverá do dia para a noite. Segundo estudo feito pelo Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef), a defasagem é mais presente nas regiões Norte e Nordeste e na zona rural.

Do que se pode verificar até agora, é possível inferir, primeiro, que a boa vontade anunciada na virada do milênio não tem se mostrado em ações concretas, geradoras de resultados. Segundo, que o Brasil experimentou um progresso singular nos últimos anos, em seus dados estatísticos. Terceiro, e mais importante, que é sabido que percentuais não passam fome, não sentem frio nem dor e que, portanto, é preciso fazer cada vez mais, com maior eficiência, para que os 170 milhões de brasileiros possam gozar de seus direitos fundamentais. Trata-se de um círculo virtuoso. Bem alimentada, a pessoa fica bem disposta, desenvolve melhor suas potencialidades, capacita-se para o trabalho, consegue uma ocupação que traz riqueza para o país, obtém maior renda e, conseqüentemente, alimenta melhor sua família, que fica mais bem disposta... Esse é o círculo em que o Brasil tenta ingressar. **d**

### Saiba mais:



Comissão Econômica para América Latina e Caribe - Cepal  
<http://www.eclac.cl/brasil/>

Objetivos do Milênio  
<http://www.objetivosdomilenio.org.br/>

Projeto Milênio  
<http://www.pnud.org.br/milenio/arquivos/ResumodoProjeto.pdf>

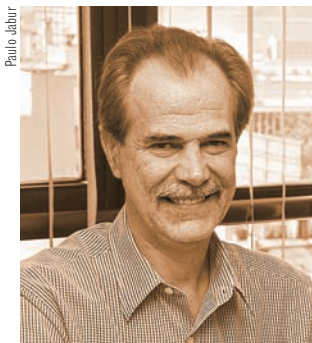
Centro Internacional de Pobreza  
Site em inglês - <http://www.undp.org/povertycentre/>

Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutrição  
<https://www.planalto.gov.br/consea>

Objetivos de Desenvolvimento do Milênio — Relatório Nacional de Acompanhamento  
[http://www.ipea.gov.br/odm/Relatorio\\_de\\_acompanhamento\\_dos\\_ODM.PDF](http://www.ipea.gov.br/odm/Relatorio_de_acompanhamento_dos_ODM.PDF)

Comitê permanente das Nações Unidas sobre nutrição  
Site em inglês - <http://www.unsystem.org/scn/>

## Bons ventos?



Paulo Jabur

“O xalá possamos, por muito tempo, olhar para trás e afirmar: 2003 foi o pior ano para o mercado de trabalho na história estatisticamente documentada da economia brasileira!”

A frase acima, dita por um trabalhador anônimo numa conversa de bar, expressa um misto de esperança e confiança, e reflete bem o grau de debilidade a que chegou, de forma paulatina, o mercado laboral em tempos recentes. De fato, após a fase áurea do período imediatamente pós-Real, uma série de adversidades nos planos doméstico e externo, aliadas aos ditames da nova ordem econômica internacional que acarretaram mudanças estruturais na esfera produtiva, o mercado de trabalho entrou numa trajetória de estagnação ou declínio (com a exceção digna de nota do ano 2000). Que a saúde do paciente não ia bem era fato notório. Não obstante, mesmo em meio a uma aguda recessão econômica, causou alguma comoção a falência quase generalizada de 2003, com desemprego recorde, mesmo considerando o ruído causado pela mudança metodológica em sua mensuração, e com a queda brutal nos rendimentos reais.

Em meio a esse quadro desalentador, o enigma ficou por conta do nível de ocupação: que cresceu 4,7% dentro uma economia com crescimento virtualmente nulo! Assim como a natureza não dá saltos, na economia não existe mágica. Um exame mais minucioso nos dados da (nova) Pesquisa Mensal de Emprego (PME), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), revela que a variação absoluta do nível de ocupação no segundo semestre de 2003 comparada a 2002 é, para efeitos práticos, igual à variação absoluta do subemprego por sub-remuneração (inferior ao salário mínimo/hora): 730,2 mil ante 725,1 mil. Ou seja, em vez de crescimento da ocupação, o que aconteceu foi um inchaço, ao melhor estilo “pastel de vento”.

Parece razoável especular que o crescimento do subemprego deveu-se ao fato de que a queda da renda familiar restringiu o atendimento das necessidades básicas de consumo das famílias. Com os provedores perdendo o emprego ou ren-

da real, fez-se necessário o deslocamento de membros “secundários” das famílias de suas ocupações tradicionais – escola, afazeres domésticos, lazer... – para atividades de mercado, de modo a recompor, mesmo que de forma minguate, o orçamento familiar. Esses trabalhadores, por falta de experiência, tradição e opção acabam aceitando postos de trabalho sub-remunerados.

Com a retomada da atividade econômica e o aquecimento do mercado de trabalho, esse processo tende a chegar ao fim. A comparação do nível médio da ocupação no segundo semestre de 2004 com o mesmo período de 2003, na nova PME, respalda essa tese: a variação na ocupação total foi de 733,7 mil empregos, enquanto o crescimento do subemprego ficou em 506,3 mil. Pode não ser ainda um resultado brilhante, mas aponta o início de uma reversão do processo, que parece também ser confirmada pela expressiva geração de empregos formais captada pelo Ministério do Trabalho. Se o movimento se confirmar ao longo de 2005, o que parece perfeitamente plausível, haverá um efeito-composição que elevará a renda média.

Assim, mesmo na eventualidade de que os avanços quantitativos – queda da taxa de desemprego e aumento da ocupação total, entre outros – não sejam tão expressivos em 2005 quanto foram em 2004, os ganhos qualitativos com a redução do emprego precário e o aumento da renda média quase que certamente acontecerão. É mesmo possível imaginar um crescimento bastante significativo da massa real de salários, o que ajudaria a impulsionar fortemente o consumo das famílias. Seu crescimento pode, nesse cenário, vir a ser o fator “surpresa” a sustentar uma expansão da economia acima do previsto.

Caso os ventos realmente soprem a favor, haverá uma formidável oportunidade para enfunar as velas das reformas – sindical, trabalhista e da Justiça do Trabalho –, tão necessárias para dotar o mercado de maior flexibilidade e capacidade de acomodação aos choques econômicos, de modo a tornar verossímil a frase do início do artigo.

Lauro Ramos é coordenador de Estudos de Mercado de Trabalho do Ipea

*“Mesmo que os avanços quantitativos, queda da taxa de desemprego e aumento da ocupação total, não sejam tão expressivos em 2005 quanto foram em 2004, os ganhos qualitativos com a redução do emprego precário e o aumento da renda média quase que certamente acontecerão.”*

## TRABALHO

Os flanelinhas de Brasília são um exemplo de organização social espontânea que, de certa forma, replica a estrutura da sociedade formal

# Corporação de informais

Por **Pedro Ivo Alcântara**, de Brasília

**É** sabido que o Brasil tem uma frota imensa de automóveis, que a maior parte dela está nas grandes cidades e que estas não foram projetadas para abrigá-la e permitir a fluidez do trânsito. Esse é um problema comum que as prefeituras enfrentam. Decorre dele um outro, social: a multiplicação dos guardadores de carros em áreas públicas que não foram planejadas para funcionar como estacionamentos. Em São Paulo, no Rio de Janeiro, em Salvador e em Belo Horizonte esse fenômeno pode ser observado sem maior dificuldade. Em Brasília, no entanto, o caso é mais grave. Cidade planejada na década de 50 para acolher a burocracia governamental, quando a indústria automobilística mal se instalara no país, ela tem poucas vagas para estacionamento nas áreas comerciais da zona central. Em mais de 40 anos sua população – e o número de veículos – cresceu exponencialmente. Os guardadores de carros, ou flanelinhas, ali, são personagens essenciais para o bom funcionamento da máquina pública – são eles que garantem que os funcionários consigam estar em seus gabinetes no horário de trabalho.

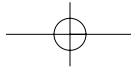
Por ser um caso exemplar, os flanelinhas de Brasília têm sido estudados por gente da academia. E as pesquisas têm revelado fatos interessantíssimos. O principal deles é que, na informalidade, os guardadores de carros reproduzem muitas das características da sociedade e do mercado formal de trabalho.

A análise é significativa porque os flanelinhas compõem boa parte dos 52,6% (cerca de 36,3 milhões de pessoas) da população brasileira que exerce algum trabalho remunerado – mas sem o registro, a documentação e o respaldo previstos nas leis trabalhistas. Não recolhem im-

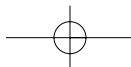
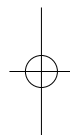
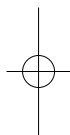
postos, não possuem Fundo de Garantia e muito menos direito a aposentadoria. Segundo a professora Angélica Duarte de Aguiar, autora da dissertação de mestrado “A lógica doméstica do espaço público de Brasília: flanelinhas no setor informal de trabalho”, pela Universidade de Brasília (UNB), “os guardadores de carros criam em suas áreas de trabalho pequenas sociedades com suas próprias regras e leis”. Estas, segundo a pesquisadora, que também é professora do Instituto de Ensino Superior do Acre, são estratégias de “sobrevivência” das classes mais pobres e excluídas do mercado. A pesquisa trata da

**William Campos**, de 25 anos de idade, é um novato entre os guardadores de carro do Setor Bancário Sul. Brasiliense de nascimento, deixou, há cinco anos, a vida de servente de pedreiro para lavar os automóveis dos clientes do irmão de seu padrasto. O acordo era o seguinte: William daria a metade do que conseguisse com as lavagens ao dono do ponto. Com o correr do tempo ele foi conquistando a confiança dos usuários do estacionamento e aos poucos foi adquirindo a própria clientela. Hoje é dono de um ponto. Para sustentar as duas filhas, uma de 4 e outra de 6 anos, ele soma os cerca de 400 reais mensais que ganha como flanelinha aos rendimentos de empregada doméstica de sua esposa.





Ricardo B. Labastier/Versor



Os flanelinhas compõem boa parte dos 52,6% (cerca de 36,3 milhões de

## Soluções que ameaçam a atividade dos guardadores

A estabilidade do mundo dos flanelinhas chegou a ser ameaçada e, por pouco, não foi definitivamente derrubada. Em agosto de 2002, o governo do Distrito Federal deu início à privatização dos estacionamentos públicos das regiões mais movimentadas da cidade. O Vaga Fácil era um sistema de estacionamento rotativo que seguia um modelo semelhante ao da Zona Azul paulistana e que deixaria sem ocupação os guardadores de carro. “Ficamos com medo de perder nosso trabalho”, diz William Campos. O que seria uma forma gradativa de implantação do estacionamento pago se transformou numa enorme polêmica. Foram três meses de intensas discussões e protestos até que, a pedido do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, a 6ª Vara de Fazenda Pública constatou irregularidades e suspendeu, em outubro daquele ano, o Vaga Fácil – poucos meses antes que chegasse ao Setor Bancário Sul. Entretanto, nesse meio tempo, os flanelinhas do Setor de Diversão Sul e do Setor Comercial Sul ficaram sem ter como trabalhar.

Apesar de não ser o suficiente para tirar o sono dos flanelinhas, a falta de estacionamentos no SBS estimulou o início de um empreendimento imobiliário que deve gerar um pequeno impacto no fluxo de automóveis da região e, como consequência, no rendimento dos guardadores de carro. Está em construção um prédio de estacionamento com sete andares. Terá 580 vagas a partir de dezembro de 2006. Além do estacionamento rotativo, serão vendidas vagas a preços que variam de 25 mil a 31 mil reais.



Os carros são estacionados sem que o freio de mão seja acionado e uma pedra junto ao pneu os mantém no lugar

cena urbana brasileira e não representa necessariamente o que ocorre com os demais trabalhadores informais. Contudo, é um exemplo da organização de alguns setores da informalidade no Brasil.

**Hierarquia** No Setor Bancário Sul (SBS) de Brasília, a informalidade se debruça sobre o espaço público, transformado em estacionamento, dividido em pequenas glebas, territórios em que os trabalhadores possuem referenciais éticos e regras de conduta próprias. O sentimento de propriedade é tão acentuado que, segundo o estudo feito pela professora, alguns deles se dispõem a alugar sua área – que é, como já se viu, pública – por algo em torno de 400 reais, ou até mesmo a vendê-la. A cotação varia de dois a seis mil reais. Mais comum é que flanelinhas sem ponto fixo, mas que possuam algum vínculo de amizade ou parentesco com um guardador, lavem carros para seus companheiros – e dividam o lucro obtido com o “dono” do local, numa espécie de terceirização de serviços.

Os trabalhadores criam laços de confiança sociais em seu universo profissional. “Aqui todo mundo é amigo e se res-

peita”, diz William Campos, 25 anos, guardador de carro há cinco anos (leia quadro na pág. 52). Segundo o estudo de Aguiar, há uma rede de solidariedade muito forte no dia-a-dia dos guardadores, o que gera “certa estabilidade informal”. Ou seja, existe uma política de cooperação mútua que se resume em ajudar para ser ajudado, como define o estudo, “dar-receber-retribuir”. Assim, por exemplo, cada um respeita e preserva a clientela do outro e, sobretudo, seu espaço territorial. Com um comportamento ético, eles evitam conflitos entre si e invasões de pessoas estranhas ao local. Para Christiane Girard, socióloga e professora da UNB, “a rede criada em torno da informalidade é uma maneira de afirmar a inclusão e, também, de garantir a renda e a tradição. Tudo está ligado também a uma relação de proteção. A informalidade é muito mais organizada do que se imagina”.

**Segurança** Uma das conclusões de Aguiar é que são justamente os vínculos de amizade e os códigos em relação ao território que reforçam a segurança nas áreas em que os flanelinhas atuam. Como eles têm a preocupação de preservar a clientela, a

## peças) da população que exerce trabalhos remunerados na informalidade



Guardador também lava os carros sob seus cuidados



Fernandes, funcionário do BB: relação amistosa com os flanelinhas

Foto: Ricardo B. Labastier/Versor

vigilância do ambiente é sempre uma questão prioritária. “Os guardadores não permitem que pessoas suspeitas circulem pelos estacionamentos”, diz a pesquisadora. Já as autoridades policiais tratam a questão com um pouco mais de cautela. Segundo Haendel Silva Fonseca, delegado da Polícia Civil, deve-se analisar o problema de dois pontos de vista: “Há regiões onde os flanelinhas estão envolvidos em delitos e há outras onde eles desenvolvem uma atividade idônea. Neste último caso, em geral, constata-se menor índice de criminalidade”. No ano passado a Polícia Civil do Distrito Federal realizou o cadastramento desses trabalhadores em várias localidades da capital. Além disso, foram promovidas palestras com assistentes sociais sobre como tratar a clientela, os antecedentes criminais foram verificados e a documentação daqueles que não possuíam cédula de identidade foi tirada.

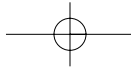
Os guardadores de carros são ferrenhos defensores de seus canteiros. “Aqui ninguém chega e vem lavando carro”, diz Campos, que em dezembro tirou um mês de férias para viajar ao Maranhão e deixou um primo como substituto. Uma das formas de concessão do espaço é o pa-

rentesco, ou seja, é comum que o ponto seja passado de pai para filho, que ambos dividam o trabalho ou que irmãos e primos trabalhem juntos. Além disso, se um flanelinha fica doente ou precisa se ausentar, só é permitido que alguém da família ou de muita confiança o substitua, caso contrário os colegas cuidam do ponto até que ele possa retornar. É interessante constatar que nem sempre há marcos físicos (como árvores e placas de trânsito) que delimitem os territórios: muitas vezes linhas imaginárias demarcam as áreas sem deixar margem de dúvida quanto aos limites de cada um. “O espaço conquistado é o maior bem que os flanelinhas possuem. É ele que garante a clientela e, conseqüentemente, os ganhos financeiros”, diz Aguiar.

**Controvérsias** Observado como um fenômeno social, o arranjo dos guardadores de carros parece bastante interessante. Mas não deixam de existir controvérsias em torno do tema. Há os que consideram a atividade como uma privatização irregular dos estacionamentos públicos. “Eu particularmente me sinto lesada e extorquida por ter de pagar para estacionar

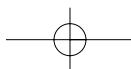
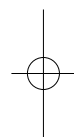
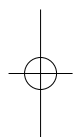
meu carro em uma área pública. É, para mim, uma coação”, diz a publicitária Fernanda Junqueira, usuária dos estacionamentos do SBS. Aguiar explica que os guardadores “são, primeiramente, vistos como marginais e tratados com desdém pelos motoristas que não os conhecem. Depois, com a rotina, criam-se vínculos e a mentalidade muda”. E há um senso comum de que em muitas situações os motoristas pagam para que seus automóveis não sejam danificados. “Ninguém é obrigado a pagar, mas é claro que ajudamos mais aqueles que têm o hábito de contribuir para o nosso trabalho”, diz Campos, trazendo à tona a lógica do ajudar para ser ajudado.

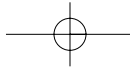
Leonardo Fernandes, funcionário do Banco do Brasil, tem uma relação mais amistosa no convívio com os flanelinhas. Não é adepto das gorjetas, mas semanalmente encomenda a lavagem do carro a um deles. “A gente é obrigado, devido à convivência diária, a estabelecer uma relação com eles”, explica. Mas é cauteloso ao discutir o trabalho: “Ele tem um lado bom e outro ruim. De qualquer maneira, considero a segurança dos automóveis uma parte importante do serviço presta-



# Os guardadores de carros criam laços sociais de confiança em seu universo

Ricardo B. Labastier/Vensor





## profissional e respeitam um código de ética e uma hierarquia

do, já que o Estado é omissor nesse caso”. A troca de confiança chega a níveis pouco imaginados em uma cidade grande. Os guardadores de carros contam que um antigo flanelinha se tornou motorista da família de uma de suas clientes: leva os filhos na escola, vai ao banco e faz compras para ela.

**Multiplicação** Ao menos no Setor Bancário Sul de Brasília, os flanelinhas prestam um serviço essencial, pois não existem vagas suficientes para atender à população motorizada que trabalha nos escritórios. O SBS é composto de duas quadras. Numa delas, com cerca de 25 mil metros quadrados, só existem duas vias de acesso. Ali funcionam as sedes de instituições financeiras importantes, como o Banco do Brasil e a Caixa Econômica Federal, além do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), onde está sediada a revista **Desafios**. Milhares de pessoas trabalham nesse espaço. E muitas se movimentam de automóvel. Existem garagens subterrâneas nos diversos prédios, mas são usadas para carga e descarga, por caminhões com maletes de dinheiro e por automóveis de dirigentes das instituições. A área conta com algumas poucas vagas de estacionamento aberto, mas com os flanelinhas – cerca de 50 que trabalham na quadra – o espaço para carros se multiplica várias vezes, já que os veículos são deixados em filas du-

plas ou triplas em toda a área disponível. Fica livre apenas um estreito corredor para trânsito, o que causa enormes congestionamentos. Para atender à demanda corrente de automóveis, segundo o Departamento de Trânsito do Distrito Federal (Detran-DF), seria necessário um número pelo menos três vezes maior do que as 1.150 vagas existentes na região, que não mais comporta a criação de estacionamentos abertos. Enquanto o caso não se resolve, o Detran costuma fazer vista grossa e multar apenas os que inviabilizam o trânsito.

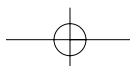
Numa caminhada é possível entender a lógica do estacionamento do lugar. A equação é simples. Como há muito mais pessoas querendo estacionar seus automóveis do que vagas disponíveis, a presença dos flanelinhas acaba se configurando como uma peça-chave na situação caótica. “Eles organizam o espaço”, explica Aguiar. Ou seja, determinam onde se deve ou não estacionar e realizam o milagre da multiplicação. A fórmula? Os motoristas param seus carros onde for possível e deixam solto o freio de mão. Quando necessário, o guardador empurra os automóveis como num jogo de quebra-cabeça e desobstruem a passagem dos que desejam sair. Muitos ficam com as chaves dos veículos para estacioná-los conforme surjam novos espaços, embora, surpreendentemente, nem todos tenham carteira de habilitação. Nesse particular, ocorreu

um caso que vale registro. Um flanelinha que trabalhava numa área próxima ao prédio do Ipea não tinha licença de motorista nem sabia dirigir. Para ficar mais tranqüila quanto à integridade de seu veículo, uma funcionária do instituto pagou a auto-escola e os custos da carteira de habilitação para o guardador.

**Renda** Com os trocados recebidos pela guarda e pela lavagem de automóveis, os flanelinhas garantem uma renda mensal praticamente fixa. Segundo a pesquisadora, há nesse setor um bom grau de previsibilidade dos rendimentos. Em média, os trabalhadores faturam de 400 a 600 reais mensalmente. “Um valor bem superior ao que conseguiriam, com a capacitação que possuem, no mercado formal”, explica a socióloga Girard. Isso porque, em geral, esses trabalhadores não têm escolaridade suficiente para conseguir um emprego formal com renda similar. A grande maioria cursou apenas as primeiras séries do ensino fundamental. “O que pude constatar é que os flanelinhas apenas trocariam os estacionamentos por um emprego com os registros legais se obtivessem uma renda melhor”, diz Aguiar. Normalmente o serviço de guarda diária do carro e de uma lavagem semanal custa cerca de 40 reais mensais.

Brasília é um pólo de atração de imigrantes de todas as regiões do país. Pelo levantamento feito na dissertação de Aguiar, boa parte dos flanelinhas vem de outros estados em busca de oportunidades de emprego, de habitação e de melhores condições de vida. Muitos chegam à cidade com pouco mais do que a roupa do corpo e apostam nas chances – muitas vezes fantasiosas – que uma metrópole possa lhes oferecer. Para alguns, esse sonho acaba em desencanto, enquanto outros poucos conseguem alcançar seus objetivos. Segundo Aguiar, pode-se dizer que os flanelinhas são bem-sucedidos na Capital Federal. Não que cheguem a acumular patrimônio, mas guardam certa sensação de êxito, consequência da for-

Aos 63 anos de idade, **Francisco Fonseca Sobrinho**, mais conhecido como seu Francisco, orgulha-se de ser o guardador de carro mais antigo da localidade. O potiguar chegou a Brasília em 1973 e logo percebeu que só um emprego não lhe renderia o suficiente para sustentar os oito filhos. Passou a fazer jornada dupla, durante o dia como ajudante de cozinha e à noite na equipe de limpeza do Banco do Brasil. Mas em 1987 o restaurante em que trabalhava fechou. Foi aí que viu a possibilidade de incrementar o orçamento familiar lavando e cuidando dos carros dos funcionários do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea). Em seus quase 20 anos de flanelinha conquistou a confiança de muita gente. Tem até uma cliente que recolhe seu INSS. “Eu propus a troca: ela paga meu registro e eu cuido do carro dela”, explica.



## O Detran estima que seria preciso triplicar as vagas para carros no SBS



Ricardo B. Labastier/Vensor

Estacionamento no Setor Bancário Sul, em Brasília: sobra pouco espaço para o tráfego

mação de família e da obtenção dos recursos mínimos para garantir sua qualidade de vida.

**Respeito** A falta de oportunidades em bons empregos resulta na criação de um forte vínculo com o trabalho informal – que no caso em foco funciona quase como uma corporação. A maioria dos guardadores de carros está há muitos anos no mesmo ponto. Os mais novatos, no SBS, chegaram há mais ou menos cinco anos e já contam com clientela fixa. Francisco Fonseca Sobrinho, ou seu Francisco, veterano no local, atua no mesmo ponto há mais de 18 anos. Hoje, aos 63 anos de idade, conta que conseguiu uma verdadeira proeza: criou oito filhos com o que ganhou vigiando e lavando carros nas áreas públicas de Brasília (leia quadro na pág. 57). A professora explica que esse vínculo com o espaço de trabalho afirma a sensação de “pertencimento” a um sistema social. Assim, os guardadores de carros não se sentem excluídos da sociedade.

Organizados, os flanelinhas brasilienses trabalham na esperança de alcançar o respeito da comunidade que utiliza seus serviços. “Ninguém está nem aí para a gente nem para a nossa relação. Nós estamos aqui para trabalhar e não para ficar tirando proveito dos outros”, protesta Campos. E isso foi constatado no estudo de Aguiar. “O que eles menos gostam é da indiferença e da falta de atenção. Sentem-se humilhados quando motoristas nem sequer abrem o vidro e ignoram sua presença.”

Uma questão de logística urbana e um reflexo das disparidades sociais brasileiras, o fato é que o fenômeno da existência dos flanelinhas nas grandes cidades brasileiras está posto. Algum dia terá de ser solucionado. Mas, no momento, vale a pena observar como pessoas sem nenhum recurso não só conseguem perceber oportunidades de trabalho, como se organizam e obtêm rendimento suficiente para sua sobrevivência – sem nenhum apoio estatal. São empreendedores. E por esses feitos merecem respeito. **d**

## Rede de solidariedade no setor informal



Ricardo B. Labastier/Verisur

**É** certo que falar no “novo” capitalismo não é tratar de um sistema diferente daquele do século XVI. A palavra “novo” é usada no sentido de que a exclusão social é maior e mais acelerada, na proporção do avanço tecnológico do século XXI. O “novo” capitalismo vem provocando rupturas na sociedade, especialmente no mercado formal, o que expõe o trabalhador a uma “falta de rumo” e faz aumentar sua participação na massa de desempregados. O interessante é que, ao mesmo tempo, o sistema vem proporcionando a criação de alternativas de trabalho, gerando um contingente de pseudoprofissionais no chamado mundo da “desordem” – o setor informal –, em contraposição à ordem da formalidade do trabalho público ou funcional. Os flanelinhas não fogem a essa realidade. Fazem parte da multiplicidade de modelos comportamentais e sociais cuja característica, em Brasília, é a formação de uma rede de solidariedade, estratégia de sobrevivência dos desempregados.

O mundo do trabalho é um meio social complexo, dotado de sentidos, significações e sentimentos capazes de fortalecer o caráter do sujeito, o senso de inclusão social e os vínculos de solidariedade. É o que Edgar Morin chama de paradigma da complexidade. Complexidade é o tecido de ações, interações, retroações, determinações, acasos, que constituem o mundo fenomenal formado de incertezas e de contradições.

Mais do que nunca o trabalho vem ganhando espaço como categoria central no universo dos excluídos. Além de ser uma forma de superação das amarras do desemprego, ele constitui um valor no sentido do fortalecimento do caráter do “ser trabalhador” e do ordenamento dos vínculos sociais para além dos vínculos formais do Estado. A categoria “trabalho” é formada pelo universo cultural da complexidade, tendo a subjetividade e as relações informais como base dos vínculos sociais. Apesar de os flanelinhas considerarem que ter um “bom trabalho” é ter um trabalho estável, com direitos trabalhistas, eles também consideram “bom trabalho” aquilo que lhes proporciona o prazer de estar num ambiente tranqüilo, sem pressão, com amizade, respeitando o lugar do outro, evi-

denciando a importância do contato humano. A rede de solidariedade entre os flanelinhas inclui valores que compreendem a reciprocidade, a tolerância, a compreensão, a amizade, a honestidade, o respeito, a descontração, o sorriso, o calor humano, a comunicação. Por mais que possam parecer manifestações simples, banais, discretas, aparecem no espaço contemporâneo, nos interstícios da vida urbana. Esses fundamentos estão calcados na relação do “dar-receber-retribuir”, ou, em termos sociológicos, são o paradigma da dádiva.

Embora o Estado tente englobar a família desses trabalhadores em políticas sociais, como as de educação, ou em programas assistencialistas, com doação de bolsas ou lotes, sua multiplicação evidencia a carência de políticas de geração de emprego e renda, que vem desde a inauguração de Brasília.

A desocupação foi historicamente envolvida pelo silêncio e pela negação do lugar do “outro”. À medida que o uso da tecnologia avança, o sistema produtivo se torna mais seletivo, sendo o serviço público o principal setor empregatício que absorve os trabalhadores mais qualificados no Distrito Federal. Assim, um contingente significativo fica desprovido da possibilidade de inserção no trabalho público da capital. Embora o imaginário da cidade seja construído com base na fartura de vagas no serviço público, essa atividade nunca abrangeu toda a população. Há uma dualidade no mercado de trabalho da cidade, onde a informalidade sempre esteve presente.

Na mesma proporção em que o sistema gera dificuldades ao acesso às políticas de emprego e renda, redes de solidariedade no setor informal vão sendo construídas e fortalecidas. Tanto que as tentativas de privatização dos estacionamento em Brasília não tiveram êxito. Privatização sem inclusão da demanda de trabalhadores no mercado formal é como um barco que navega contra a correnteza, e é assim o sistema capitalista, repleto de contradições, desigualdades e exclusão.

**Angélica Duarte de Aguiar** é Mestre em Política Social pela Universidade de Brasília, coordenadora e professora do curso de Serviço Social do Instituto de Ensino Superior do Acre e assistente social da Polícia Federal

*“À medida que o uso da alta tecnologia avança, o sistema produtivo se torna mais seletivo, e um contingente significativo de pessoas fica desprovido da possibilidade de inserção no serviço público de Brasília”*

## MELHORES PRÁTICAS

A utilização de equipamentos tecnológicos e a racionalização do trabalho fizeram dos Juizados Especiais Federais paulistas um exemplo de eficiência no sistema Judiciário



# Justiça high-tech

Por **Andréa Wolfenbüttel**, de São Paulo





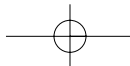
Cena comum num tribunal do país: salas com processos empilhados à espera de julgamento

**O**s Juizados Especiais Federais existentes em São Paulo são exemplo de que o sistema Judiciário não precisa ser o mar de ineficiência que afoga tantos brasileiros. Ali, o uso de tecnologia, a criatividade e a reorganização administrativa surtiram efeitos notáveis na qualidade da prestação de serviços à população. De seu amplo gabinete, instalado no 12º andar de um prédio na avenida Paulista, o desembargador José Eduardo Santos Neves coordena a operação de 14 juizados espalhados por 12 cidades em São Paulo e em Mato Grosso do Sul. Sob sua orientação trabalham cerca de quatro dezenas de juízes e, ao falar, ele não dispensa termos rebuscados, como procrastinação, instrumentali-

dade ou propositura, comuns no universo do Direito. Mas uma observação mais atenta revela que, apesar da pose e do clássico conjunto de terno e gravata, Santos Neves foge um pouco do estilo do desembargador típico. Uma fitinha de Nosso Senhor do Bonfim, cuidadosamente escondida sob a pulseira metálica do relógio, denuncia que há algo de diferente nesse juiz federal. Sobre sua mesa não se acumulam pastas de processos. Tampouco sobre a mesa dos assessores ou em qualquer uma das salas dos seis andares do Juizado Especial Federal da capital de São Paulo (JEF/SP). As toneladas de papel amarelado, características de qualquer repartição ligada à Justiça, simplesmente foram abolidas. Todos os documentos são

escaneados e arquivados eletronicamente, e todos os processos que passaram pelo JEF/SP em seus três anos de funcionamento, mais de 1 milhão, estão guardados num computador com 1,4 terabytes de memória, o que equivale a algo em torno de um trilhão e meio de bytes.

Outra diferença no trabalho de Santos Neves é que os números são, por assim dizer, um tanto exagerados – andam na casa dos milhões e até dos trilhões. As sentenças são proferidas aos milhares por dia. Tudo porque em 2001 uma lei permitiu a criação dos Juizados Especiais para acelerar a tramitação de ações envolvendo valores inferiores a 60 salários mínimos (atualmente 15,6 mil reais). A lei dizia o que devia ser feito, mas não explicava como.



Hoje há 14 Juizados Especiais informatizados e com estrutura enxuta de pessoal, cuja



## O Juizado Especial Federal de São Paulo em números

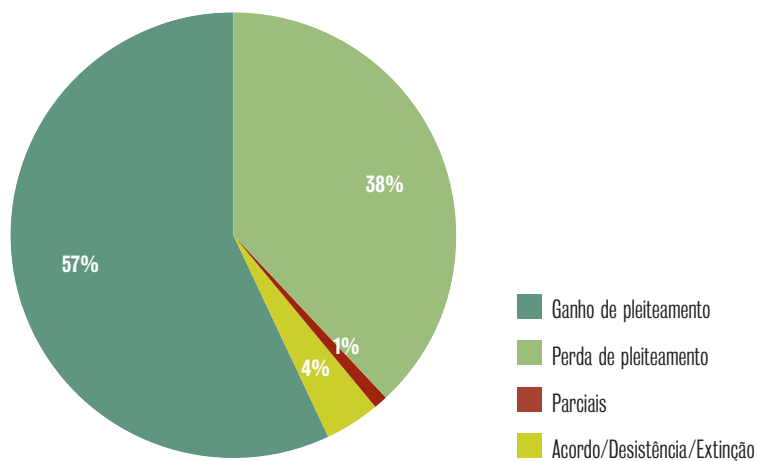
Trabalhos realizados desde a implantação do juizado, em janeiro de 2002, até janeiro de 2005

### Números de processos



**57%** dos processos não tiveram participação de advogados

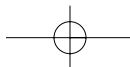
### Sentenças proferidas



Fonte: Juizado Especial Federal de São Paulo (JEF/SP)

A comissão responsável pela concepção do modelo dos Juizados Especiais da 3ª região, que engloba os estados de São Paulo e Mato Grosso do Sul, decidiu levar a proposta a sério e concluiu que seria impossível agilizar o trabalho e atender à demanda seguindo os padrões tradicionais. Só em 2003, 850 mil ações entraram na Justiça pelas portas do JEF/SP. Quinhentas mil, mais da metade delas, foram julgadas até o final de 2004. “Só conseguimos realizar esse feito por causa da informatização. Um juiz pode assinar mil sentenças de casos semelhantes de uma só vez apertando uma tecla de seu computador”, diz José Carlos Motta, juiz-presidente do JEF/SP.

**Aposentadoria** Essa avalanche de processos não é usual. Surgiu por um erro de cálculo das pensões de quem se aposentou entre 1994 e 1997. O prazo para a solicitação de correção dos valores se encerraria em outubro de 2003 e todos os possíveis beneficiados quiseram, com razão, reivindicar seus direitos. Naquele período, as dependências do JEF/SP amanheciam invariavelmente lotadas e não havia murirão ou esforço concentrado que desse conta de tamanha procura. Foi quando a então coordenadora do juizado, Leila Paiva, teve a idéia de criar o “kit juizado”. Trata-se de um formulário padronizado com todas as informações necessárias para quem quiser acionar o Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS). Foram impressos milhões de kits, distribuídos encartados nos jornais populares de maior circulação da capital. O interessado preenchia o questionário, anexava os documentos requeridos e enviava tudo pelo correio. O carimbo da postagem valia como data de ingresso da ação. O método inovador reverteu a expectativa de que a Justiça não conseguiria contemplar todos os pedidos. Mas a estratégia só funcionou graças a duas peculiaridades dos Juizados Especiais: a isenção das custas de processo e a liberação da necessidade de um advogado para intermediar a ação. Do total



## eficiência está comprovada em 12 cidades em São Paulo e em Mato Grosso do Sul



O desembargador Santos Neves, que coordena os Juizados Especiais paulistas: em 2004 o JEF/SP julgou 500 mil ações, em sua maioria de pensionistas do INSS

de pedidos recebidos em 2003, mais de 90% não contaram com a intervenção de advogados. Não precisa nem dizer que o modelo não agrada à Organização dos Advogados do Brasil (OAB). Ele reduziu os rendimentos de parte da categoria, sobretudo dos especialistas em direito previdenciário. “A questão não é a dispensa do advogado. É que leigos passaram a orientar as pessoas. Prestam um mau serviço e tiram o trabalho de quem estudou para isso”, diz Paulo Henrique Pastori, presidente da Comissão de Seguridade Social e Previdência da OAB.

“Enfrentamos todo tipo de dificuldade, desde a descrença no nosso método até o desprezo de quem achava que o Jui-

zado Especial era uma Justiça de segunda classe, voltada para as causas sem importância movidas pelas camadas mais pobres da população”, lembra Santos Neves. Passados quatro anos, o JEF/SP bate recordes sucessivos de produtividade e já é considerado por muitos um exemplo a ser imitado. No início foi preciso criar cargos rotativos de juízes, que serviam de três a seis meses, e depois voltavam a suas varas, já que ninguém queria ficar definitivamente no Juizado Especial. E por que tanta resistência? Além da carga maior de trabalho e da necessidade de adaptação aos novos métodos, os juízes dos Juizados Especiais não têm equipe própria de apoio, ao contrário do que acontece na

Justiça tradicional, em que cada juiz conta com uma secretaria composta de 12 a 19 servidores. No JEF/SP há uma secretaria comum, com cerca de 40 funcionários, atendendo aos 18 juízes. Essa organização traz melhor aproveitamento de cada empregado e, obviamente, uma redução drástica no custo da secretaria. A economia permite que a folha de pagamentos abrigue outra estrutura fundamental para o bom funcionamento do JEF/SP e, sobretudo, para o bem-estar dos usuários: o atendimento ao público.

**Atendimento** Como os reclamantes vão diretamente ao juizado, todas as manhãs se forma uma fila diante do prédio. “Aqui

## Os juízes não têm equipe própria de apoio, como acontece na Justiça tradicional.

Fotos: Samuel Laveberg



O trabalho no JEF/SP: na primeira foto (à esq.), os documentos dos que acionam a Justiça são escaneados; no centro, os terminais que permitem às pessoas saber o

atendemos todo mundo. Não tem agendamento, não tem limite de distribuição de senhas. É como uma agência bancária, quem chega dentro do horário de funcionamento, ou seja, das 9 da manhã às 3 da tarde, é atendido”, diz Fernando Amaral Cardia, responsável pelo atendimento. Em dias normais, cerca de 400 pessoas passam pela equipe de dez atendentes. Desse grupo, um quarto está no lugar errado, ou seja, sua ação não pode tramitar no JEF/SP, metade recebe o kit juizado com orientações sobre os procedimentos necessários para abrir o processo, e o quarto restante entra com a ação de imediato. Este último grupo tem seus documentos escaneados e devolvidos, e sai do Tribunal com a data da audiência marcada. São sete máquinas para digitalizar os documentos (scanners), instaladas no fundo do setor de atendimento, que processam

aproximadamente 15 mil imagens por dia. E será que todo mundo fica satisfeito? É claro que não. Basta conversar com as pessoas sentadas na sala de espera para ouvir muitas queixas. De cada três consultados, dois reclamam de alguma coisa, especialmente da demora. Parece decepcionante, mas por outro lado um terço dos usuários se mostram satisfeitos – o que chega a ser surpreendente quando se trata do Judiciário.

**Consultas** Para amenizar a ansiedade foi criado um serviço inédito de consulta processual. Quem não pode ou não quer acompanhar o andamento do processo pela internet pode ir até a sede do JEF/SP para saber a quantas anda sua ação. No saguão de entrada há seis terminais para consulta e servidores para orientar os que não estão familiarizados com os equipa-

mentos – a esmagadora maioria. Se a pessoa não ficar satisfeita com o que viu na tela, pode usar o atendimento personalizado. Uma equipe de dez funcionários explica em que situação está o processo, o que precisa se feito e, se for o caso, comunica a sentença. “Não adianta apenas dar entrada na ação. As pessoas têm o direito de saber o que está acontecendo com o processo”, diz Márcio Antônio da Conceição, responsável pela consulta processual. Ele se declara um apaixonado pelo que faz e garante que só é possível trabalhar ali dessa forma. Em intervalos regulares, dá uma espiada na fila de espera, para dar prioridade a pessoas em piores condições, seja pela idade, seja pela saúde. Irineide de Carvalho confirma a qualidade do atendimento. Ela entrou com um processo, sem auxílio de advogados, solicitando pensão por suposto falecimento

## Cerca de 40 funcionários atendem às necessidades dos 18 magistrados



andamento de seus processos; e, à direita, o atendimento personalizado, dado aos que têm dificuldades de lidar com as máquinas

do marido. “Acabo de saber que meu caso já foi julgado e vou receber a pensão. O pessoal aqui trabalha muito bem”, diz. Mas a opinião não é unânime. Cláudia Maria Henrique Pinto enviou pedido de revisão da aposentadoria do pai há um ano e até hoje não teve notícias do processo. Márcio da Conceição explica que dos kits juizado recebidos pelo Correio, cerca de 140 mil ainda estão em estudo porque a equipe do JEF/SP não conseguiu entender exatamente o que estava sendo requisitado. É provável que o pedido de Cláudia Pinto esteja nesse grupo. A informação esclarece, mas não ameniza em nada a indignação da pleiteante.

“A Justiça tem seu tempo, e as pessoas precisam lembrar que apenas se deve recorrer ao Judiciário quando tudo o mais tiver falhado. É algo naturalmente complexo”, diz Santos Neves. Porém, para

quem está esperando receber um benefício pelo qual pagou a vida toda, não há prazo aceitável. O JEF/SP conseguiu reduzir o tempo médio de trâmite das causas previdenciárias de oito para dois anos. E isso exigiu uma estrutura que vai muito além de uma vara comum da Justiça Federal. Foi instalado um ambulatório nas dependências do juizado. Assim, todas as pessoas que solicitam pagamentos por problemas de saúde podem ser examinadas no mesmo dia por um profissional habilitado pelo Ministério da Justiça e receber o laudo médico, que é anexado ao processo. No prédio também há um posto do INSS que esclarece dúvidas e fornece os dados necessários para a confecção do pedido de ação. Lá o aposentado pode obter seu número de identificação no INSS ou saber se está entre aqueles cujas pensões foram mal calculadas. Também há uma equipe

de assistentes sociais aptos a avaliar as condições socioeconômicas e elaborar laudos para os que pleiteiam ajuda específica para famílias pobres, como o benefício conhecido como Loas (Lei Orgânica de Ajuda Social), pago àqueles cuja renda per capita familiar é inferior a um quarto do salário mínimo.

**Economia de tempo** Esses recursos minimizam o esforço de quem apela à Justiça, mas o fator determinante para a eficiência do JEF/SP é mesmo o “suporte radical de informática”, como gosta de definir Santos Neves. De acordo com estimativas da diretoria-geral do Tribunal Federal de São Paulo, os funcionários da Justiça comum gastam, em média, 40% do tempo com manuseio de papel. Levando-se em consideração que cada processo precisa receber uma capa, uma etiqueta de identifi-

## Uma vara comum, com dois juízes, custa cerca de 320 mil reais. O JEF/SP saiu

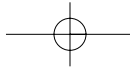
cação e que as páginas devem ser todas numeradas e carimbadas, é fácil imaginar quanto tempo seria consumido com um milhão de processos. Luiz Cláudio Benck, assessor de gabinete da coordenadoria do JEF/SP, cuja primeira tarefa como funcionário da Justiça foi como numerador de processos, lembra-se do dia em que recebeu uma ação de Paulo Maluf, ex-governador de São Paulo. “Eram mais de duas mil páginas. Eu tive de numerar e conferir todas. Levei um dia inteiro fazendo isso. Foi desanimador!” No JEF/SP, as páginas são automaticamente numeradas quando os documentos são escaneados, no mesmo momento em que o processo recebe sua identificação e certificado de autenticidade. Outra vantagem é que os casos estão sempre ao alcance do juiz, no computador sobre a mesa, o que agiliza o trabalho e aumenta a produtividade.

**Administração** Outra novidade dos Juizados Especiais Federais, que também serve para aproveitar ao máximo a mão-de-obra dos juízes, foi a criação do cargo de juiz-presidente, responsável pela administração. Estima-se que os juízes passem 30% de seu tempo de trabalho tratando de questões administrativas ligadas à sua equipe. No JEF/SP, como os funcionários são comuns a todos, respondem apenas ao juiz-presidente, que se incumbem de resolver as questões administrativas. “Para nós, é um orgulho trabalhar aqui”, declara Carla dos Passos Moraes, oficial de gabinete da presidência e que está no JEF/SP desde sua inauguração. Foi esse mesmo sentimento que levou alguns juízes, que inicialmente trabalhavam de forma rotativa no JEF/SP, a solicitar a criação de cargos definitivos. Inicialmente imaginou-se que eles fossem motivados pela perspectiva de poder fazer justiça social, mas a quantidade de ações julgadas improcedentes, aproximadamente 37%, mostrou que fazem Justiça mesmo, sem conotação social. “Conversando com eles descobrimos que o que atrai os juízes é a possibilidade ver o resultado de seu trabalho”, conta



Samuel Iavelberg

Computador central do JEF/SP: capacidade de memória de 1,4 terabytes e backup diário



## por 480 mil reais, preço de uma vara e meia com doze vezes mais magistrados

Motta, o atual juiz-presidente. “Na Justiça tradicional são tantos recursos, tantas idas e vindas que alguns juízes federais se aposentam sem ter visto sequer uma de suas sentenças aplicada.” Como nos processos dos Juizados Especiais há um limite para recursos, eles acabam chegando ao final muito mais rapidamente. Além disso, há uma turma recursal funcionando dentro do JEF/SP, o que permite que os recursos sejam julgados sem sair do sistema interno do juizado. Finda a ação, há um prazo de 60 dias para que o pagamento seja efetuado numa conta corrente aberta pelo pleiteante na Caixa Econômica Federal, que tem uma agência no prédio do Juizado. Para ter uma idéia do que representam as quase 300 mil solicitações acatadas pelo JEF/SP, já foi depositado 1,48 bilhão de reais nas contas dos beneficiários. Mais do que a soma de todos os pagamentos efetuados, no mesmo período, a mando das varas da Justiça Federal de todo o Brasil – 1,2 bilhão de reais.

**Voluntários** Obviamente, todo esse dinheiro saiu dos cofres do governo federal, sobretudo do INSS, que é alvo de mais de 90% das ações do JEF/SP. Porém, por mais surpreendente que possa parecer, o INSS é um grande parceiro do juizado. Aceitou ser notificado eletronicamente, dispensando a impressão dos documentos e a tradicional visita do oficial de Justiça. Firmou um acordo para que o próprio Instituto faça as contas do valor ao qual o beneficiário tem direito, o que eliminou uma das incumbências do juizado. Por fim, o INSS criou uma contestação padrão, que serve para todas as ações referentes ao mesmo tema. Assim, não é necessário que o juizado aguarde o posicionamento da Previdência. Já se sabe que para solicitações semelhantes a resposta do INSS é sempre a mesma, e basta agregá-la ao processo. Agora a Caixa Econômica Federal, que também é alvo de muitas ações, prepara-se para adotar os mesmos procedimentos.

O JEF/SP conta com outros apoios.

Um deles vem do Sindicato Nacional dos Aposentados. Sempre que a situação fica difícil e que o corpo normal de servidores percebe que não vai dar conta do volume de trabalho, apela para o sindicato. Houve época em que mais de cem colaboradores ajudaram a separar, contar, verificar e digitar os kits juizado que chegavam aos montes pelo correio. Ainda hoje há 13 pessoas trabalhando no JEF/SP, mas o ritmo está muito mais tranquilo. “Temos prazer em ajudar o Juizado Especial. O trabalho deles não é bom, é excelente. É um jogo em que todo mundo ganha”, declara João Batista Inocentini, presidente do sindicato. Outra fonte de colaboração são os voluntários. Muitos estudantes de Direito aproveitam para aprender enquanto ajudam a população. Marcos Hideo está no quarto ano da faculdade e há um mês dá expediente no atendimento ao público. “O trabalho está valendo muito para mim, porque tudo o que eu sei é teoria e quero ver como as coisas acontecem na prática”, diz ele, que ainda não definiu em que área do Direito pretende atuar.

**Baixo custo** Com essas inovações, encolheram o tempo de tramitação dos processos e seu custo. “Ainda não sabemos quanto custa cada processo, mas com uma equipe enxuta, trabalhando com uma produtividade cerca de dez vezes superior à do modelo tradicional, temos certeza de que reduzimos muito os gastos. Essa é a verdadeira reforma do Judiciário”, exclama, entusiasmado, o juiz-presidente Motta. Na outra ponta, o valor investido na instalação do JEF/SP foi bastante modesto se comparado ao de outras unidades da Justiça. Enquanto a instauração de uma vara comum, com dois juízes, custa cerca de 320 mil reais, o JEF/SP, com capacidade para 24 juízes, saiu por 480 mil reais, ou seja, o preço de uma vara e meia com 12 vezes mais magistrados. Esse valor inclui o equipamento de informática e o local adequado para ele: uma sala-cofre, com controle de temperatura e umidade e sensores para detecção de fogo. Lá bate o

coração do juizado, que precisa de muitos cuidados. “Temos um sistema de armazenamento muito moderno, com dez discos. Se qualquer um deles for danificado, pode ser trocado e ter as informações regravadas, porque há uma cópia em cada um dos outros nove”, diz Jader Carlos Videira, responsável pelo centro de processamento de dados. E se dois discos apresentarem problemas? Bem, essa é uma possibilidade remota. Se vier a ocorrer, o pessoal do JEF vai perder um dia de trabalho, porque todas as noites é guardada à parte uma cópia de toda a memória (processo conhecido como backup) para que o computador seja recarregado caso ocorra um acidente fatal.

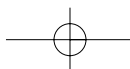
**Segurança** Depois de julgados e executados, os processos ainda ficam por um ano no computador central do JEF/SP. Então são gravados em dois CD-ROMs. Um é mantido no próprio prédio e o segundo vai para outra unidade da Justiça. A sala-cofre mede algo em torno de 36 metros quadrados e guarda aproximadamente 800 mil processos. Os restantes já foram arquivados. Se fossem armazenados fisicamente, em papel, ocupariam mais de 120 vezes esse espaço e exigiriam um prédio com estrutura reforçada para suportar o peso. Nessa sala de paredes brancas repousa a esperança de milhares de pessoas em conseguir um pouquinho mais de qualidade de vida e um fio de confiança em que a Justiça seja feita. Não seria bom se o modelo fosse reproduzido pelo país afora e estivesse ao alcance de todos os brasileiros? **d**

### Saiba mais:



Conselho da Justiça Federal  
[www.cjf.gov.br](http://www.cjf.gov.br)

Tribunal Regional Federal  
[www.trf3.gov.br](http://www.trf3.gov.br)



por **Mônica  
Teixeira**

ciência&inovação  
**CIRCUITO**



A expressão  
'pesquisa científica'  
voltou ao  
vocabulário político  
e é agora um tema  
de campanha  
eleitoral"

Jean Michel Claverie, diretor do Centro de Genômica de Marselha, na França, sobre os efeitos de um ano de debates entre cientistas franceses e o governo, em editorial da revista *Science*. O coletivo "Vamos salvar a pesquisa", criado no dia 9 de março de 2004, discute agora com o governo o projeto de lei para pesquisa e inovação para o período 2006-2010. Nova versão do projeto será apresentada até junho. No planejamento para 2005, o governo francês destinou 33% do orçamento para pesquisas de fins não militares — 3 bilhões de euros — para apoiar o desenvolvimento tecnológico na indústria.

Cláudio Capucho/AE



### Apoio à exportação

## Consórcio de pequenas aeronáuticas pronto para decolar

A Embraer exporta aviões, mas seus fornecedores no Brasil não exportam componentes aeronáuticos. Os países desenvolvidos com forte indústria aeronáutica — Estados Unidos, Canadá, Grã-Bretanha, França, Espanha — exportaram, em 2002, 32 bilhões de dólares em componentes ou "aeropartes". Um grupo de 12 empresas aeronáuticas fornecedoras da Embraer, sediadas no entorno de São José dos Campos, decidiu lutar por um lugar nesse mercado. No final de 2000, o grupo de empresas criou o consórcio para exportação High Technological Aeronautics (HTA) com projeto aprovado na Agência de Promoção de Exportações do Brasil (Apex), que apoiou a ida a feiras interna-

cionais, participação em missões de comércio exterior e certificação ISO. Segundo o fundador do consórcio, Urbano Araújo, dono de uma das empresas, em 2004 o grupo de fornecedoras da Embraer conseguiu exportar 50 mil dólares e a perspectiva para 2005 é faturar 5 milhões de dólares com vendas no exterior. A convicção de Araújo se baseia no acordo de compensação tecnológica incluído no contrato do Ministério da Defesa com a indústria Casa, da Espanha, que vai fornecer aviões novos para a Aeronáutica e reequipar parte dos existentes. O acordo prevê a obrigação da empresa espanhola de contratar compras de 30 milhões de dólares com a indústria brasileira.

### Incubadora da USP

## Parque testará forma de gestão

O Centro de Incubação de Empresas Tecnológicas (Cietec) da Universidade de São Paulo vai dar um passo adiante na discussão de como fomentar o nascimento e a sobrevivência de empresas de base tecnológica. Em março, recursos previstos no programa para apoio a parques tecnológicos da Financiadora de Estudos e Projetos (Finep) foram repassados à incubadora, destinados ao projeto de criação de um núcleo de parque tecnológico ao lado do Cietec. Num terreno de 30 mil metros quadrados, vizinho à incubadora, haverá lugar para receber empresas graduadas, vindas de qualquer incubadora do país, e também espaço reservado para empresas maiores que queiram se beneficiar da proximidade com pesquisadores e instalar atividades de pesquisa e desenvolvimento. O Cietec espera chamar empresas no final de 2006. Com o núcleo instalado, uma equipe de pesquisadores vai estudar a experiência do próprio núcleo, para aperfeiçoar o modelo de gestão da inovação. Os números do Cietec são expressivos: em sete anos, passou de seis para cem empresas incubadas; destas, 22 se graduaram e estão no mercado. Os recursos para o empreendimento são do Fundo Verde Amarelo da Finep e do governo do estado de São Paulo: 1,3 milhão de reais de cada parte.



## Pesquisa no Ipea — I

### Livro consolida abordagem nova para políticas de inovação

Já está no prelo o livro *Inovação, Padrões Tecnológicos e Desempenho das Firms Industriais Brasileiras*, organizado pelos pesquisadores Mário Salerno e João de Negri, respectivamente diretor e diretor adjunto de Estudos Setoriais do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea). A partir de uma base de dados descrita como “o mais amplo conjunto de informações jamais reunido sobre a indústria brasileira”, os pesquisadores classificaram as empresas de acordo com sua estratégia competitiva. O objetivo dos estudos do livro é apoiar a tomada de decisões no âmbito da política industrial. Segundo a classificação, a maior parte das firmas brasileiras – cerca de 50 mil – integra a categoria “firmas que não diferenciam produto e têm produtividade menor”. O livro dedica um capítulo a elas.

## Pesquisa no Ipea — II

### Entender melhor para apoiar mais

“Uma análise do baixo grau de inovação na indústria brasileira a partir do estudo das firmas menos inovadoras” é o título do capítulo preparado pelos pesquisadores Victor Prochnik, do Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro, e Rogério Araújo, do Ipea. Essas empresas são 77% do total das firmas industriais brasileiras; se a taxa de inovação aumentar entre elas, haverá impacto positivo no desenvolvimento do país. Para desenhar contornos de políticas, os pesquisadores se debruçaram principalmente sobre a Pesquisa Industrial de Inovação Tecnológica (Pintec), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísti-

ca (IBGE), e sobre levantamentos similares realizados na Alemanha e na Espanha. Os autores distinguem quatro estratégias em relação à inovação no universo das firmas de menor produtividade. O estudo descobriu, por exemplo, que parte delas não inovam. São quase 40 mil empresas pequenas, em setores pouco intensivos em tecnologia, e em que o ciclo de mudança de produto ou processo é longo. Entre as que inovam, a maioria inova em processo quando compra uma máquina nova. Nesse sentido, os autores concluem que o setor de bens de capital está no centro da questão da inovação e deve ser objeto de intensa política industrial.

# 16% a mais

De acordo com os estudos do livro organizado pelos pesquisadores Mário Salerno e João de Negri, a chance de exportar de uma empresa que inova é 16% maior em relação à empresa que não inova.

## Pequena que inova

### Empresa aperfeiçoa embalagem anticorrosão

A expressão CKD entrou no vocabulário da indústria automobilística com a globalização. CKD são as iniciais de Complete Knock Down – o sistema de manufatura dos carros mundiais: os veículos viajam desmontados, em kits, para ser remontados em determinado destino. As partes dos veículos devem chegar intactas – o que quer dizer, entre outras especificações, sem corrosão. Para isso, a tecnologia estabelecida na indústria manda usar os inibidores voláteis de corrosão (IVC), que são colocados dentro da embalagem da peça e exalam o anticorrosivo na forma de um gás. Antonio Bettega, da empresa Cyrbe, de Sumaré, no interior de São Paulo,

criou um produto novo ao desenvolver uma forma de impregnar o inibidor num tecido plástico muito resistente. A embalagem (feita de rafia, tecido tramado de plástico), aliou resistência – para o gás não se perder, a embalagem não pode furar nem rasgar – e qualidade ambiental, pois o produto é reciclável, ao contrário do papel plastificado. A outra vantagem do produto da Cyrbe é a redução do tamanho da embalagem. Antes, as montadoras enviavam portas, por exemplo, dentro de uma caixa de madeira; como a rafia é resistente, agora a peça vai numa armação vazada. Só para uma das montadoras, a Cyrbe faz quatro mil embalagens por mês.



Foto de Evisson de Freitas/Folha Imagem

livros e publicações  
**ESTANTE**

## Idéias que movem o mundo

**A** evolução nas sociedades humanas libertou-se dos constrangimentos do mundo natural e tornou-se essencialmente cultural ou basicamente tecnológica. Os seres humanos, eles mesmos, estão sendo mudados pelas técnicas de intervenção cromossômica e de manipulação genética (ou pelo menos existe capacidade potencial de fazê-lo). A despeito disso tudo, a humanidade continua a ser movida por sentimentos ancestrais, como o desejo sexual, o amor, o ódio, a vontade de poder e outros tantos impulsos mais ou menos nobres ou simplesmente mesquinhos.

Esse livro, do conhecido historiador, professor na Universidade de Londres, identifica e explica quase duas centenas de idéias que influenciaram o destino da humanidade, desde 30 mil anos atrás até a atual era da incerteza. Atento para não parecer “ocidentalocêntrico”, o autor buscou em civilizações orientais conceitos e princípios que também se tornaram universais. Mas reconhece que predominam as idéias ocidentais, pois são as que moldaram o mundo tal como o conhecemos hoje. Ele também aceita que a maior parte

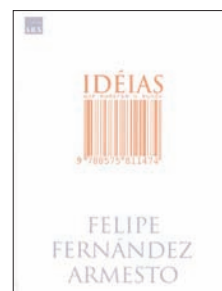
das mudanças tem origem intelectual e que as idéias são poderosos agentes transformadores. Os conceitos estão cronologicamente organizados em sete partes, desigualmente distribuídas: o primeiro capítulo cobre 20 mil anos, na era dos caçadores primitivos, ao passo que os últimos dois séculos merecem um capítulo cada um. Ainda assim, a maior parte das idéias tidas como importantes tem origens antiquíssimas. Como ele diz na introdução, “é humilhante para o homem moderno admitir que uma parcela tão grande de seu pensamento foi antecipada há muito tempo e que a modernidade acrescentou pouquíssimo a nosso equipamento intelectual básico”.

A organização do livro permite uma leitura não linear, e cada página dupla que explora um conceito particular remete a outras idéias a ele vinculadas, assim como sugere leituras adicionais. Verdade que nem todas são idéias, no entendimento habitual do termo, pois compõem hábitos ancestrais, como o canibalismo, ou práticas de governos que depois foram formalizadas por “filósofos morais”, como o mercantilismo. Ainda assim, o livro mapeia um conjunto impressionante de prin-

cípios norteadores de nosso tempo, tirados de todas as épocas e várias sociedades. Para os que crêem que o capitalismo é uma noção tipicamente ocidental, desenvolvida nos últimos cinco séculos, vale conferir a defesa que o filósofo indiano fundador do jainismo, Mahavira, do século VI a.C., fez da criação de riqueza, estimando que o rico trabalha “para que muitos desfrutem dos seus ganhos”. Esse verbete remete tanto a Karl Marx como a Milton Friedman e Max Weber, cuja tese sobre as “afinidades eletivas” entre capitalismo e protestantismo é considerada “desacreditada”.

O livro começa por desmistificar a idéia de que “mentes primitivas” não possam ter idéias brilhantes, relativizando a noção de progresso. Termina pelo conceito de aldeia global, ou seja, a idéia do pluralismo cultural, remetendo ao pensador Isaiah Berlin: para ele existe uma “pluralidade de valores”, que são inúmeros mas não infinitos, o que difere do relativismo cultural. Os antiglobalizantes, que lutam contra a dominação mundial do capital, são contrários ao “pensamento único”. Suas idéias são provavelmente inexequíveis na sociedade capitalista abrangente e multiforme. Esta é a mensagem final do livro: “O pluralismo é obviamente o único futuro prático para um mundo multiforme. Talvez seja o único interesse uniforme que todos têm em comum”. Esta é a sociedade humana: unidade na diversidade.

**Paulo Roberto de Almeida**



**Idéias Que Mudaram o Mundo**  
Felipe Fernández Armesto  
Editora Arx, 400 p., R\$ 75,00

## História quase virtual do Brasil

**O** novo livro do diplomata-historiador (ou vice-versa) Evaldo Cabral de Mello explora a possibilidade de uma independência alternativa, não como hipótese virtual, mas como realização efetiva, tal como tentada nas cidades e nos campos da Bahia e de Pernambuco, entre a insurreição precoce de 1817 e a Confederação do Equador, em 1824. Esses movimentos, com outros do Sul, ficaram agrupados sob o amálgama de “separatismo”, ao passo que os construtores do Império, a partir do Rio de Janeiro, passaram para a história com o *beau rôle* de unitários e de nacionalistas. Essa é, porém, uma perspectiva equivocada, uma vez que, no momento da Independência, o Brasil era um ajuntamento de províncias que se relacionavam mais com a metrópole (ou com a África) do que entre si. Luiz Felipe Alencastro já tinha alertado para esse arquipélago de sistemas desvinculados, sem unidade econômica real.

Esse livro conta a história desse “destino não manifesto”, traduzido no desejo de algumas elites regionais, no caso as do Nordeste, de recuperar o poder local perdido quando da vinda da família real e a centralização operada em favor do Rio de Janeiro. O federalismo, segundo Cabral de Mello, era uma possibilidade real, se alguns destes processos não tivessem ocorrido: a manutenção da dinastia bragantina no Rio, um tratamento mais conforme às aspirações das elites regionais pelas cortes de Lisboa e a determinação da “administração” da corte no Rio em preservar sua posição hegemônica. Mas foi uma luta bárbara, na qual a força foi mais importante que a persuasão. A historiografia ulterior alimentou o “rio-centrismo”, desvalorizando os “separatismos” regionais, uniformemente agrupados na rubrica contrária à unidade nacional, quando o que eles pretendiam, na verdade, era

uma forma diferente de organização do Estado (e do equilíbrio entre as províncias), provavelmente mais conforme ao modelo proposto nos Estados Unidos poucas décadas antes.

A Bahia, como se sabe, ficou sob ocupação portuguesa no episódio da separação, razão pela qual coube a Pernambuco a liderança federalista. Longe de obedecerem a impulsos regionais anárquicos, como a propaganda fluminense quis fazer acreditar (dando os exemplos caóticos dos Estados hispano-americanos), os patriotas do Nordeste queriam a verdadeira liberdade e a igualdade, num regime de poderes compartilhados.

José Bonifácio foi, nesse caso, menos sábio do que o habitualmente afirmado, pois que, partindo da idéia de uma “peça majestosa e inteiriça desde o Prata até o Amazonas”, denegriu o projeto federalista, assimilando-o ao republicanismo e acusando seus líderes de pretenderem um “governo monstruoso”, para serem nas províncias “chefes absolutos, corcundas despóticos”. Os “bispos sem papa”, no dizer de Bonifácio, foram esmagados, e assim o Brasil continua a ser até hoje, a despeito da ironia de carregar no nome o adjetivo federalista, a mais unitária das repúblicas americanas. **P.R.A.**



**A Outra Independência: O Federalismo Pernambucano de 1817 a 1824**  
Evaldo Cabral de Mello  
Editora 34, 260 p., R\$ 42,00



**Desenvolvimento Sustentável – O Desafio do Século XXI**

José Eli da Veiga

Editora Garamond Universitária, 226 p., R\$ 30,00

## Entre a economia e a ecologia

**O** desenvolvimento sustentável deve ser a utopia do século XXI, mas é preciso qualificar o conceito, ainda trabalhado de maneira ingênua e fundamentalista. Essa é a mensagem principal do último livro de José Eli da Veiga, professor titular da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da USP. O cuidado é necessário. Muitos consideram que sustentável é o mesmo que firme ou durável. O conceito é muito mais complexo, pois “existe uma contradição entre a lógica do desenvolvimento econômico e a reprodução da biosfera”, adverte Veiga, que estuda a relação entre economia e meio ambiente há 30 anos. Seu livro mostra como o conceito de crescimento, medido pela renda per capita, evoluiu para o de desenvolvimento, incorporando dimensões como qualidade de vida, saúde e educação. Avalia a literatura que explica a disparidade de desenvolvimento entre as nações. Mostra como o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) é limitado por trabalhar com médias aritméticas. E diz que o conceito de sustentabilidade não está definido com exatidão, “pois ainda engatinha o conhecimento científico sobre a conexão entre fenômenos humanos e ecologia”.

Ottoni Fernandes Jr.

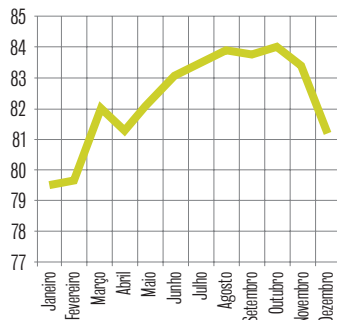
por **Andréa  
Wolffenbüttel**  
**INDICADORES**

## O que é?

### Utilização da Capacidade Instalada (UCI)

É um índice que mede o nível de atividade da indústria mostrando a porcentagem do parque industrial que está trabalhando. Ele é calculado mensalmente pela Confederação Nacional da Indústria e também pela Fundação Getulio Vargas, por meio de questionários enviados às empresas, que respondem se estão produzindo a todo vapor ou se parte das máquinas está parada. A UCI é apresentada em forma de porcentagem e nos últimos dez anos permaneceu na casa dos 70% a 80%, ou seja, a demanda nunca foi suficiente para colocar toda a estrutura industrial em funcionamento. Durante esse período, o mês de menor atividade foi dezembro de 1998, com utilização de apenas 73,66% da capacidade instalada. E o melhor mês foi outubro do ano passado, quando 83,99% das máquinas trabalharam.

### Utilização da Capacidade Instalada em 2004 (em %)



Fontes: CNI/Ipeadata

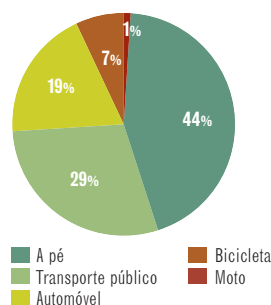
## Transporte

### O vai-e-vem e seus problemas

No mês de março, as duas maiores cidades do país sofreram por causa de greves e manifestações de categorias ligadas aos transportes públicos. Os ônibus respondem por 94% do trans-

porte coletivo do país, o que explica o caos que se implanta cada vez que eles param. Os infográficos abaixo mostram um perfil da frota que circula no Brasil.

#### Como as pessoas se locomovem



Fonte: Associação Nacional de Transportes Públicos (ANTP)

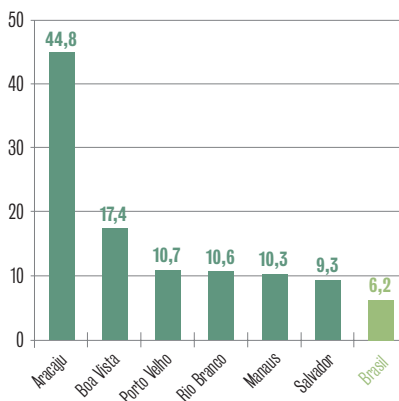
#### Utilização de transporte público

Ônibus	94%
Trem/Metrô	5%
Barcas	1%

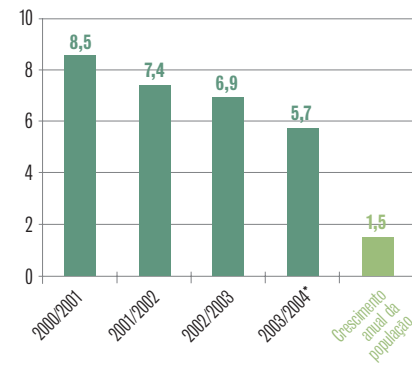
Diariamente são feitos **200 milhões** de deslocamentos de pessoas no país

#### Cidades com trânsito mais violento

(índice de vítimas fatais por 10.000 veículos, em 2002)



#### Crescimento da frota (em %)

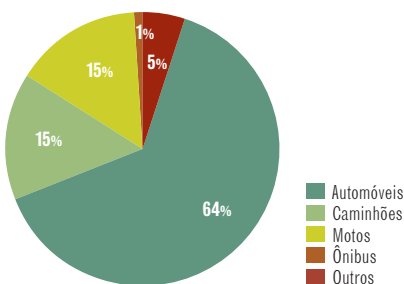


REPERE: apesar de estar diminuindo o ritmo de crescimento da frota, ele ainda é quase três vezes maior do que o crescimento populacional

\*até outubro de 2004

#### Composição da frota

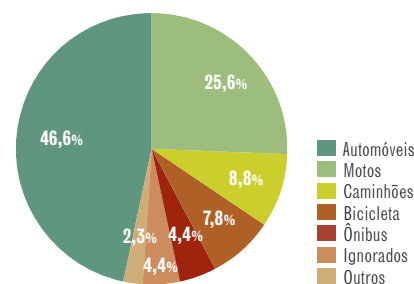
(em outubro de 2004)



REPERE: apesar de as motocicletas representarem 15% da frota, elas estão envolvidas em 25,6% dos acidentes. Os ônibus também têm participação maior no número de acidentes do que na frota, ao contrário dos carros

Fonte: Departamento Nacional de Trânsito (Denatran)

#### Tipos de veículos envolvidos em acidentes com vítimas



## Agricultura

### A falta que a chuva faz

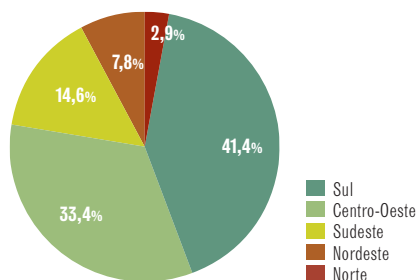
A longa estiagem que vem castigando a Região Sul vai provocar a maior quebra de safra da história do país. O ministro da Agricultura, Roberto Rodrigues, afirmou que ela pode chegar a 70%

para alguns produtos. A redução das colheitas na Região Sul afeta o abastecimento e o comércio exterior. Os gráficos mostram como a menor região do país é um gigante em termos de agricultura.

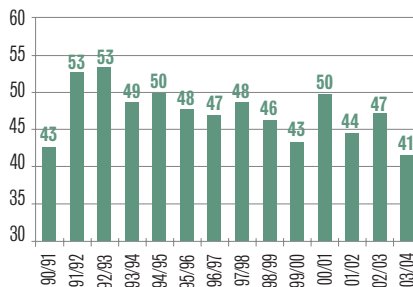
Na safra 2003/2004, a Região Sul respondeu por:



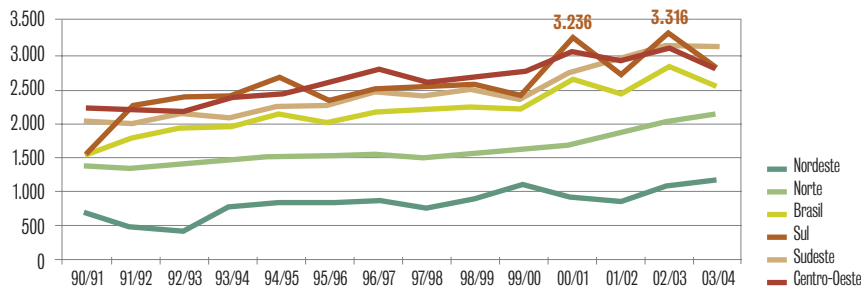
Participação das regiões na safra 2003/2004



Participação da Região Sul nas safras brasileiras (em %)



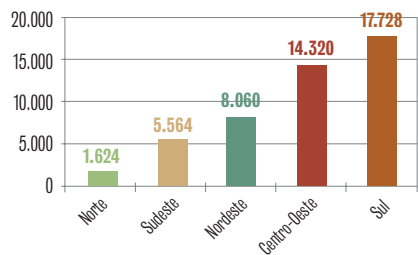
Produtividade das regiões (em kg/ha)



REPARE: em 1990, a Região Sul estava em quarto lugar em termos de produtividade. Na safra 2003/2004, apesar do grande volume de agricultura familiar, ela está em segundo lugar, tendo batido recordes de produtividade nas safras 2000/2001 e 2002/2003

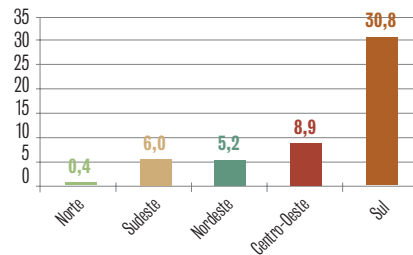
Área total plantada de cada região

(safra 2003/2004, em mil hectares)



Percentual de área plantada em relação à área total da região

(safra 2003/2004, em %)

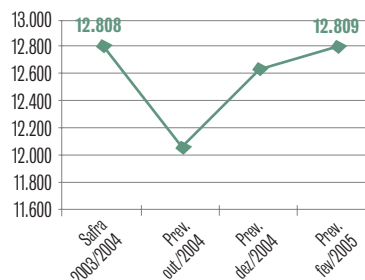


REPARE: apesar de ser a menor região do país, o Sul tem a maior área plantada total e relativa

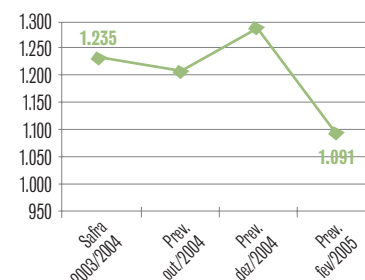
### Previsões feitas para a safra 2004/2005 foram se alterando com o decorrer do tempo devido à falta de chuvas

Previsões feitas em outubro e dezembro de 2004 e fevereiro de 2005 (em 1.000 toneladas)

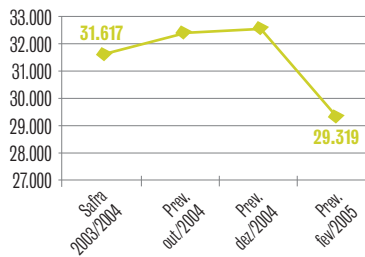
#### Arroz



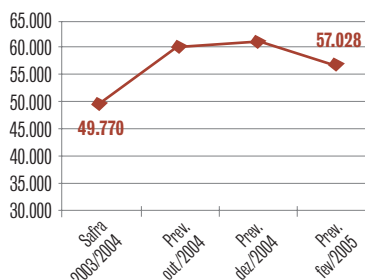
#### Feijão



#### Milho



#### Soja



REPARE: a previsão para a safra de soja foi a única que manteve a expectativa de crescimento

Fonte: Companhia Nacional de Abastecimento (Conab)

# CARTAS



Reprodução

Parabéns à equipe de **Desafios** pelo nível da publicação. Do conteúdo da edição de fevereiro, além da excelente impressão que me causou a revista, restou a assustadora constatação – ou reforço de uma verdade já sabida... – de que todos os problemas sociais que enfrentamos, muitos dos quais sem nenhuma perspectiva de solução, dependem, antes de mais nada, de políticas públicas. É assustador porque o brasileiro ainda persiste numa cultura política equivocada, e cada governo que assume o poder se preocupa mais com o umbigo dos seus agentes do que com a resolução das questões – função para a qual foram investidos. São fisiológicos.

Talvez o exemplo mostrado na reportagem sobre mercado de capitais, ou seja, o de que a iniciativa privada se auto-regulou, com base em parâmetros mínimos legais, possa ser um bom caminho... mas o governo – não o atual: todos os que têm passado por Brasília ao longo dos tempos – não se define e cuida do que não deveria, fazendo falta onde devia estar...

**Wilges Bruscato**  
**Prof. Dra. em**  
**Direito Comercial da**  
**PUC-MG**  
 Belo Horizonte - MG

A correspondência para a redação deve ser enviada para [cartas@desafios.org.br](mailto:cartas@desafios.org.br) ou para SBS Quadra 01 - Edifício BNDES - Sala 801 - CEP: 70076-900 - Brasília DF

Parabéns pela iniciativa da revista **Desafios**, edição de fevereiro de 2005, em abordar, com competência e profundidade, os temas da regulação e das políticas públicas nas áreas da mobilidade e transportes urbanos, tão importantes para o desenvolvimento social e econômico das grandes cidades brasileiras. Desejamos sucesso na empreitada do Ipea e do Pnud em promover, através desta valiosa publicação mensal, o debate qualificado de alternativas para o desenvolvimento sustentável brasileiro.

**José Carlos Xavier**  
**Secretário Nacional**  
**de Transporte e**  
**Mobilidade Urbana -**  
**Ministério das Cidades**  
 Brasília - DF

Acho os artigos de **Desafios** excelentes e atuais. A revista trata de assuntos, inclusive, de que nós, professores universitários, necessitamos sempre. Sou professora do curso de Secretariado Executivo da Pontifícia Universidade Católica do Paraná, que forma profissionais generalistas, mas é pouco conhecido e divulgado. Também notamos certo preconceito por parte de outros profissionais, principalmente de áreas de administração, que não reconhecem a importância do profissional que formamos.

**Consuelo Rocha**  
**Dutra de Lara**  
**Professora PUC-PR**  
 Curitiba - PR

Acerca da reportagem *Universidade para todos*, publicada na última edição de **Desafios**, gostaria que ficasse anotado meu repúdio

ao corporativismo dos funcionários e professores das escolas públicas, mais preocupados em manter os benefícios de que gozam do que em promover o acesso à educação a todos os brasileiros.

**Jussara Masseran**  
 Pariquera-Açu - SP

Na reportagem sobre biodiesel, publicada na edição de fevereiro, na página 34, há a fotografia de um jegue com a legenda "jegue carregado de palma". Na realidade trata-se de um jegue carregado de agave, planta que fornece fibras para confecção de cordas, tapetes,

estofamentos etc., que não tem nada a ver com a produção de biodiesel. Gostaria de sugerir ainda que fossem utilizadas as expressões óleo de dendê (*palm oil*, no mercado internacional) e dendzeiro em vez de óleo de palma e palma, respectivamente, para evitar confusão com a palma forrageira, um cacto muito utilizado na alimentação animal em zonas semi-áridas do Nordeste.

**José Carlos de Queiroz**  
**Especialista em Recursos**  
**Hídricos - Superintendência**  
**de Apoio a Comitês**  
**Agência Nacional de Águas**  
 Brasília - DF

**Diplomacia**

Gostei da reportagem sobre a China publicada na edição de março de **Desafios**. De fato, a indústria chinesa tem condições de ameaçar diversos de nossos setores industriais. Mas isso pode ser um incentivo para que se modernizem, ganhem eficiência e preços que possam competir com os do gigante oriental. Senti falta na matéria, apenas, de referências aos problemas de direitos humanos e de liberdades democráticas na China.

**Deutério de Oliveira**  
 Jaboatão - PE



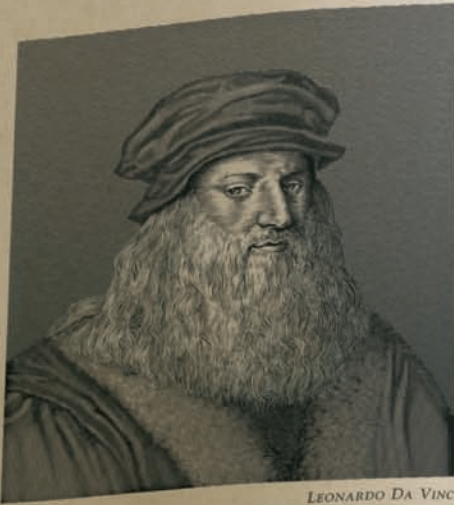
Acesse o conteúdo da revista **Desafios do Desenvolvimento** no endereço:  
[www.revistadesafios.org.br](http://www.revistadesafios.org.br)



"O melhor do Brasil é o brasileiro" provém de obra de Calamit. Cascudo.

F. NACCA/ISS

HELICÓPTERO, PÁRA-QUEDAS E SUBMARINO  
**FORAM IDÉIAS DO MESMO HOMEM.**  
TUDO BEM, SE ELE NÃO TIVESSE NASCIDO EM 1452.



LEONARDO DA VINCI

**P**intor, escultor, arquiteto, engenheiro, cientista, escritor e inventor. Tudo isso no cartão de visita da mesma pessoa. Ainda que não tivesse pintado o quadro mais famoso do mundo, Da Vinci entraria para a história por ter antecipado algumas das maiores invenções modernas. Inspirada em visionários como Leonardo Da Vinci,

a Petrobras busca, a cada dia, novas descobertas em todas as suas áreas de atuação. E o que a Petrobras não descobre, ela cria. É a empresa brasileira com o maior número de patentes registradas no País e nos Estados Unidos. Antecipar o futuro é um desafio que a gente não cansa de superar.

PETROBRAS. VISIONÁRIA COMO LEONARDO DA VINCI.



O DESAFIO É A NOSSA ENERGIA

Ministério de Minas e Energia

